



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO PROFISSIONAL

ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E A
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTM – CAMPUS PARACATU

TEREZINHA ROSA DE AGUIAR SOUZA

BRASÍLIA – DF
2015

TEREZINHA ROSA DE AGUIAR SOUZA

ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E A
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTM – CAMPUS PARACATU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

BRASÍLIA – DF
2015

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

SS0729 Souza, Terezinha Rosa de Aguiar
e Estudo das relações entre a permanência no ensino
técnico e a assistência estudantil no IFTM - Campus
Paracatu / Terezinha Rosa de Aguiar Souza;
orientador Erlando da Silva Rêses. -- Brasília, 2015.
147 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado Profissional em
Educação) -- Universidade de Brasília, 2015.

1. Assistência Estudantil. 2. Evasão Escolar. 3.
Políticas Públicas. 4. Ensino Técnico. I. Rêses,
Erlando da Silva, orient. II. Título.

Universidade de Brasília
Faculdade de Educação
Programa de Pós-Graduação em Educação
Dissertação de Mestrado

TEREZINHA ROSA DE AGUIAR SOUZA

ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E A
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTM – CAMPUS PARACATU

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação
Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, como parte dos
requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses

Banca examinadora:

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses (Orientador)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Prof. Dr. Perci Coelho de Souza (Membro Interno)
Departamento de Serviço Social – SER/UnB

Prof. Dr. Pedro Henrique Isaac Silva (Membro Externo)
IFB – Campus São Sebastião

Prof. Dra. Adriana Sales de Melo (Suplente)
Faculdade de Educação – FE/UnB

Aprovado em ____/____/____

Dedico este trabalho à minha mãe Emília e ao meu pai José, símbolos de força, humildade e coragem. Para sempre em meu coração.

AGRADECIMENTOS

É hora dos agradecimentos, e as lágrimas já escorrem nos olhos.

Agradeço primeiramente a Deus, autor de todo conhecimento existente, que me proporcionou graça, paciência e força para vencer mais essa batalha. A Ele, seja dada toda a glória dessa conquista.

Ao meu orientador, Professor Dr. Erlando da Silva Rêses, pela orientação, pela paciência, pelo bom humor e pela disposição em transmitir a mim conhecimentos e experiências fundamentais ao alcance dos objetivos deste trabalho.

Aos professores Perci Coelho de Souza, Pedro Henrique Isaac Silva e Maria Luiza Pinho Pereira, pelas contribuições a este trabalho como membros desta banca.

Aos Professores da Pós-Graduação em Educação da UnB, Bernardo Kipnis, Remi Castioni, Olgamir Francisco Carvalho e Albertina Mitjàns Martinez, pelos conhecimentos transmitidos através das valiosas aulas ministradas.

Aos colegas do Mprof, pelas experiências compartilhadas, pela animação mesmo em meio às dificuldades, pelos cafezinhos tomados juntos, pela amizade e pela constante disposição em doar ideias, arquivos e textos importantes que contribuíram para a efetivação deste trabalho.

Aos amigos da Colina, por todos os dias de convivência juntos, pelos aprendizados, pelas bagunças, pelo companheirismo, pela troca de experiências, por todos os cuscuzes e tapiocas, por tudo...

Aos colaboradores das entrevistas e questionários, alunos, ex-alunos e servidores, pela disposição em nos dedicar tempo e atenção no fornecimento das informações que subsidiaram a pesquisa.

Ao IFTM – Campus Paracatu por autorizar a pesquisa e a todos os servidores desta instituição que se dispuseram em conceder dados que auxiliaram neste estudo.

Aos meus pais, Emília e José, presentes todos os dias em minhas lembranças, e que, mesmo estando tão longe, continuam sendo a minha inspiração para vencer.

Ao meu esposo, João Felipe, que me deu tanta força, que soube me compreender nos momentos de estresse ou de extrema ocupação, quando os momentos de lazer ficaram em segundo plano.

Aos meus irmãos, cunhados e agora três sobrinhos, que me fazem mais feliz por fazerem parte comigo das minhas batalhas e conquistas e por sempre me apoiarem nas loucuras dos estudos.

À extensão da minha família, meus sogros Mara e Vilela, sempre presentes e sempre felizes nas minhas vitórias acadêmicas e profissionais.

Aos colegas de trabalho e a todos os amigos que me ajudaram tanto com suas palavras de ânimo, quanto com sugestões para enriquecimento deste estudo.

Enfim, a todos que contribuíram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse realizado, a minha gratidão.

MEMORIAL

Terezinha Rosa de Aguiar Souza, filha de Emília Rosa de Aguiar e José Soares de Aguiar, nasceu em Pedro Leopoldo em 30 de janeiro de 1990, mas foi criada na pequena cidade de Riacho dos Machados, região Norte de Minas Gerais.

Iniciou sua graduação em Administração pela Universidade Federal de Viçosa, onde se formou em 2012.

Neste mesmo ano de 2012, iniciou sua trajetória na educação, onde concluiu o curso de especialização em Docência do Ensino Superior no Instituto de Ciências Sociais e Humanas.

No ano seguinte, em 2013, ingressou mediante concurso público, no Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, onde atua como professora de Gestão.

A partir daí, percebendo a necessidade de melhorar sua prática profissional e se engajar mais nas lutas educacionais, iniciou em 2014 o curso de Mestrado Profissional em Educação na Universidade de Brasília, na área de Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica, submetendo-se à defesa de dissertação em 16 de outubro de 2015.

RESUMO

O presente estudo propõe analisar a existência das relações entre o programa Assistência Estudantil e a permanência dos estudantes no ensino técnico do Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM) – Campus Paracatu. O programa Assistência Estudantil é uma política pública de auxílio a estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade econômica e social, e que se materializa em serviços de moradia, transporte, auxílios financeiros, serviços de saúde, alimentação e cultura. O principal objetivo do programa é auxiliar a permanência estudantil, evitando problemas que possam prejudicar o estudante em seu percurso formativo. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo investigar em que medida a Assistência Estudantil é condição suficiente para garantir a permanência dos alunos nos cursos técnicos do IFTM – Campus Paracatu. A perspectiva utilizada foi o estudo de caso. O referencial teórico do trabalho discorreu a respeito da Assistência Social e Assistência Estudantil, bem como seu panorama histórico e legal. Também foi abordado sobre os movimentos estudantis, a evasão escolar e os aspectos socioeconômicos que permeiam a realidade estudantil. A pesquisa, de cunho predominantemente qualitativo, utilizou como instrumentos de coleta a análise documental, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários. A análise documental pautou-se em documentos como os editais de Assistência Estudantil e lista de beneficiários evadidos do Campus, os questionários visaram analisar o perfil socioeconômico dos entrevistados e as entrevistas foram o principal instrumento utilizado para responder às intenções da pesquisa. As entrevistas foram realizadas com alunos do Campus Paracatu, alunos que evadiram da instituição e gestores do programa Assistência Estudantil, abrangendo um universo de 11 sujeitos participantes da pesquisa. Os resultados obtidos apontam a existência de uma relação entre a assistência estudantil e a permanência no ensino técnico, todavia também indica outros fatores que contribuem para essa permanência. O estudo também foi importante para apontar as causas da evasão escolar encontradas na instituição, bem como apontar possíveis soluções para este problema.

Palavras-chave: Assistência Estudantil. Evasão Escolar. Políticas Públicas. Ensino Técnico.

ABSTRACT

This study proposes to analyze the existence of relations between the Student Assistance Program and the permanence of the students in the technical high school at Federal Institute of Triângulo Mineiro (IFTM) – Paracatu Campus. The Student Assistance is a public policy to support students who are in an economic and social vulnerability which is used for housing, transportation, financial support, health service, feeding and culture. The main goal of the program is to aid the student permanence, avoiding problems which may harm the students in their formation. Based on that, the study has the aim to investigate in which way the Student Assistance is an enough condition to guarantee the permanence of the students in the technical courses of IFTM – Paracatu Campus. The perspective used was the case study. The theoretical reference of the work talked about the Social Assistance and Student Assistance, as well as its historical and legal outlook. It was also discussed about student movements, school dropouts and the social-economic aspects which permeate the student reality. The research, mainly qualitative, used as a tool, the documental analyses, semi structured interviews and questionnaires. The documental analyze was based on documents such as Student Assistance notices and the list of dropout beneficiaries from Campus, the questionnaires purpose to analyze the socio-economic profiles of the interviewed people and the interviews were the main tool used to answer the intentions of the research. The interviews were done with the students from Paracatu, students who quit the school and the managers of Student Assistance, a total of 11 participants of the research. The results obtained show a relation between the Student Assistance and the permanence in a technical education, however it also indicate other factors which contributes for this permanence. The study was also important to indicate the causes of dropout at school, as well as demonstrates possible solutions for this problem.

Keywords: Student Assistance. School Dropout. Public Policies. Technical Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Raça.....	90
Gráfico 2 - Papel econômico que ocupa na família.....	90
Gráfico 3 - Existência de filhos.....	91
Gráfico 4 - Renda familiar.....	91
Gráfico 5 - Recebe algum benefício do governo.....	92
Gráfico 6 - Sobre o exercício de atividade profissional.....	93

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Definições de estratos sociais e suas respectivas rendas <i>per capita</i> conforme a SAE.....	71
Tabela 2 - Renda familiar <i>per capita</i> dos estudantes do IFTM – Campus Paracatu (2013).....	72
Tabela 3 - Distribuição dos estratos sociais no Campus Paracatu conforme classificação pela SAE.....	73
Tabela 4 - Índice de evasão por curso no Campus Paracatu.....	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos instrumentos da pesquisa e seus objetivos.....	81
Quadro 2 - Estratificação social dos beneficiários da AE – 2014 do Campus Paracatu.....	86
Quadro 3 - Perfil dos sujeitos entrevistados.....	89
Quadro 4 - Classes temáticas, categorias e subcategorias obtidas por meio das entrevistas.....	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEP	- Associação Brasileira de Estudos Populacionais
AE	- Assistência Estudantil
ANDIFES	- Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
ANPG	- Associação Nacional da Pós-Graduação
CA	- Centro Acadêmico
CONAE	- Conferência Nacional da Educação
CLT	- Consolidação das Leis de Trabalho
DA	- Diretório Acadêmico
DAE	- Departamento de Assistência Estudantil
EAD	- Educação à Distância
EC	- Ensino Concomitante
EJA	- Educação de Jovens e Adultos
EM	- Ensino Médio
ENADE	- Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
ENE	- Encontros Nacionais dos Estudantes
FCC	- Fundação Carlos Chagas
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FONAPRACE	- Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-M	- Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	- Instituições de Ensino Superior
IFES	- Instituições Federais de Ensino Superior
IFTM	- Instituto Federal do Triângulo Mineiro
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBA	- Legislação Brasileira de Assistência
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social

MDS	- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome
MEC	- Ministério da Educação
NOB	- Norma Operacional Básica
PME	- Pesquisa Mensal de Emprego
PNAES	- Plano Nacional de Assistência Estudantil
PNAS	- Política Nacional de Assistência Social
PNE	- Plano Nacional de Educação
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PROEJA	- Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
REUNI	- Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SAE	- Secretaria de Assuntos Estratégicos
SAM	- Sistema de Assistência ao Menor
SINAES	- Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SUAS	- Sistema Único de Assistência Social
TCLE	- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
USP	- Universidade de São Paulo
UNE	- União Nacional dos Estudantes
UNB	- Universidade de Brasília

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 OBJETIVOS	19
2.1 Objetivo Geral	19
2.2 Objetivos Específicos	19
3 REFERENCIAL TEÓRICO	20
3.1 Assistência social: conceituação e caracterização	20
3.1.1 Breve histórico da assistência social no Brasil	23
3.2 A intersetorialidade no contexto das políticas públicas assistenciais	26
3.3 Assistência estudantil como política e direito	30
3.3.1 Assistência estudantil: um olhar histórico	35
3.3.2 Amparo legal da assistência estudantil.....	38
3.3.3 A política de assistência estudantil no IFTM	41
3.4 Movimentos estudantis: história, concepções e fundamentos	43
3.4.1 Os movimentos estudantis no Brasil e suas conquistas sociais para os estudantes	43
3.4.2 Panorama histórico e atual dos movimentos estudantis no Brasil	48
3.5 Evasão escolar: causas e consequências	52
3.5.1 Os fatores socioeconômicos associados à permanência e evasão escolar.....	59
3.5.2 Um olhar sobre as possíveis soluções para a evasão escolar	61
3.6 Análise do perfil socioeconômico dos estudantes das IFES	62
4 METODOLOGIA DA PESQUISA	65
4.1 Territorialidade e contextualização socioeconômica dos sujeitos da pesquisa.....	65
4.1.1 Contextualização do local de pesquisa: o IFTM – Campus Paracatu.....	65
4.1.2 Panorama social e econômico da cidade de Paracatu	67
4.1.3 Perfil socioeconômico dos estudantes do IFTM – Campus Paracatu	71
4.2 Procedimentos da pesquisa	74
4.2.1 Análise documental	76
4.2.2 Questionário socioeconômico.....	76
4.2.3 Entrevista semiestruturada.....	77
4.3 Construção e análise das informações obtidas	82

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	84
5.1 Análise Documental	84
5.1.1 Sobre os editais de Assistência Estudantil.....	84
5.1.2 Índices de evasão no IFTM – Campus Paracatu no ano de 2014	86
5.2 Resultados dos questionários: perfil socioeconômico dos entrevistados	88
5.3 Análise e discussão das entrevistas.....	94
5.3.1 Primeira classe temática: Aplicabilidade	95
5.3.2 Segunda classe temática: Abandono	102
5.3.3 Terceira classe temática: Permanência	107
5.3.4 Quarta classe temática: Avaliação geral do programa.....	110
6 CONCLUSÃO	116
6.4 Programa Conhecer para Permanecer.....	120
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	124
APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA.....	138
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO	139
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	141
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO DOS SUJEITOS	142
APÊNDICE E – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO ESTUDANTIL PARA INGRESSANTES	143
APÊNDICE F – FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO ESTUDANTIL	145

1 INTRODUÇÃO

Nos dias atuais, o Brasil enfrenta um momento em que a gestão governamental tem sido abarcada por uma política gerencial, caracterizada por um caráter intervencionista do Estado, que se mostra mais atento à realidade econômica e social, e busca promover, entre outras funções, políticas públicas assistenciais cujo intuito é atender as camadas mais vulneráveis da população.

Nesse contexto, diversas políticas sociais têm sido criadas com a finalidade de resolver situações emergenciais, embasando-se em programas remuneratórios para os mais necessitados, cujos objetivos são a redução da miséria, do desemprego e desigualdade social. As políticas públicas sociais existem para atender às demandas da sociedade, bem como para alocar e distribuir os bens públicos, entretanto, para que haja efetivamente a ação legislativa e executiva de tais políticas, é necessário que as mesmas façam parte da agenda governamental.

Apesar de durante muitos anos as políticas sociais terem sido vistas apenas como ações caracterizadas por relações de favor e clientelismo, atualmente têm sido visualizadas de modo mais positivo, em que a sociedade passa a compreendê-las como direitos intrínsecos ao cidadão que delas necessita.

A partir da Constituição Federal promulgada em 1988, as políticas sociais tomaram maior espaço dentro da agenda política, uma vez que cumprir os direitos sociais das minorias agora passa a ser um direito constitucional adquirido onde o governo tem por obrigação cumpri-lo. Conforme afirma Silva (2012), a partir da referida Constituição o Estado passa a ser agente central das ações sociais, atuando como principal gestor e intervencionista das políticas sociais. Os programas assistenciais são visualizados não mais como políticas de bem-estar e assistencialismo, mas políticas públicas direcionadas ao cumprimento da democracia e cidadania.

Essas políticas e programas têm se mostrado presentes também nos campos educacionais. Conforme destaca Cavalheiro (2013), a educação como responsável pela formação e capacitação de trabalhadores tem assumido também responsabilidades institucionais para enfrentamento das demandas sociais, estabelecendo políticas públicas e programas assistenciais dentro do seu contexto.

No âmbito educacional, os programas sociais têm sido criados com o propósito de auxiliar os estudantes em seu percurso formativo, buscando impedir que estudantes de baixas condições econômicas abandonem os estudos por falta de condições de mantê-los.

O abandono dos estudos, também denominado evasão escolar é um problema público educacional que tem atingido diversas camadas escolares e prejudicado socialmente a população. Por ser um problema de ordem pública e que gera exclusão escolar e conseqüentemente atraso ao processo de crescimento e desenvolvimento do país, a evasão escolar tem sido alvo de vários debates e reflexões entre os pesquisadores educacionais, tomando espaço considerável do cenário das políticas públicas da educação. Para Johann (2012), as dificuldades para acesso e permanência escolar têm sido características básicas do sistema educacional brasileiro, sendo necessário diagnosticar as raízes deste problema para angariar possíveis soluções. Entretanto, afirma que mesmo os estudiosos no assunto têm encontrado dificuldades em discutir a evasão, devido às suas altas taxas e por ser um problema cujas soluções são lentas e difíceis.

Uma vez que, durante muitos anos, o acesso à educação foi priorizado pelas classes de maior poder econômico, percebe-se que essa tradição histórica ainda insiste em perdurar em nossos dias. Assim, esforços governamentais têm sido visualizados no sentido de levar o acesso à educação a todas as classes, efetivando assim o que diz a legislação sobre a educação ser um direito de todos os cidadãos.

Entretanto, apesar dos progressos na criação de políticas sociais para a educação, estas não podem visualizar apenas avanços numéricos nas matrículas. Faz-se necessário buscar também uma melhoria qualitativa na educação. Não se pode mencionar uma educação de qualidade enquanto o abandono dos estudos estiver tão presente no cenário educacional. É preciso fomentar o acesso à educação para a sociedade, mas também o fortalecimento de programas que deem o sustento necessário àqueles que integram o sistema escolar.

As políticas sociais da educação constituem-se como ponto de partida para a garantia dos direitos sociais, sendo visualizadas como instrumentos para o exercício da cidadania e emancipação social. Todavia, a fim de que esse projeto societário seja efetivado, é necessário que o processo educacional seja democratizado (SILVEIRA, 2012). Nesse sentido, as políticas públicas de assistência ao estudante

atuam como elementos essenciais para a garantia do acesso e permanência à educação.

No âmbito desses programas assistenciais foi criada a assistência estudantil, uma política pública educacional que concede auxílios financeiros, psicológicos e sociais para estudantes de diversos níveis escolares, com vistas a incentivar o estudante a permanecer estudando. A importância dessa assistência, conforme afirma Abreu (2012), é que o programa visa não apenas a inclusão desses estudantes nos processos educativos, como também contribui para a sua inserção no mundo trabalho.

Cavalheiro (2013) destaca que a assistência estudantil pode ser visualizada a partir de sua atribuição como política social, tendo como pressuposto a universalidade de suas ações e se relacionando diretamente à Assistência Social. Nesse sentido, Abreu (2012) considera que a política de assistência estudantil não pode ser dissociada da política de assistência social, uma vez que ambos os objetivos são comuns.

Alves (2002) ressalta que uma vez que a capacidade intelectual dos estudantes já foi avaliada por meio do processo seletivo de ingresso, seria uma perda irreparável deixar de apoiar os mesmos em seu percurso universitário. Quando se estabelecem políticas assistenciais, a condição socioeconômica deixa de ser um elemento impeditivo à formação profissional.

Entretanto, percebe-se que mesmo com esses programas assistenciais a evasão escolar ainda persiste como um problema latente. O que se tem percebido no sistema público da educação brasileira é que o mesmo ainda permanece excludente e atrasado. As políticas sociais da educação buscam garantir o acesso, mas tem se preocupado pouco com um ensino de qualidade e com a permanência do estudante.

Diante disso, a presente pesquisa busca responder ao seguinte questionamento: Quais as relações existentes entre a permanência estudantil e a assistência estudantil? Ao inquirir sobre a existência de tais relações, este trabalho também pretende discorrer sobre as seguintes indagações:

- Até que ponto a assistência estudantil garante a permanência do aluno na instituição?
- Como os programas de assistência estudantil têm sido implementados?

- Se o objetivo da assistência estudantil é garantir a permanência do aluno na instituição, porque o estudante mesmo sendo beneficiário do programa tende a evadir?

O estudo realizado teve como pretensões contribuir para a compreensão dos programas de assistência estudantil, com vistas ao conhecimento de seus êxitos e insucessos para a permanência estudantil. Através do conhecimento desses fatores, acredita-se ser possível avançar na busca por melhores políticas de assistência estudantil. Uma vez que essas políticas visam auxiliar os estudantes em suas necessidades sociais e econômicas, compreende-se a importância destas no auxílio à permanência estudantil.

Além disso, percebe-se que diversos estudos têm sido feitos com o intuito de diagnosticar as causas da evasão escolar, todavia, pouco se tem falado sobre as soluções para esta questão. Propor soluções que amenizem o problema da evasão escolar é um tema de relevância acadêmica, mas sobretudo social. Nesse contexto, o estudo da assistência estudantil como uma forma de redução desse problema é fundamental, a fim de que se entenda se os esforços praticados nesse sentido têm sido atendidos.

A proposição constitucional da educação como um direito de todos somente será cumprida quando o estudante puder iniciar os seus estudos e concluí-lo sem que haja empecilhos para isso. É preciso enfrentar o problema da evasão escolar com políticas articuladas entre Estado, escola e sociedade. Quando cada um desses atores passar a cumprir seu papel dentro do sistema escolar e direitos e deveres estiverem esclarecidos, será mais fácil combater esse problema e contribuir para uma sociedade mais igualitária.

O presente trabalho, denominado "Estudo das relações entre a permanência no ensino técnico e a assistência estudantil no IFTM – Campus Paracatu" foi pensado a partir do conhecimento das altas taxas de evasão presentes nesta instituição. Ainda, teve seu desenvolvimento bibliográfico a partir de dois conceitos centrais, a assistência estudantil e a evasão escolar. A partir desses conceitos, outros temas também são tragos à discussão, citando-se em especial os movimentos estudantis, os quais podem ser definidos como representações sociais que se colocam na luta pelo cumprimento dos direitos estudantis.

A partir da problemática estudada e visualizando as condições socioeconômicas como fatores diretamente relacionados aos questionamentos

centrais da pesquisa, buscou-se também compreender a realidade econômica estudantil, tomando por pressupostos os estudos já existentes e os dados coletados na presente pesquisa.

Os procedimentos metodológicos pautaram-se predominantemente na pesquisa qualitativa, utilizando como método para coleta dos dados entrevistas semiestruturadas. O tratamento das entrevistas foi feito utilizando-se a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011). Todavia, também utilizou-se das técnicas de questionário semiestruturado e análise documental como complemento à busca por informações.

Sendo assim, além da presente introdução, este trabalho encontra-se dividido em três partes principais, apresentadas sucintamente a seguir.

No Referencial Teórico são abordados os principais estudos relativos à assistência estudantil, movimentos estudantis, evasão escolar e os aspectos socioeconômicos relativos à condição estudantil. Sobre a assistência estudantil são discutidas as concepções sobre assistência social e assistência estudantil, as formas de oferta do benefício, as representações legais que fundamentam o programa, o histórico do desenvolvimento do programa e da assistência social e como se caracteriza a assistência estudantil no Campus Paracatu. Sobre os movimentos estudantis foram discutidas as concepções e conquistas dos movimentos, o histórico dos movimentos sociais e estudantis e uma breve descrição das principais entidades constitutivas dos movimentos estudantis. Quanto à evasão escolar, foi abordado sobre os elementos causadores da evasão, bem como as possíveis soluções para este problema público, abordando a assistência estudantil como um fator contribuinte para a redução da evasão. Por fim, discutiu-se sobre a realidade socioeconômica estudantil, baseando-se em pesquisa feita pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) com estudantes de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Na Metodologia, em que são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para coleta e análise dos dados relatou-se brevemente sobre o local de pesquisa, apresentando o IFTM – Campus Paracatu e dados socioeconômicos da cidade de Paracatu e no decorrer desta etapa foram apontados descritivamente os instrumentos utilizados para elaboração da pesquisa e análise dos dados coletados.

Na terceira parte, denominado Resultados e Discussão, apresentou-se os resultados obtidos, bem como um espaço para discussão dos dados analisados, a

fim de utilizar as informações coletadas em busca de responder aos questionamentos centrais do estudo.

Por fim, foram apresentadas as principais conclusões obtidas a partir do estudo realizado, no tópico denominado Conclusão. Ainda neste tópico foi apresentada uma sugestão para a redução da evasão escolar, denominada Produto Técnico.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

O objetivo desta pesquisa é investigar em que medida a Assistência Estudantil é condição suficiente para garantir a permanência dos alunos nos cursos técnicos do IFTM – Campus Paracatu.

2.2 Objetivos Específicos

Ainda, o estudo possui como objetivos específicos:

- Analisar as políticas de assistência estudantil do IFTM – Campus Paracatu, bem como a efetividade destas para a permanência dos estudantes;
- Identificar os possíveis fatores que levaram à evasão escolar alunos beneficiários da assistência estudantil da instituição;
- Propor soluções para a redução da evasão escolar a partir da elaboração de um produto técnico;
- Sugerir alternativas de melhoria e expansão dos programas de assistência estudantil.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 Assistência social: conceituação e caracterização

Conforme afirma o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Brasil, 2014), a assistência social é caracterizada por políticas fundamentadas na proteção social, defesa dos direitos, vigilância socioassistencial, que devem ser implementadas de forma pública, não contributiva, de modo descentralizado e participativo. Nesse sentido, é pertinente considerar três elementos que subsidiam a proteção social, a saber: as pessoas, as circunstâncias em que vivem e a família.

Para Sposati (2007) a construção dos conceitos da assistência social vem se desdobrando durante muitos anos. Esse conceito pode envolver diversos aspectos, dentre eles o significado de assistencialismo e patrimonialismo. Esse é o caso por exemplo dos programas de transferência de renda, frequentemente criticados pela mídia, que os considera como programas assistencialistas, os quais geram dependência sobre quem os recebe. Outra vertente inerente ao conceito abrange a assistência social como um direito do cidadão e que se efetiva através de políticas públicas.

Nesse sentido, é mister destacar as diferenças existentes entre assistência e assistencialismo. A primeira refere-se a atitudes que visam subsidiar os necessitados com serviços, quer sejam materiais, psicológicos, financeiros, dentre outros. Já o assistencialismo é uma prática que busca subalternizar o indivíduo que dele necessita, pois supõe uma troca de favores entre quem dispõe do poder e quem recorre ao auxílio (FIDELIS, 2005).

Sposati (2007) destaca a mudança de paradigma político nos programas de assistência social, evidenciada pela busca à conscientização do Estado no papel de efetivador das políticas de assistência, subtraindo a responsabilidade que por décadas recaiu sobre a sociedade, em especial sobre instituições religiosas. A partir destas mudanças, as políticas de assistência social surgem como forma de enfrentamento de questões sociais consideradas antagônicas para as classes dominantes capitalistas. Passam a ganhar repercussão em decorrência da luta das pessoas por seus direitos (ABREU, 2012).

Faz-se importante destacar que a assistência social deve ser considerada no âmbito do legislativo, executivo e judiciário. O legislativo é aquele que torna a política de assistência como direito legal do cidadão, o judiciário imprime e opera a processualidade jurídica em defesa do cidadão e o executivo é quem faz com que essa política seja realmente efetivada. Quando as políticas de assistência social são atribuídas apenas ao executivo, a prática pode vir a se tornar paternalista, onde há um “pai”, neste caso o Estado, que concede a benesse à sociedade, mascarando seu real significado (SPOSATI, 2007).

Apesar da busca por atuar nas três esferas políticas existentes, as políticas sociais no Brasil ainda são em sua maioria providas pelo Estado, que determina as regras e os recursos para a efetivação das mesmas. É o Estado quem convoca os agentes atuantes nessas políticas, bem como define qual público será atendido por cada política. Entretanto, muitas vezes esse caráter intervencionista do Estado tem apenas o intuito de manter as condições econômicas da acumulação capitalista e reprodução da força de trabalho (FALEIROS, 2014).

Também podem ter papel fundamental nas políticas de assistência social os movimentos sociais, os quais são responsáveis por articular com os diversos grupos as demandas sociais existentes, seja nas áreas da educação, saúde, defesa dos direitos, mudanças nas políticas públicas, dentre outros. A consciência dos direitos do cidadão é fortalecida por meio dessas mobilizações sociais, que podem se organizar como grupos comunitários, manifestações de rua, eleições, dentre outros (FALEIROS, 2014).

Sposati (2007) critica o fato de que, por vezes, a mesma política pública pode ser encontrada em outros departamentos, que não sejam apenas o de assistência social. Quando esta ação social encontra-se em um departamento distinto da assistência social, ela é considerada a mera aplicação de um direito do cidadão. Todavia, quando essa ação é praticada no âmbito da assistência social, é por vezes considerada como uma política de benfeitoria, de caridade e boa ação por parte dos governantes.

Faleiros (2014) destaca que, em geral as políticas sociais geram também desigualdades, uma vez que muitos serviços públicos de saúde, educação e de acesso a benefícios sociais são disponibilizados de modo desigual e em diferentes velocidades para ricos e pobres. Ainda, muitos serviços são legitimados como ações de bondade, de caridade e atenção à família e não como direitos sociais constituídos

e institucionalizados (Faleiros, 2011). Faleiros (2014) destaca que, desconstruir a ideia de clientelismo elaborada pelos políticos assistencialistas e contida na prestação de serviços sociais é um desafio que deve ser efetivado dia após dia.

“Avançar no estabelecimento da função pública 'assistência social' e instaurá-la no campo do interesse público como de dever de Estado, com responsabilidades por resultados efetivos que resguardem e fortaleçam o cidadão, é um grande trânsito político-social, técnico- científico e jurídico. Um dos resultados desse trânsito está na conquista de um espaço programático específico, como política pública, cuja função vá além da prontidão socorrista da atenção eventual. Na condição de política pública, ela deve responder, de forma racional e programática, com qualidade e quantidade face às demandas, a determinadas necessidades sociais, tornando-se provedora de seguranças sociais” (SPOSATI, 2007, p. 442).

Pereira (2012) salienta que no Brasil a política social tem se caracterizado por iniciativas de direita, intervencionadas pelo neoliberalismo, pela monetização, que almeja não mais o cumprimento dos direitos sociais, mas apenas suprir as necessidades urgentes do pobre, deixando de lado as políticas permanentes de cidadania, serviços sociais públicos, empregos e salários de qualidade. Outro aspecto é a laborização do trabalho, em que desativam-se a proteção social do trabalho, dando lugar a ações empreendedoristas, que apenas buscam suprir os gargalos de produção, por não conseguir inserir todos no mercado de trabalho formal. Por fim, tem-se uma descidadanização da política social, ocorrida pelos trabalhos precários, de baixos salários, sem qualquer proteção, que autorresponsabiliza o pobre pelo seu próprio sustento e bem-estar.

Pereira (2012) ainda ressalta que, apesar das crescentes políticas sociais visualizadas, o que domina ainda é uma perspectiva de encontrar soluções rápidas e pouco onerosas, sem priorizar os investimentos na educação como política social, mas analisando as políticas educacionais apenas como funções de treinamento aligeirado.

Conforme afirma Boschetti (2009) é necessário reconhecer o papel imprescindível que as políticas sociais possuem para a consolidação de um Estado democrático de direito. Nesse sentido, não podem ser avaliadas sob uma ótica racional e operativa, em que apenas preocupa-se com a eficiência e a eficácia, devem no entanto ser avaliadas a partir da compreensão da importância dessas políticas para a sustentação da defesa dos direitos e da democracia.

3.1.1 Breve histórico da assistência social no Brasil

Cada país iniciou seu processo de luta pelas políticas sociais em um período. A determinação desse período ocorreu conforme a mobilização de cada país para esse fim. Todavia, boa parte dos autores consideram o final do século XIX como a data mais presente em que o Estado passa a assumir sua posição frente às políticas sociais, atuando como responsável legal pela formulação de tais ações (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Pode-se dizer que as primeiras expressões da política social no Brasil começaram a surgir em 1930, a partir da criação de órgãos estatais sociais, como o Ministério da Educação e Saúde Pública e o Conselho Nacional de Educação. A partir de então, a saúde pública passa a ter intervenção do Estado (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Antes dos anos 30, as ações assistenciais serviam apenas como mecanismos de controle do poder local pelos coronéis, que utilizavam essas políticas como forma de se manterem no poder. Também nessa época, a repressão à luta pelos direitos sociais era constante, onde o Estado, ao invés de formulador das políticas sociais atuava como agente de repressão para aqueles que não se conformavam com as normas vigentes da época (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Em 1941 cria-se o Sistema de Assistência ao Menor (SAM), órgão que possuía um caráter mais punitivo do que educativo. Essa política somente foi mudada a partir da elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990 (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

No âmbito da assistência social, apenas em 1942, no período de governo de Getúlio Vargas surgem as primeiras políticas relativas a essa área, através da criação da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Essa instituição foi criada para atender as famílias dos pracinhas e era administrada pela primeira-dama da época, Sra. Darci Vargas. Como afirma Sposati (2007), até os dias atuais há uma predominância de cargos de assistência social para esposas de governantes do poder Executivo, o que favorece a política de clientelismo e favor que permeia os conceitos da assistência social.

No entanto, Pereira (2012) ressalta que a implantação dessas políticas sociais nesse período não culminaram em grandes avanços sociais, pois foram marcados por ideias populistas e nacional-desenvolvimentistas do governo Vargas. Segundo a

autora, enquanto nos países mais desenvolvidos as políticas sociais eram alcançadas por trabalhadores organizados, no Brasil as mesmas eram submetidas à aprovação de um governo ditatorial, condensadas pela burguesia.

No ano de 1943 ocorre um marco para o alcance dos direitos sociais no Brasil, quando foi elaborada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), responsável por legislar sobre as questões trabalhistas no Brasil. As classes trabalhadoras tiveram grandes participações no processo das lutas e movimentos sociais. Apesar de não terem conseguido instituir uma nova ordem social, contribuíram sobremaneira para a ampliação dos direitos sociais. Os direitos sociais, expressos nos direitos trabalhistas e previdenciários evidenciaram as primeiras expressões das lutas sociais no Brasil, liderados pelas classes trabalhadoras no início do século XX (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

É a partir da regulamentação das leis trabalhistas que surge o Estado social. Esse período é um marco para as políticas sociais, podendo ser considerado a partir desse momento a introdução das políticas sociais no Brasil (BEHRING e BOSCHETTI, 2007).

Apesar disso, na década de 50, durante o governo de Juscelino Kubitschek, entre os anos de 1956 a 1961 as políticas sociais pouco tiveram importância, pois foram massacradas pelo ideal desenvolvimentista, que apenas colocavam as políticas como peça para o crescimento econômico do país (PEREIRA, 2012).

Behring e Boschetti (2007) afirmam que a expansão da política social no Brasil foi lenta e seletiva, com alguns aperfeiçoamentos. A instabilidade política ocorrida após o suicídio de Vargas, a renúncia de Jânio Quadros e o golpe militar de 1964 deram lugar ao retardamento para o avanço das políticas sociais. Esse histórico regressivo para as políticas sociais não são a justificativa para a pobreza do país, mas concedem ao Brasil um título de país injusto, com grandes desigualdades sociais, com altas defasagens na economia e com fracos resultados sociais (PEREIRA, 2012).

Na década de 60 duas importantes políticas trabalhistas são formuladas, sendo a criação do Instituto Nacional da Previdência Social e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, este último existente até os dias atuais, que constituíram um marco para a mudança nas relações trabalhistas da época (SILVA, 2012).

Entretanto, nos anos de 1970 ocorre novamente uma redução das políticas públicas no Brasil, ocasionadas pela crise econômica do período. Esse fato

impulsionou as diversas camadas sociais a se insurgirem em diferentes movimentos sociais, os quais passaram a lutar por políticas sociais mais igualitárias (SILVA, 2012).

Nos anos de 1980 a luta por mais direitos sociais continuam, sendo que essa década representou grandes avanços no contexto das relações trabalhistas. Também nesse período ocorre a elaboração da Constituição Federal em 1988, quando a partir daí a assistência social passa a ser uma política social pública não contributiva e mais abrangente, atendendo a diferentes camadas sociais (SILVA, 2012). Ainda sobre a Constituição de 1988, Giaqueto (2010) afirma que a partir dessa legislação, um novo conceito é introduzido no serviço social, onde se apresenta o conceito de seguridade social, envolvendo três elementos essenciais, sendo eles a saúde, a previdência e a assistência social.

Mais adiante, na década de 90 é criada a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, alterada no ano de 2011 pela Lei n. 12.345/2011 que estabelece em seu artigo 2º item III a objetividade da lei em defender os direitos, garantindo à sociedade o pleno acesso aos serviços socioassistenciais (BRASIL, 2011). De acordo com Sposati (2007), a LOAS, através dos métodos de regulação e monitoramento das políticas sociais, é um órgão que corrobora o compromisso da assistência social como política pública institucional, na medida em que busca responder as demandas da sociedade com qualidade. Ainda sobre a LOAS, Silva (2012) destaca que essa lei serviu para desmistificar a ideia da assistência social como política de clientelismo e benemerência que até então permeava a assistência social brasileira. A LOAS buscou direcionar as políticas assistenciais como extensão da cidadania, garantindo os direitos e acessos aos serviços sociais e apontando a centralidade do Estado para a efetivação dessas garantias.

Ainda, destaca-se a criação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), uma política elaborada pelo governo Federal cujo propósito é normatizar as ações de assistência social implantadas pela LOAS (GIAQUETO, 2010). A política também busca a implantação em maior escala dos serviços de assistência social no Brasil, descentralizando a assistência social entre os três níveis do governo. Atende a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e visa prover serviços, programas e benefícios a famílias que necessitem dos serviços assistenciais públicos. Atende as áreas urbanas e rurais e possui caráter não contributivo (BRASIL, 2004; SILVA, 2012).

Em 2005, a partir das discussões da IV Conferência Nacional de Assistência Social, foi aprovada a Norma Operacional Básica (NOB), que teve como principal ação a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), um sistema que organiza os serviços de assistência social existentes no país. Articulado à Política Nacional de Assistência Social, compreende dois grandes programas sociais, sendo eles a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. O primeiro possui caráter preventivo de riscos e oferta programas e serviços socioassistenciais a famílias em situação de vulnerabilidade social. O segundo, de caráter corretivo, destina-se a famílias ou indivíduos que estão em situação de risco e enfrentam problemas sociais como drogas, maus tratos, abusos, abandonos, dentre outros (BRASIL, 2005).

Quinonero *et al.* (2013) em sua pesquisa buscam elencar as diferentes diretrizes assistenciais implantadas a partir da LOAS em 1993. Os autores acreditam que os anos seguintes à criação da LOAS foram marcados pela elaboração de diversas legislações e normatizações, sendo que cada uma delas possui consideráveis avanços no que diz respeito à assistência social como política pública e em cada política implantada pode-se perceber mais abrangência dos serviços socioassistenciais.

3.2 A intersectorialidade no contexto das políticas públicas assistenciais

A partir desses avanços na criação e normatização das políticas sociais, percebe-se um novo método de intervenção social por parte do Estado, com novas estratégias de gestão pública, pautando-se prioritariamente nas necessidades do cidadão, visando mais a descentralização e a integração entre as diversas políticas sociais, não mais considerando cada política de forma separada, mas integrando-as a um só objetivo (GARAIAU, 2013).

Diante disso, o seguinte tópico busca correlacionar a intersectorialidade no contexto das políticas públicas sociais, analisando essas ações intersectoriais articuladas também às políticas assistenciais. Para isso, é necessária uma breve conceituação do termo intersectorialidade no âmbito das políticas sociais e na esfera da Assistência Social, conforme descrito a seguir.

Pode-se denominar intersectorialidade como a integração de ações sociais implantadas em vários setores (GIAQUETO, 2010). A busca pela desfragmentação das políticas sociais e a necessidade percebida em inovar na formulação e implementação de políticas públicas é uma das tarefas da intersectorialidade, que tem sido defendida por diversos analistas da área. Como estratégia de gestão, essas ações buscam a promoção de práticas sociais mais eficazes na luta contra as iniquidades sociais (MONNERAT e SOUZA, 2009).

A intersectorialidade, além de princípio ou paradigma norteador, pode também ser considerada uma nova forma de gestão, que estabelece relações e formula estratégias entre setores de determinada política social. No âmbito das políticas sociais, a intersectorialidade tem ganhado espaço pelo fato de durante muitos anos as políticas assistenciais serem consideradas elementos de setores particulares (saúde, educação, previdência, dentre outros), não integrados entre si. A partir dessa visão convencional, buscou-se a necessidade de desmistificar esses conceitos, buscando a integração entre os diversos setores e políticas, justificando que esses elementos fazem parte de um todo indivisível, uma vez que cada política envolve elementos referentes a outras áreas e não somente a uma área específica (PEREIRA, 2014).

A intersectorialidade passou a ser mais comumente considerada a partir da identificação da necessidade da eficácia na implementação das políticas setoriais, no que tange ao atendimento das demandas sociais e aos recursos utilizados na implementação de tais demandas. A partir de então, as ações intersectoriais passaram a integrar a agenda dos gestores públicos, os quais na criação das políticas sociais passaram a buscar maior articulação entre o governo e sociedade (NASCIMENTO, 2010).

Entretanto, Giaqueto (2010) afirma que não apenas a integração de ações, é necessário também integrar as diversas instituições envolvidas. Visando a universalização da proteção social, as ações intersectoriais devem considerar as condições territoriais que estão no contexto dos grupos sociais em que são aplicadas as políticas.

Ainda, para que se efetive a intersectorialidade, é preciso que exista uma estrutura administrativa que viabilize esse contexto, bem como é necessário que se disponha recursos humanos e financeiros para a efetivação dessa prática. Os sistemas de informação também necessitam estar interrelacionados e o

posicionamento político necessita ser favorável ao trabalho intersetorial (GIAQUETO, 2010). A criação de mecanismos facilitadores ao processo de diálogo, fluxo da informação e comunicação também se configura essencial a concretização das ações intersectoriais (MONNERAT e SOUZA, 2009).

Portanto, falar em intersetorialidade é buscar a resolução de problemas sociais através da interação e articulação entre diversos setores, sem perder a especificidade de cada setor. Como estratégia de gestão, essa prática busca a promoção e defesa dos direitos do cidadão. Todavia, a efetiva implantação da intersetorialidade ainda depende de muitos fatores (GARAIAU, 2013).

A concretização efetiva da intersetorialidade nas políticas sociais ainda é um processo complexo, uma vez que os conceitos intersectoriais ainda não estão claramente definidos, sendo que estes têm sido abordados em diversas perspectivas. Ainda, percebe-se dificuldades na implantação de ações intersectoriais na gestão das políticas sociais, pois muitos gestores ainda não sabem como operacionalizá-la. A falta de normatização dessas políticas pode gerar um distanciamento entre o discurso da intersetorialidade e o que efetivamente ocorre na prática (PEREIRA e TEIXEIRA, 2013).

Para Giaqueto (2010), um dos impasses à efetivação do trabalho intersectorial é a dificuldade de diálogo existente nas diversas áreas do conhecimento. No âmbito da assistência social isso ocorre muitas vezes pela falta de informação entre os órgãos públicos que gerenciam essas políticas. Monnerat e Souza (2009) consideram que a eficácia das ações intersectoriais também pode ser comprometida pelo fato de muitos gestores formularem políticas que se adequem apenas a determinadas áreas geográficas de atuação. Quando se define uma área comum para a implantação das políticas sociais, dá-se o primeiro passo na promoção da intersetorialidade (MONNERAT e SOUZA, 2009).

Giaqueto (2010) também ressalta que é necessário estar atento para que as ações intersectoriais não sejam apenas uma soma de programas e projetos, sem que haja uma real estratégia que integre as ações envolvidas. Ainda, é preciso cautela para que as ações intersectoriais não sejam consideradas apenas métodos passageiros para atender demandas emergentes (MONNERAT e SOUZA, 2009).

Nesse sentido, Pereira (2014, p. 17) destaca que "a tarefa de intersectorializar não é fácil, mas também não é impossível, desde que todos estejam conscientes de que vale a pena persegui-la em prol da democracia".

A intersectorialidade por si só não promove o desenvolvimento e inclusão social, mas sua existência é um fator que leva à viabilização desse desenvolvimento. É fundamental que se perceba que as ações intersectoriais no âmbito das políticas sociais contribuem para uma visão mais totalizante e integrada das ações sociais. "Nessa lógica, a intersectorialidade deve ser compreendida como um arranjo complementar, capaz de dar respostas às demandas que as políticas setoriais, em virtude de suas limitações, já não conseguem mais atender" (PEREIRA e TEIXEIRA, 2013, p. 125).

Considerando a complexidade dos problemas sociais existentes, a saber, violência, pobreza, drogas, percebe-se que não se pode trabalhar com políticas sociais isoladas, fragmentadas e descoordenadas, pois esses procedimentos apenas conduzem a uma ineficiência e ineficácia de tais políticas. A intersectorialidade não contribui apenas para a operacionalidade dos projetos, mas age também nas políticas de avaliação dos resultados, pois uma vez que as ações são coordenadas, pode-se mensurar os impactos causados com mais facilidade (NETO CISNE, 2012).

Conforme já abordado, a intersectorialidade tem se destacado com mais veemência no âmbito das políticas sociais. No campo das políticas de assistência social, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem implantado diversas iniciativas que favorecem o desenvolvimento de ações intersectoriais, sendo algumas ações expressas no Sistema Único de Assistência Social, já abordado em tópicos anteriores deste trabalho (PEREIRA e TEIXEIRA, 2013). Diante disso, Sposati (2004) acredita que a assistência social pode funcionar como mediadora, construindo e operando a intersectorialidade dentro das políticas sociais, isto é, contribuindo para a efetivação dos serviços e ações sociais entre as diversas políticas.

Relacionando-se com as diversas áreas, econômicas, sociais e psicológicas, a assistência social visa a solução dos problemas sociais, evidenciando os princípios dos direitos humanos e da justiça social. O profissional que atua na assistência social deve interrelacionar o seu conhecimento aos conhecimentos alheios (FALEIROS, 2011).

As áreas da Assistência Social e Educação têm buscado integração em diversas ações sociais, sendo que nessas áreas apesar de ainda existirem poucos

estudos é onde mais se identificam políticas sociais que utilizam ações intersetoriais (MONNERAT e SOUZA, 2009).

No âmbito das políticas educacionais, percebe-se diversos esforços governamentais no sentido de articular políticas intersetoriais que contribuam para o combate de diversos problemas existentes, principalmente no que se refere à evasão escolar, ao analfabetismo, taxas de distorção entre idade e série, dentre outros aspectos. Essas ações intersetoriais baseiam-se na concepção de que problemas familiares estão diretamente relacionados a problemas educacionais vivenciados pelas crianças e adolescentes (MONNERAT e SOUZA, 2009). Conforme afirma Carvalho (2011), no contexto acadêmico, a intersetorialidade surge como uma alternativa de enfrentamento às questões sociais, buscando a efetivação da proteção integral e materializando os direitos sociais do estudante.

No contexto dessas políticas públicas educacionais, destaca-se o programa Assistência Estudantil, o qual atua buscando a articulação entre diversos setores governamentais, envolvendo também diversos atores sociais, sendo considerado um programa educacional que atua de modo intersetorial. Ainda, contempla o estudante em seus diversos aspectos, sociais, educacionais, culturais e econômicos, buscando corroborar a garantia dos direitos do estudante como cidadão. O tópico seguinte aborda as principais concepções referentes à assistência estudantil e seus desdobramentos como política pública educacional.

3.3 Assistência estudantil como política e direito

A assistência estudantil é uma política pública educacional que visa apoiar a formação acadêmica de estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade social e econômica, buscando reduzir possíveis desigualdades entre estudantes, bem como minimizar os efeitos da evasão e retenção escolar (VASCONCELOS, 2010; PARENTE, 2013). Constitui-se como uma ferramenta necessária aos estudantes que possuem baixos recursos financeiros, a fim de que possam superar os obstáculos acadêmicos que tentam impedi-los de desenvolverem plenamente os seus estudos e de obterem um bom desempenho curricular, minimizando dessa forma o percentual de abandono escolar e trancamento de matrícula (FINATTI, *et al.* 2004).

Programas assistenciais não se dão somente no contexto educacional, podendo ser dirigidos a diversos outros setores. Entretanto, no âmbito educacional, a assistência estudantil objetiva mobilizar recursos a fim de garantir que estudantes socialmente vulneráveis permaneçam na instituição escolar, evitando assim problemas que possam prejudicar o seu percurso no processo de formação profissional (ALVES, 2002; COSTA, 2009). Dentre os serviços mais visualizados nas políticas de assistência estudantil estão restaurantes universitários, auxílios financeiros, serviços de saúde e moradia estudantil (VASCONCELOS, 2010; GARRIDO e MERCURI, 2013; SILVEIRA, 2012).

A assistência estudantil, doravante também denominada AE, contempla estudantes do ensino superior, ensino técnico e ensino médio. Abreu (2012) destaca o importante papel que os estudantes secundaristas têm exercido na luta pela AE, sendo o grêmio estudantil a principal ferramenta na luta pelos direitos sociais dessa modalidade acadêmica. No âmbito dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, pelo fato de existirem as três modalidades de ensino, médio, técnico e superior, a AE é amplamente direcionada.

A assistência estudantil também têm sido discutida para o ensino da pós-graduação. A Associação Nacional da Pós-Graduação (ANPG) tem se colocado na luta para que esse direito também alcance essa modalidade. Além disso, também tem sido discutida a possibilidade de inclusão da AE para o Ensino à Distância (EAD). Devido às mudanças existentes na educação superior do país, relativas a facilidade do acesso à educação pelas diversas camadas sociais, tem ocorrido mudanças no nível socioeconômico dos estudantes, alcançando também os níveis de pós-graduação, sendo que essa parcela também necessita ser atendida com relação aos auxílios estudantis.

Para Nunes (2010), pode até ser possível o aluno conseguir se manter na universidade sem o auxílio das políticas de assistência, entretanto, com a existência dessas políticas o estudante pode usufruir de uma maneira mais adequada o seu percurso escolar.

A assistência estudantil precisa ser entendida como elemento integrante dos princípios de gestão administrativa das instituições de ensino, devendo ser incorporada às políticas de ensino, pesquisa e extensão (SILVEIRA, 2012; BARRETO, 2003). A importância de existir ações – tais como bolsas, auxílios, moradias estudantis e restaurantes universitários – para o apoio ao estudante no

período de graduação, e também nos demais níveis de estudo, é inquestionável e inegável (ARAÚJO e MORGADO, 2007).

A plenitude acadêmica não se satisfaz completamente se não houver mecanismos que auxiliem esse processo. Sendo assim, faz-se necessário associar a qualidade do ensino a políticas efetivas de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, cultura e lazer, entre outros. Para que o estudante desempenhe o seu papel acadêmico, são necessários materiais didáticos, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade para participar de eventos acadêmicos e culturais (VASCONCELOS, 2010; PARENTE, 2013).

Um estudo feito pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) sobre o perfil socioeconômico dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) identificou que boa parte dos alunos em situação de vulnerabilidade econômica não são atendidos pela assistência estudantil. Os dados da pesquisa revelaram que 44% dos estudantes se situam no limite socioeconômico apto a ser atendido pela AE. No entanto, a pesquisa revelou que somente 11% dos alunos nessa faixa de renda estão sendo beneficiados pelo programa, deixando outros 33% sem contemplar os benefícios (FONAPRACE, 2011).

A maior parte das instituições de ensino possuem uma pró-reitoria responsável pelos programas de assistência estudantil, entretanto, não existe uma pró-reitoria específica para isso, sendo essa uma das lutas dos movimentos estudantis, que reivindicam que cada universidade tenha uma Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e cada Campus tenha uma secretaria que cuide desse assunto de acordo com sua realidade local (SILVEIRA, 2012).

Um dos principais benefícios da AE é o recurso financeiro mensal concedido ao estudante, nomeado pela maioria das instituições como bolsa permanência. A bolsa permanência pode se resumir a apenas um auxílio financeiro concedido sem destinação específica ou pode se desmembrar em vários auxílios, como auxílio transporte, auxílio moradia, auxílio material escolar, dentre outros, sendo permitido ao aluno receber mais de um auxílio concomitantemente. O valor concedido do benefício varia geralmente entre R\$ 200 e R\$ 710,00, mas o valor mais visualizado pago pelas instituições encontra-se entre R\$ 300,00 e R\$ 400,00 (SILVEIRA, 2012).

Pesquisa feita pelo FONAPRACE (2004) identificou que 86% das universidades federais concedem a bolsa permanência para os seus alunos. Essa

modalidade de bolsa é a mais identificada nas universidades, sendo que 11% de todos os estudantes recebem esse auxílio.

Algumas instituições adotam o procedimento de que o aluno beneficiado pela AE deve realizar alguma atividade de extensão, pesquisa ou tarefas administrativas em contrapartida ao benefício recebido. Outros critérios também são utilizados como condição de continuidade no recebimento das bolsas como o bom desempenho acadêmico ou nenhuma reprovação por notas ou por infrequência. Algumas instituições exigem que o aluno não possua nenhum vínculo empregatício, em outras o aluno pode trabalhar, mas tem um limite máximo de renda que deve receber (SILVEIRA, 2012).

No entanto, alguns fatores podem ser considerados como entraves para o gerenciamento do programa. A falta de padronização dos serviços de assistência estudantil é um elemento que dificulta a eficácia do programa, uma vez que cada instituição possui seu próprio regulamento interno sobre o programa. Sendo a AE é uma política nacional, é necessária uma padronização desse programa feito por uma equipe de gestores, técnicos e discentes envolvidos, a fim de garantir a permanência estudantil, que deve ser vista como um direito do estudante garantido pela universidade (SILVEIRA, 2012).

Abreu (2012) destaca que a assistência estudantil não é somente um programa de auxílio financeiro, pedagógico ou psicológico. É sobretudo uma luta pelo acesso à educação, visto que o apoio concedido ao favorecer a permanência do estudante faz com que ele garanta o seu direito à educação. Uma vez que o ingresso no ensino superior não garante a conclusão dos estudos, é preciso que o estudante se engaje nas lutas pela AE mobilizando-se pelo seu reconhecimento como uma política pública e como um direito intrínseco.

Também não se constitui um programa de assistencialismo ou caridade, uma vez que a assistência estudantil é uma política pública alcançada por direito pelo cidadão. Sendo assim, deve ser considerada um investimento para a sociedade, uma vez que o Estado ao conceder ao indivíduo a possibilidade de permanência na universidade, concede a oportunidade de formar jovens capacitados, que irão se desenvolver e contribuir para a mobilidade social (SILVEIRA, 2012).

Por razões econômicas, nem sempre o estudante pode dedicar-se em sua totalidade aos estudos. Por vezes, o jovem estudante depara-se com situações em que necessita de uma renda complementar ao auxílio concedido pela família, tendo

que em grande parte das vezes recorrer ao mercado de trabalho. Nessas situações, a renda obtida com a assistência estudantil pode ser considerada um apoio para que o estudante não necessite trabalhar para se manter no sistema escolar, uma vez que o trabalho pode ser um empecilho à continuidade dos estudos pelo indivíduo, que muitas vezes, sem conseguir conciliar a rotina de estudos com o trabalho, opta por abandonar a vida acadêmica.

Nesse sentido, Zago (2006) destaca que o trabalho concomitante ao estudo e as dificuldades econômicas não impedem o estudante apenas de concluir os seus estudos, mas de realizar atividades complementares, como participação em eventos científicos e culturais realizados pela universidade, compra de livros para auxílio ao aprendizado, congressos e conferências, dentre outros. Esse empecilho faz com que o estudante se sinta isolado dos demais, pois não desfruta da totalidade de atividades que a vida acadêmica pode lhe proporcionar.

Um estudo feito por Zago (2006) destacou que muitos estudantes de baixa renda que cursam o nível superior, iniciam os seus estudos com uma certa quantia monetária que acumulam com pequenos trabalhos e após ingressarem na universidade, por receio de que o dinheiro acabe, procuram um trabalho para suprirem suas necessidades econômicas. Para estes e outros estudantes que se encontram em situações semelhantes, o início dos estudos é uma caminhada que não se sabe até onde vai, pois só será possível permanecer na universidade caso o estudante encontre um trabalho para se manter.

Nesse mesmo estudo, Zago (2006) identificou que a totalidade dos estudantes pesquisados exerciam alguma atividade remunerada para complemento da renda. Desses, 66% exerciam atividades dentro da própria universidade, por meio de bolsas trabalho, bolsas de extensão ou de pesquisa e monitoria. Os outros 34% restantes exerciam atividades remuneradas fora da universidade. Nesse contexto, destaca-se a importância das atividades universitárias remuneradas, uma vez que as mesmas proporcionam uma maior flexibilidade no horário, além do estudante poder utilizar os recursos disponíveis em seu ambiente de trabalho para estudar, condição essa não aceita na maior parte dos trabalhos assalariados. Além disso, o contato que o estudante possui com a universidade lhe permite apropriar-se com maior intensidade da cultura acadêmica, fazendo com que este desenvolva o desejo de continuar os estudos após o término da graduação.

Um estudo feito por Nunes (2010) sobre o perfil socioeconômico de estudantes trabalhadores e de baixa renda da Universidade de São Paulo (USP) identificou as dificuldades pelas quais eles passam devido ao trabalho. Constatou-se que o trabalho os impedia de terem uma vida social e participarem de festas e eventos acadêmicos, além de desfrutarem da infraestrutura da biblioteca.

“O maior obstáculo é contudo, a falta de tempo, até porque se ela não impede, dificulta sobremaneira o acompanhamento do curso. [...] As estratégias de acompanhamento do curso são inúmeras e frequentemente impróprias: avançar no tempo de sono, estendendo a jornada insone [...] avançando no tempo de lazer, já exíguo, ou burlando o horário de trabalho para estudar, ter lazer, ou mesmo para tirar xerox dos textos de leitura às escondidas do chefe ou patrão (NUNES, p. 316, 2010).

Um estudo feito pela Fundação Carlos Chagas (FCC, 2009) identificou que alunos de escolas particulares afirmam seguramente que ao término do ensino médio irão cursar ensino superior, enquanto que alunos de escolas públicas se mostram conscientes das dificuldades e alegam terem que trabalhar para custear os estudos no nível superior.

De acordo com pesquisa feita pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), entre os anos de 2004 a 2009 cerca de 56% dos estudantes brasileiros trabalhavam enquanto estudavam. Desse total, 5,5% diziam ser o principal responsável pelo sustento da família, 13,5% contribuía para o sustento da família e 10% não recebiam nenhuma ajuda da família para se sustentarem (BRASIL, 2012).

3.3.1 Assistência estudantil: um olhar histórico

Uma vez conhecidos os principais conceitos relativos à assistência estudantil, faz-se necessário compreender os aspectos históricos que levaram ao surgimento do programa e de que forma este se estabeleceu na agenda pública.

A história da assistência estudantil caminha junto à história da assistência social, todavia, ambas possuem conceitos e diretrizes diferentes. Além disso, a história da AE pode ser dividida, de acordo com Costa (2009), em duas fases, sendo a primeira constituída desde a criação das universidades até o momento em que houve uma democratização política. A segunda fase compreende um período onde passou a se debater projetos de leis que resultaram efetivamente em políticas de

AE, pois em períodos anteriores as políticas assistenciais pautavam-se somente em termos gerais, não específicos à educação.

Entretanto, Parente (2013) pontua outra visão, onde pode-se entender duas fases da assistência estudantil no Brasil: até 1970, em que as ações eram voltadas somente para situações emergenciais, demandando atender somente moradia e alimentação e a partir de 1970, quando foi criado o Departamento de Assistência Estudantil (DAE), onde as ações já estavam mais voltadas para um processo de formulação de políticas públicas, com debates cujos enfoques eram suprir os direitos sociais dos cidadãos.

No ano de 1928, durante o governo de Washington Luís, um fato indicava um possível surgimento das políticas assistenciais: a criação da Casa do Estudante Brasileiro, em Paris, tendo o governo brasileiro se tornado responsável pela instituição, repassando verbas para sua construção e manutenção. Em 1937 foi criada a Casa do Estudante no Brasil, que era responsável pela assistência jurídica, bolsas, empregos, saúde e residência dos estudantes. Entretanto, em 1938, no II Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), a Casa do Estudante no Brasil foi abolida, sendo criado o Teatro do Estudante do Brasil, inspirado nos teatros universitários europeus, responsável por integrar os estudantes na vida cultural acadêmica (COSTA, 2009). Nessa mesma década, em 1931 institui-se o Estatuto das Universidades Brasileiras, que dispõe sobre atender estudantes que necessitem de auxílio financeiro, por meio de bolsas de estudo (BRASIL, 1931).

A Constituição de 1946 já preconizava a assistência estudantil quando dizia em seu Artigo 172 que cada sistema de ensino deveria ter, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional de modo a garantir o sucesso escolar dos alunos necessitados. Vai mais além, ao garantir em seu Capítulo II a educação como direito de todos (BRASIL, 1946).

Em 1961, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) já estabelecia uma incipiente política de assistência, ofertando serviços médicos, odontológicos e de enfermagem aos alunos, além de bolsas gratuitas aos educandos para custeio total ou parcial de seus estudos (BRASIL, 1961). Nesse mesmo período a comissão da Política de Assistência Cultural e Material ao Estudante realizou o II Seminário da Reforma Universitária em Curitiba. Nesse evento, foram discutidas questões como a criação de gráficas universitárias para impressão de material aos estudantes, assistência habitacional através da criação

de moradias estudantis, aumento no número de restaurantes universitários e assistência médica (COSTA, 2009).

Em 1970, o Ministério da Educação cria o Departamento de Assistência Estudantil (DAE) com a finalidade de implementar melhorias na política de assistência estudantil, buscando ofertar programas de alimentação, moradia e assistência médica-odontológica (COSTA, 2009).

Em 1972 é instituído o bolsa trabalho, uma iniciativa do governo para proporcionar oportunidades profissionais a estudantes de todos os níveis. Uma prerrogativa para receber a bolsa é de que o estudante comprove suas baixas condições econômicas (BRASIL, 1972).

As políticas existentes na teoria eram consideradas eficazes, mas pelo fato de serem pouco pontuais os resultados demonstravam que não estavam sendo suficientes para garantir a permanência dos alunos na universidade. Não havia ainda um projeto em âmbito nacional que envolvesse a assistência estudantil articulada a programas de apoio à permanência dos estudantes. Os projetos eram genéricos e pontuavam apenas em seus recortes a assistência estudantil (COSTA, 2009).

A década de 1980 tornou-se um marco para a luta dos estudantes por políticas de assistência, principalmente no que diz respeito à assistência estudantil. A partir daí, surge uma nova fase na AE em que foram surgindo várias políticas educacionais, provavelmente, atendendo a reivindicações estudantis. Entretanto, a década de 1990 trouxe prejuízos a tais políticas ocasionando cortes financeiros em diversos programas sociais por conta dos problemas econômicos pelos quais o país enfrentava (ABREU, 2012).

Em 1987, foi criado o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), do qual fazem parte pró-reitores, sub-reitores, decanos ou responsáveis por assuntos comunitários e estudantis das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas do Brasil. Radaelli (2013) destaca o FONAPRACE como uma ação estratégica da política nacional voltada à comunidade universitária, cujo objetivo é ampliar as discussões e ações relacionadas às políticas de assistência ao estudante, com vistas ao seu acesso e permanência no sistema de ensino.

Ainda, destaca-se a criação do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, que teve por um de seus objetivos a melhoria na qualidade de ensino e redução da

desigualdade social no acesso e permanência estudantil. Além disso, o PNE teve como proposta no contexto da assistência estudantil o estímulo às instituições públicas para a criação de bolsas-trabalho a estudantes que demonstrassem bom desempenho acadêmico (BRASIL, 2001).

Todavia, foi em 2007 o divisor de águas para as políticas públicas de assistência estudantil, quando foi criado o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), elaborado pelo FONAPRACE, que passou a ser adotado pelo Ministério da Educação (MEC). A partir da implementação do PNAES, a assistência estudantil passou a ser um item integrante da agenda das políticas públicas educacionais, sendo que o Estado a partir da criação do programa pode distribuir recursos especificamente para essa finalidade (BRASIL, 2007).

De acordo com Silveira (2012), antes da criação do PNAES, os recursos para a AE advinham de cada instituição, sendo que cada uma repassava verbas para o programa de acordo com sua disponibilidade orçamentária. A partir do PNAES, os recursos passaram a ser repassados pelo governo federal, possibilitando uma igualdade e uma maior disponibilidade de recursos.

3.3.2 Amparo legal da assistência estudantil

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB nº 9394/96 dispõe em seu Art. 3º que o ensino deve ser ministrado tendo como princípio a igualdade ao acesso e permanência escolar. Esta lei, criada em 1996 já preconizava alguns elementos no âmbito da assistência estudantil, mas ainda não havia por parte do Estado políticas realmente efetivas, que se articulassem em favor de uma assistência exclusiva ao estudante.

Em 2004, por meio da Lei 10.861/2004, foi instituído o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) o qual apresenta como um de seus objetivos prestar auxílio às instituições na inclusão social e nas políticas de atendimento aos estudantes e aos egressos (BRASIL, 2004).

Destaca-se também o Decreto 6.096/2007 que instituiu o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que apresenta em seu Art. 1º o propósito de criar condições para ampliar o acesso e contribuir para a permanência dos estudantes na Educação Superior. Vai além

quando em seu Art. 2º coloca como uma das diretrizes do programa a ampliação das políticas de inclusão e assistência estudantil (BRASIL, 2007).

Todavia, no Brasil a principal legislação vigente a favor da assistência estudantil é o PNAES, criado a partir da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, reafirmada posteriormente pelo Decreto nº 7.234/2010 e que institui como serviços essenciais da assistência estudantil a moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche, apoio pedagógico e auxílio à aprendizagem para estudantes com deficiência, sendo que cada instituição deve adotá-la conforme as suas necessidades e especificidades.

Os princípios que regem o Programa Nacional de Assistência Estudantil são os seguintes:

- I) a afirmação da educação superior como uma política de Estado;
- II) a gratuidade do ensino;
- III) a igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão de curso nas IFES;
- IV) a formação ampliada na sustentação do pleno desenvolvimento integral dos estudantes;
- V) a garantia da democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade estudantil;
- VI) a liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- VII) a orientação humanística e a preparação para o exercício pleno da cidadania;
- VIII) a defesa em favor da justiça social e a eliminação de todas as formas de preconceitos;
- IX) o pluralismo de ideias e o reconhecimento da liberdade como valor ético central (BRASIL, 2007).

O PNAES tem por objetivo central viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuindo para um melhor desempenho estudantil e prevenindo ações de repetência e evasão escolar. Os recursos são destinados prioritariamente a estudantes de cursos presenciais com baixas condições socioeconômicas, podendo ser estendidos também a estudantes de Educação à Distância, sendo estipulado um processo seletivo para isso (BRASIL, 2007).

A implantação do PNAES representou um marco histórico na luta pelos direitos assistenciais dos estudantes, haja vista essas reivindicações terem sido feitas durante anos por diversos movimentos sociais, muitas vezes sem obter êxito. Essa temática – assistência estudantil – deve ter uma atenção especial, uma vez que, devido às baixas condições socioeconômicas, muitos alunos abandonam seus cursos, submetendo-se a empregos de baixas remunerações, desistindo muitas vezes em definitivo, daquela que seria a sua única oportunidade de ascensão social e qualificação profissional (VASCONCELOS, 2010; PARENTE, 2013).

Inicialmente o PNAES foi criado para atender apenas as instituições federais de ensino superior. Somente a partir de 2010, por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foram incluídos os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia na abrangência do PNAES, tendo a partir desse momento sido destinados recursos do governo exclusivos para essa finalidade. Também ficou instituído que o benefício é destinado prioritariamente a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio, podendo ter, além desses, outros critérios de acordo com cada instituição (BRASIL, 2010).

Ao final de 2010, foi criado o Plano Nacional de Educação (PNE) 2011-2020, um plano elaborado por parlamentares e amplamente discutido na Conferência Nacional da Educação (CONAE). Entre as metas instituídas pelo PNE 2011-2020, está a de

“[...] ampliar, por meio de programas especiais, as políticas de inclusão e de assistência estudantil nas instituições públicas de educação superior, de modo a ampliar as taxas de acesso à educação superior de estudantes egressos da escola pública, apoiando seu sucesso acadêmico” (BRASIL, 2011).

Além do PNAES, o FONAPRACE também se coloca como um órgão de grande atuação nas políticas de assistência ao estudante, sendo um dos responsáveis na luta junto ao Estado pela criação do PNAES (UFPA, 2014). Seus principais objetivos são:

- Garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social;
- Proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição;

- Assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico;
- Contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas.

3.3.3 A política de assistência estudantil no IFTM

Apesar de não haver uma vasta literatura sobre a assistência estudantil nos Institutos Federais, sabe-se que os mesmos têm procurado desenvolver ações assistenciais em várias áreas, sendo elas: médica, odontológica e psicológica, dentre outros programas de assistência social, todos voltados para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social (ABREU, 2012).

No contexto do IFTM, a assistência estudantil somente foi regulamentada no ano de 2013 pela Resolução nº 80/2013, de 16 de dezembro de 2013, entretanto, desde 2011 a assistência estudantil já havia sido implantada na instituição. Conforme versa o texto sobre assistência estudantil no IFTM, o programa tem por objetivo auxiliar o percurso formativo do aluno, com vistas à sua inserção social e profissional, também contribuindo com o desenvolvimento humano, apoiando a formação estudantil e garantindo a permanência do estudante nos cursos regulares do IFTM.

O IFTM diferencia o auxílio estudantil da assistência estudantil, sendo o primeiro um apoio ao estudante de diversas formas, podendo ser este financeiro ou não, em serviços como moradia estudantil, seguro de vida, atenção à saúde e apoio à participação de eventos de caráter científico, técnico, esportivo, pedagógico, cultural. O segundo, denominado assistência estudantil restringe-se ao apoio financeiro dado ao estudante, sem que seja preciso uma contrapartida por parte do mesmo e tendo como principal objetivo a permanência do aluno no ambiente escolar.

Esses auxílios podem ser concedidos em todas as modalidades de ensino regulares ofertado pelo IFTM, a saber: ensino médio, cursos técnicos de nível médio nas várias formas (integrado, concomitante e subsequente, incluindo a modalidade

de Educação de Jovens e Adultos - EJA), graduação (licenciatura, tecnologia e bacharelado) e pós-graduação.

Apesar da existência dos auxílios supracitados, o IFTM Campus Paracatu somente oferece a assistência estudantil em duas modalidades: financeira e seguro de vida, sendo que no auxílio financeiro há uma seleção de candidatos e no seguro de vida são beneficiados todos os estudantes. Para o auxílio financeiro são atendidos estudantes que possuam renda de até 1,5 salários mínimos *per capita*. Para a continuidade da bolsa, é necessário que o aluno seja frequente às aulas (mínimo 75% de frequência) e permaneça em sua condição de vulnerabilidade econômica. O edital de seleção dos candidatos é elaborado pela Pró-Reitoria de Extensão, ficando a cargo do Campus Paracatu somente executá-lo.

A assistência estudantil recebeu no ano de 2013 como investimentos o equivalente a R\$ 576.300,00, sendo o total de beneficiados no Campus Paracatu 359 alunos. Para a modalidade de auxílio estudantil, que compreende o seguro, foram investidos cerca de R\$ 94.260,00, sendo beneficiados um total de 449 alunos. Durante o ano de 2014, foram ofertadas no Campus Paracatu cerca de 300 bolsas de assistência estudantil, sendo 260 para cursos técnicos e 40 para o curso superior existente no Campus, sendo beneficiados cerca de 44,6% dos alunos totais. A bolsa é mensal no valor de R\$ 240,00 e deve ser renovada anualmente.

Para o ingresso no IFTM, é necessário que o aluno esteja incluído em um dos subgrupos criados pelo governo Federal através da Lei nº 12.711, em 29 de agosto de 2012 (BRASIL, 2012), que rege a política de cotas para entrada nas IFES, que se estende no âmbito do IFTM também à entrada nos cursos técnicos, sendo os ingressantes divididos em 4 subgrupos:

- Grupo L1: candidatos que cursaram o ensino médio em rede pública e que tenham renda inferior a 1,5 salários mínimos *per capita*.
- Grupo L2: consideram-se as mesmas características do grupo L1 acrescidos da raça que deve ser pretos, pardos ou indígenas.
- Grupo L3: candidatos que cursaram todo o ensino fundamental/médio em escola pública, independentemente da renda.
- Grupo L4: consideram-se as mesmas características do grupo L3 acrescidos da raça que deve ser pretos, pardos ou indígenas.

Essa política corrobora ainda mais a necessidade da assistência estudantil no Campus Paracatu, para atendimento a esses subgrupos. As cotas para ingresso na

instituição correspondem a 51% das vagas, sendo assim, considera-se que pelo menos 51% dos ingressantes nos cursos técnicos fazem parte de uma camada social com baixo poder econômico, uma vez que a política de cotas, conforme destaca Silveira (2012) é uma política que busca democratizar o acesso ao ensino, permitindo que indivíduos pertencentes às camadas mais pobres da população tenham a oportunidade de ingressar no ensino superior.

3.4 Movimentos estudantis: história, concepções e fundamentos

Tendo em vista a importância dos movimentos estudantis para as causas estudantis, haja vista tais movimentos estarem sempre presentes nas lutas de interesses dos estudantes, pretende-se neste tópico do trabalho abordar a importância dos movimentos estudantis nas lutas assistenciais e suas conquistas para os estudantes. Além disso, será feito um breve histórico do surgimento destes movimentos e uma sintetização das principais entidades que constituem os movimentos estudantis.

3.4.1 Os movimentos estudantis no Brasil e suas conquistas sociais para os estudantes

O movimento estudantil é um agrupamento cujas ações são voltadas diretamente à educação. As ações dos movimentos estudantis definem os diversos interesses dos estudantes, dentre os quais se destacam a defesa de uma universidade gratuita, laica, presencial e de qualidade (RODRIGUES, 2008). Caracterizam o movimento estudantil as reivindicações, demandas e objetivos coletivos, caráter não institucional, exposição dos problemas com estratégias e ações coletivas. Podem ser de curto ou longo prazo e podem enfraquecer em períodos não escolares como férias e feriados. Podem ter caráter interno, abordando temas como moradias estudantis, alimentação, discussões sobre o uso do espaço universitário, ou caráter externo, quando abordam temas com maior amplitude como a qualidade do ensino e o papel das universidades no mundo contemporâneo (BRINGEL, 2009).

O movimento estudantil é um elemento constitutivo dos movimentos sociais, todavia uma característica que o torna peculiar é a transitoriedade dos seus membros, uma vez que os partícipes fazem parte do movimento de modo passageiro, somente enquanto estudam em uma instituição de ensino, diferente de outros movimentos sociais, como por exemplo os movimentos de luta pela igualdade racial, de gênero, movimentos de bairro, dos quais pode-se participar a vida toda. Isso dá ao movimento estudantil um caráter descontínuo e provisório, sendo que uma vez que os seus sujeitos mudam, o direcionamento político do movimento também pode ser alterado (SANTOS, 2007).

O movimento estudantil é um movimento plural onde o jovem tem a capacidade de se expressar por meio de diversos grupos que se formam dentro do cotidiano estudantil. Não se limita a movimentos formais de estudantes, podendo ser caracterizado por qualquer manifestação que permita mobilizar os estudantes para uma causa específica. Assim, o movimento estudantil não é único, mas é constituído por vários movimentos que se interrelacionam (MESQUITA, 2006).

Dentro do movimento estudantil, existem diversos grupos que vão desde aqueles que são partidários políticos até aqueles que possuem interesses temáticos mais específicos, como causas negras, feministas, executivas de curso, dentre outras. Existem ainda aqueles grupos que, apesar de organizados, não são ligados a nenhuma causa ou partido específico. São os independentes ou anarquistas (MESQUITA, 2006).

Não apenas a categoria universitária participa de movimentos estudantis, o ensino básico também contribui para a existência desses movimentos sociais. Nesse contexto, surgem os grêmios estudantis que de acordo com Pavão (2012) é um órgão colegiado para formação dos alunos onde estes desenvolvem atividades em diversas áreas, destacando-se como os mais discutidos os temas políticos e sociais, os quais abrangem a discriminação, drogas, melhorias na qualidade de ensino, direitos e deveres dos estudantes. Entretanto, as ações do grêmio não se restringem apenas à vida escolar dos alunos, se estendendo também em ações voltadas à comunidade em que estão inseridos.

Entretanto, algumas modalidades estudantis ainda não são contempladas, como por exemplo o Ensino à Distância (EAD). Para Santos (2007), a estrutura do movimento ainda é pensada para alunos de cursos presenciais, prejudicando os

alunos das outras modalidades. É preciso criar mecanismos que facilitem e motivem o aluno da EAD a se engajar nesses movimentos.

Mesquita (2006) ressalta que nos últimos anos, o movimento estudantil não tem se destacado somente na luta pelas causas estudantis, tendo estado à frente também de movimentos mais amplos como cultura, política, meio ambiente, movimentos das minorias, dentre outros, destacando o Impeachment de Collor como um dos momentos de maior participação estudantil já vista no país. Entretanto, não se tem conseguido aglutinar grande parte dos estudantes para essas causas, expressando pouca representatividade e uma participação fragmentada dos estudantes, fazendo com que o movimento estudantil enfrente uma crise de representatividade e organicidade. (MESQUITA, 2006).

Uma das principais causas desse afastamento se deve ao desgaste existente na estrutura do movimento estudantil, que já sente dificuldades em contemplar as novas demandas juvenis, e a falta de mecanismos estratégicos para envolver os estudantes em suas diversas mobilizações. Ainda, o movimento estudantil não conseguiu se adaptar aos novos modelos organizacionais, mantendo ainda em sua estrutura uma posição hierárquica e centralizada (MESQUITA, 2006).

Para Ferraro (2011), o movimento estudantil é um movimento social que busca a democratização do ensino, porém tem se tornado policlassista, sendo que duas tendências são predominantes em seu regime: uma de cunho democrática, que defende os interesses da sociedade e outra de cunho mais burguês, ligados aos interesses da burguesia. O autor ainda destaca que é por esse motivo que o movimento estudantil tem se enfraquecido, porque os interesses não são mais únicos.

Além disso, Santos (2007) aponta a dificuldade que alguns estudantes têm em debater assuntos polêmicos como por exemplo o aborto. Em seu estudo sobre os movimentos estudantis, os estudantes relataram que a universidade não permite que se debatam questões polêmicas, principalmente aquelas ligadas a alguma religião, ferindo assim o princípio laico do saber e cerceando a liberdade da pesquisa ao não permitir o enfrentamento de questões importantes que permeiam a sociedade.

Para Bonfá e Figueiredo (2010), há um conformismo generalizado por parte dos estudantes quanto às questões político-ideológicas fazendo com que estes não se mobilizem mais como antes por questões como a subordinação da universidade

ao sistema capitalista, a mercantilização do ensino e ao sucateamento da universidade pública por conta das políticas neoliberais do Estado.

Muitos estudantes têm enxergado a universidade somente como um aporte para suas vidas profissionais. Interessados somente na aquisição de um diploma que lhes permita uma mobilidade social, não a enxergam como um espaço coletivo de participação onde se discutam assuntos de cunho social e político, confirmando uma ação passiva e pouco crítica da sociedade. Esse perfil político e conservador é muito visualizado e reproduzido na sociedade brasileira. Tentar modificar essa situação torna-se um desafio para o movimento estudantil (MESQUITA, 2006).

Tudo muda quando o jovem passa a se enxergar como protagonista de sua história, como sujeito de direitos, um ator social que possui amplos poderes para mudar a realidade social em que está inserido. A importância da juventude nesses movimentos é que o jovem tem por si só uma característica de buscar algo novo, quebrar paradigmas de uma sociedade repleta de tradições que não mais se sustentam (MESQUITA, 2006).

Como organização social, os movimentos estudantis se estruturam em categorias, definidas a partir das demandas específicas de cada movimento. A seguir são apresentadas, conforme a UNE (2014), as principais entidades que representam o movimento estudantil no Brasil:

OCLAE – Organização Continental Latino Americana e Caribenha dos Estudantes: Sediada em Cuba, é uma organização composta por estudantes da América Latina, sendo considerada a maior entidade representativa dos estudantes desse continente.

UNE – União Nacional dos Estudantes: A UNE é uma organização estudantil brasileira cujo objetivo é defender os interesses estudantis promovendo campanhas e participando de debates e lutas pela defesa da democracia, da educação e do patrimônio social. Fazem parte da UNE os DA's, CA's e Diretório Central dos Estudantes (DCE's), além de outras organizações estudantis brasileiras. A diretoria da UNE é eleita a cada dois anos no Congresso da UNE (CONUNE).

UEE – União Estadual dos Estudantes: É uma organização estudantil regional. Suas ações são semelhantes à UNE, mas a sua abrangência é a nível regional, contribuindo para o fortalecimento das lutas estudantis.

DCE – Diretório Central dos Estudantes: É uma representação estudantil que atua dentro das universidades que possuem mais de quatro cursos superiores,

sendo sua abrangência limitada à universidade que representa. Participa das ações regionais e nacionais da UEE e UNE, respectivamente. São responsáveis pela mobilização dos estudantes, pela luta por melhorias no ensino e na estrutura acadêmica e por algumas atividades culturais das universidades.

CA (Centro Acadêmico) e DA (Diretório Acadêmico): Presente em cada curso essas organizações são de menor porte e atuam em busca de melhorias no ensino e na estrutura acadêmica do curso que representam. Fazem parte da chamada base do movimento estudantil e estão presentes nas ações da UEE e da UNE.

Executivas de curso: São entidades que representam um determinado curso atuando em busca de melhorias no currículo e em questões de regulamentação da profissão. Promovem encontros e debates relacionados à área que representam.

No âmbito do ensino secundarista (ensino fundamental, médio e técnico), também existem as entidades representativas dos movimentos estudantis, sendo elas:

UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. É a maior representação nacional dos estudantes secundaristas. Atua na luta dos interesses dos estudantes de ensino fundamental, médio e técnico. Atua em questões específicas à educação e à juventude por meio de campanhas, encontros e conselhos, sempre buscando a participação dos estudantes. Sua diretoria é eleita a cada dois anos.

UES – Uniões Estaduais Secundaristas e UMES – União Municipal dos Estudantes Secundaristas: Suas ações são semelhantes às ações da UBES, entretanto, sua atuação limita-se à abrangência do estado e do município a que pertencem. Cabe a essa entidade representar os interesses estudantis de acordo com as necessidades regionais, bem como desenvolver um programa político de atuação própria.

Grêmios Estudantis: Representa o conjunto dos estudantes de ensino fundamental, médio e técnico de uma mesma escola, atuando nas lutas estudantis, discutindo sobre os problemas gerais ou específicos de determinada instituição de ensino. Também promovem atividades culturais e acadêmicas. Auxiliam como intermediários no diálogo com as entidades gerais (Uniões Estaduais e UBES).

Os alunos da pós-graduação no Brasil estão representados pela ANPG – Associação Nacional de Pós Graduandos: Constitui-se uma organização estudantil que atua no nível da pós-graduação abrangendo estudantes de mestrado, doutorado

e de outros programas dessa modalidade. Lutam pelas questões relacionadas à bolsas estudantis, melhores condições de pesquisa e de ensino no país. Também lutam para o fomento de pesquisas mais humanistas e vinculadas às causas sociais do país, fortalecendo também as ações do movimento estudantil universitário e secundarista.

3.4.2 Panorama histórico e atual dos movimentos estudantis no Brasil

Em 1901 foi criada a Federação Brasileira dos Estudantes, constituindo-se um marco inicial para a construção dos movimentos estudantis no Brasil (PAVÃO, 2012). Entretanto, a oficialização desses movimentos só ocorreu em 1937, quando foi criada a União Nacional dos Estudantes (UNE), para unificar as lutas dos estudantes e organizar as ações propostas, haja vista anteriormente essas ações se darem somente em um contexto local. Diante disso, a UNE foi instituída com a proposta de unificar as diversas ações locais, transformando-as em propostas nacionais (RODRIGUES, 2008).

No Brasil, os movimentos juvenis ganharam força entre a década de 60 e 70, quando os movimentos estudantis eclodiram em diversos países do mundo. Nesse período, as lutas se pautavam em aspectos mais uniformes, em lutas sociais mais abrangentes para a sociedade, não se adentrando em situações locais vividas pelos estudantes. O movimento estudantil registrado na década de 60 constituiu-se a primeira representação estudantil a nível nacional (MESQUITA, 2006).

Para Garcia (2010), a década de 1960 marcou o mundo político porque nessa época a revolução socialista ganhava espaço mundo afora. No Brasil a ditadura militar, instaurada em 1964 após a destituição de João Goulart do poder, sendo fortalecida em 1968 com o Ato Institucional 5, trouxe um dos períodos de maior violência e repressão que o Brasil já presenciou. Nessa época, a UNE se constituiu como um órgão de representação estudantil de maior expressão no âmbito nacional, possuindo sua maior atuação entre os anos de 1964 e 1968, fase crítica da ditadura militar no Brasil por ser o seu início (PAVÃO, 2012).

Nesse período, muitos grupos descontentes com a situação política instaurada começaram a se manifestar por maior liberdade de expressão, integrando diversos movimentos culturais, educacionais e políticos. Entretanto, quanto mais se

manifestavam, maiores eram as formas de repressão a esses movimentos. Um dos principais momentos de repressão da época foi a invasão pelos militares a um congresso organizado pela UNE na cidade de Ibiúna – SP. O evento foi cancelado pelos militares e todos os que se encontravam presentes no local foram presos, inclusive 150 mulheres que ali estavam (GARCIA, 2010).

Outro fato ocorrido contra estudantes foi a Guerra de Maria Antônia, também ocorrida em 1968, que se deu após a ocupação dos estudantes na Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) na Rua Maria Antônia onde se preparavam para o 30º Congresso da UNE. Enquanto os estudantes tentavam arrecadar fundos para o congresso, fazendo pedágio nessa rua, o Comando de Caça aos Comunistas invadiu a Faculdade de Filosofia junto com a polícia militar, e devido ao seu poderio bélico ser maior que o dos estudantes, a faculdade foi destruída e um estudante foi morto (GARCIA, 2010).

Mesmo com a repressão vivida pela ditadura militar, os estudantes não deixaram de continuar suas lutas contra a desigualdade social vigente e melhorias nas políticas educacionais (RODRIGUES, 2008). Com toda a movimentação estudantil existente no país, foi criada a Lei Suplicy de Lacerda, Lei 4.464, de 9 de novembro de 1964, que visava controlar as movimentações estudantis no país, visando principalmente sua extinção. Devido a intensificação das repressões, os movimentos diminuíram sua intensidade (PAVÃO, 2012).

Nos anos 1970 o mundo presenciou as lutas dos movimentos estudantis em diversos países, fazendo com que no Brasil o movimento estudantil voltasse a se organizar, agora com um diferencial, pois os estudantes se organizavam por áreas cursadas. A principal luta era contra o sistema capitalista vigente (RODRIGUES, 2008; PAVÃO, 2012). É nesse período que se formam os Centros Acadêmicos e Diretórios Acadêmicos, conhecidos popularmente como CA's e DA's, respectivamente (UNICAMP, 2007).

Santos (2010) destaca que a década de 70 foi uma década peculiar para as políticas do movimento estudantil. Isso porque, ao final dos anos 60 a invasão pelos militares ao Congresso de Ibiúna fez o movimento se retrair mais. Dessa forma, as reuniões começaram a ocorrer na clandestinidade, dificultando a descoberta da autoria de alguns movimentos. Devido à desarticulação política do movimento estudantil, começou-se a busca por uma reorganização do movimento, conscientizando os estudantes sobre a necessidade da retomada das lutas. Isso se

deu por meio de manifestações, eventos, grupos de estudos onde se discutiam pensadores revolucionários como Marx, Lenin, dentre outros. Manifestações culturais por meio de teatro e dança também foram feitas. A reconstrução dos CA's e DA's foi também um grande marco para a retomada da luta estudantil.

Em 1973, morre o estudante Alexandre Vanucchi Leme e um grande protesto na Universidade de São Paulo ocorrido por esse motivo retoma a mobilização estudantil. Além disso, a greve da Escola de Comunicação e Artes da USP representou um marco para a mobilização estudantil, pois foi nela que várias tendências políticas surgiram e se expandiram (SANTOS, 2010).

Em 1977 renasce o movimento estudantil, por meio dos Encontros Nacionais dos Estudantes (ENE) e os Dias Nacionais da Luta pela Anistia, ocorridos em diversos lugares do país. Porém a efetivação da reorganização política do movimento estudantil somente se deu com a reconstrução da UNE em 1978 em um congresso realizado em Salvador (SANTOS, 2010).

O auge das manifestações estudantis desse período ocorreu em meados da década de 70, quando milhares de pessoas se reuniram na Praça da Sé em uma missa pela morte do Jornalista Vladimir Herzog, torturado e morto por militares da ditadura. Além disso, o enfraquecimento da ditadura no Brasil abriu espaço para o ressurgimento dos movimentos estudantis. Os ENE's tiveram participação singular nessa reorganização e as atividades realizadas nas universidades corroboraram a importância da volta da luta estudantil e do fim do regime militar (SANTOS, 2010).

Todavia, devido às duras repressões sofridas pelos estudantes no período da ditadura, muitos estudantes não queriam mais se envolver com a luta estudantil. Assim, mesmo com a volta dos movimentos na década de 70, este não tinha a mesma força obtida na década anterior. Foi preciso um intenso trabalho para reeducar a massa estudantil para as lutas políticas (SANTOS, 2010).

Nessa mesma época, muitas questões estudantis como aumento de verbas e melhoria da qualidade do ensino já estavam sendo debatidas. Universidades como Universidade Federal do Rio de Janeiro e Pontífice Universidade Católica se uniram em greves contra a cobrança de anuidades e aumento de preços do bandeirão. A Universidade de Brasília (UNB) se manifestou neste mesmo ano contra o jubramento (uma forma de punição para alunos com baixo rendimento escolar) e contra taxas cobradas pela secretaria para emissão de documentos (SANTOS, 2010).

Somente em 1980 o movimento estudantil ganha maior força nacional com a reconstrução da UNE, tendo seu auge em 1984 com o movimento Diretas Já (RODRIGUES, 2008; PAVÃO, 2012).

A década de 1990 passa a ser um marco para os movimentos sociais brasileiros, com a implantação das políticas neoliberais, a globalização mais latente e com a inclusão da educação como pauta vigente nas agendas políticas (BRINGEL, 2009). Nesse período, as pautas dos movimentos estudantis visavam a política neoliberalista da desobrigação do Estado com a educação, a redução da autonomia universitária e a implantação da lógica administrativa capitalista para o sistema gestor das universidades públicas (FERRARO, 2011).

Nesse período, a participação juvenil se torna mais presente nos movimentos políticos e culturais do país. A partir daí, esses movimentos deixaram de ser somente singulares, apresentado uma maior pluralidade de manifestações e temáticas. Passam a adquirir mais força em outras manifestações passando a discutir novas pautas como gênero, ecologia, discriminação, cultura, entre outros (MESQUITA, 2006).

Nesse mesmo período, as universidades também passaram por um processo de transformação, a partir da ampliação das universidades particulares e do conceito de quantificação do ensino, visando um aumento no número de universitários, priorizando mais a técnica e menos a formação crítica estudantil (BRINGEL, 2009).

A partir de 2002, com as crises do capitalismo e a eleição do Presidente Lula, voltam algumas movimentações do movimento estudantil, sendo que em um caráter mais descentralizado e focando-se mais em atuações estatais (FERRARO, 2011).

Em 2007, o movimento estudantil volta a ganhar força, agora no estado de São Paulo, atuando contra os chamados Decretos de Serra, uma série de decretos que limitavam a autonomia das universidades paulistas, como a proibição da contratação de funcionários públicos e o fim da autonomia da gestão orçamentária pelas universidades. O fim do decreto ocorreu em maio do mesmo ano com o Decreto Declaratório que punha fim a diversos atos contra a autonomia (UNICAMP, 2007).

Os anos de 2007 e 2008 voltam a ser marcantes para os movimentos estudantis, com diversas ocupações de reitorias. Surgem com um novo formato, agora menos centralizados e hierarquizados, sem liderança pré-definida e utilizando-

se das tecnologias da informação, por exemplo os *blogs*, como instrumento de comunicação e mobilização (BRINGEL, 2009).

A partir das mudanças ocorridas em todos os últimos anos nos movimentos estudantis, a atuação estudantil passa a ser vista em diversos setores, caracterizando sua pluralidade e fazendo com que a sociedade passe a enxergar problemas que antes não eram tão vislumbrados. Novas temáticas também passam a ser abordadas nas lutas estudantis, sendo a discriminação racial, a liberdade de expressão, as temáticas feministas e pacifistas. A luta por direitos iguais para os negros passa a ser um assunto em discussão, onde se discutem estratégias não só de ampliação do número de vagas para os negros como de políticas de manutenção desses nas universidades (MESQUITA, 2006).

Mais recentemente, no ano de 2013 os movimentos estudantis ressurgiram nas manifestações contra o aumento de passagens de coletivos. Essas manifestações iniciaram em junho de 2013, com uma temática específica, mas ganharam força durante todo o ano, abordando também pautas como corrupção, melhorias na qualidade da educação e dos serviços públicos. Apesar das manifestações terem a participação da sociedade em geral, destaca-se a participação dos movimentos estudantis, representados pela União Nacional dos Estudantes. Destaca-se também nesse período a utilização das redes sociais como meio de mobilização dos estudantes, que através destas estruturas online formalizavam as passeatas e movimentações locais, estaduais ou nacionais.

Uma das principais reivindicações dos manifestantes foi a criação do Passe Livre Estudantil. O Movimento Passe Livre constitui-se um movimento social, de caráter não institucional e sem apoio empresarial, que tem como principal objetivo a busca pela gratuidade do transporte público brasileiro. Teve suas primeiras atuações em 2003, tendo ganhado força principalmente em 2013 com as manifestações nacionais em mais de 100 cidades pela redução das tarifas dos coletivos (MPL, 2015).

3.5 Evasão escolar: causas e consequências

Apesar de não ser o elemento central deste trabalho, a evasão escolar encontra-se diretamente relacionada à permanência dos alunos na instituição. Além

disso, a redução da evasão escolar constitui-se um dos objetivos principais do programa de assistência estudantil. Dessa forma, o seguinte tópico busca abordar os principais conceitos referentes à evasão escolar, bem como identificar como o fenômeno tem sido entendido no contexto socioeconômico dos estudantes. Ainda, propõe-se analisar as possíveis soluções referenciadas pelos autores para a redução desse problema de ordem pública.

De acordo com o Ministério da Educação - MEC (BRASIL, 2012), a evasão escolar pode ser definida de três formas:

- **Evasão de curso:** quando o estudante desliga-se do curso em situações diversas tais como: abandono (deixa de matricular-se), desistência (oficial), transferência ou reopção (mudança de curso), exclusão por norma institucional;
- **Evasão da instituição:** quando o estudante desliga-se da instituição na qual está matriculado;
- **Evasão do sistema:** quando o estudante abandona de forma definitiva ou temporária o ensino.

O Instituto Nacional de Ensino e Pesquisa - INEP (2014) diferencia conceitualmente a evasão do abandono escolar, pois de acordo com a instituição, “Abandono quer dizer que o aluno deixa a escola num ano, mas retorna no ano seguinte. Evasão significa que o aluno sai da escola e não volta mais para o sistema” (INEP, 2014). Apesar disso, considera-se que em ambos os casos o aluno se desvincula do sistema escolar.

Nesse sentido, Silva e Dore (2011) destacam que a evasão escolar é um fenômeno difícil de ser estudado, pois o próprio conceito de evasão ainda não está completamente definido. Além disso, dificultam o estudo sobre o tema a dificuldade em se obter dados e localizar os alunos evadidos, que desconfortáveis com a situação, preferem não falar sobre o assunto.

As ações contra a evasão escolar no Brasil eram incipientes até o ano de 1995, quando foi criada a Comissão Especial de Estudos sobre Evasão, composta por representantes dos dirigentes das IFES e representantes do MEC. A partir de então, esse tema passou a ser estudado com maior profundidade, dando maior importância aos estudos nessa área.

Em 2009 através do I Colóquio Internacional sobre Educação Profissional e Evasão Escolar surge a Rede de Pesquisa Ibero-Americana sobre Educação

Profissional e Evasão Escolar, cujo objetivo é analisar a evasão escolar no ensino técnico profissional de nível médio, debatendo as investigações sobre essa temática e realizando trabalhos conjuntos de combate à evasão para essa modalidade de ensino.

No Brasil, o INEP é o órgão que tem divulgado os dados sobre evasão escolar. Entretanto, segundo Baggi e Lopes (2011), esta instituição não disponibiliza esses dados de forma clara, pois apenas concede os dados de matrículas e concluintes, permitindo um cálculo aproximado sobre a evasão, e não um dado concreto. Essa prática dificulta compreender se o aluno que abandonou um curso ou instituição não teria se matriculado em outro, pois nesse caso não se configuraria evasão do sistema escolar. Para amenizar o problema, muitas instituições tem coletado por conta própria esses dados.

Nesse mesmo sentido, Cardoso (2008) ressalta que os dados sobre evasão ainda não estão completamente claros, pois não se pode identificar quando se tem uma evasão real ou uma mobilidade. Essa mobilidade pode estar relacionada a estudantes que mudaram de curso dentro de uma mesma instituição ou ainda aqueles que abandonaram uma instituição de ensino para ingressar em outra.

A falta de objetividade e clareza nas informações oficiais do governo sobre evasão dificulta o estudo do fenômeno, impedindo que se possa quantificar e qualificar a evasão. Não apenas isso, também impossibilita a elaboração e efetivação de políticas públicas que combatam esse problema (BAGGI e LOPES, 2011).

A evasão escolar tem sido um problema comum a instituições de ensino em todo o mundo. Por esse motivo, muitos estudos e análises têm sido feitas, com o intuito de diagnosticar esse problema. Esses estudos demonstram que, respeitando as particularidades de cada instituição e as diferenças econômicas e sociais de cada país, as causas da evasão escolar são muito semelhantes, tendo um comportamento homogêneo para determinadas áreas do saber. Os fatores causadores da evasão escolar podem estar relacionados ao próprio estudante, à instituição e ao curso que frequenta e a fatores sociais e econômicos (BRASIL, 2010).

Ainda com relação aos possíveis fatores que levam à evasão escolar, pesquisas e estudos explicam-na com base em duas abordagens. A primeira explica o fenômeno da evasão a partir de fatores externos à escola, a saber: trabalho,

desigualdades sociais, família e drogas. A segunda abordagem é pautada em fatores internos, os quais podem ser citados a própria escola, a metodologia de ensino e o professor (SOUSA, *et al.*, 2011). Condições político-econômicas, falta de incentivos e estagnação do trabalho pedagógico, falta de motivação para os estudos, programas ineficazes de governo e más condições socioeconômicas também são considerados fatores que contribuem para o aumento dos índices de evasão escolar (JOHANN, 2012).

De acordo com Dore (2013), as causas da evasão escolar podem ser investigadas a partir de dois contextos: o contexto individual ou "micro", onde os elementos se centram no estudante e suas dimensões psicológicas e cognitivas, na sua família e nas circunstâncias do seu percurso escolar. O segundo contexto é institucional e social ou "macro", em que os elementos a serem estudados referem-se à escola, ao sistema de ensino, à comunidade e ao mercado de trabalho.

Para Silva (2012), a evasão escolar está diretamente relacionada à necessidade dos jovens de trabalhar para auxiliar a renda familiar. Entretanto, outros elementos também podem ter relações com este problema, como por exemplo, um convívio familiar conflituoso e uma qualidade de ensino desfavorável. Ainda, questões individuais motivam o abandono escolar, como a ausência de interesse próprio em frequentar a escola.

Outro fator significativo quando se trata de evasão escolar é a reprovação, que geralmente é seguida pelo abandono escolar, sendo que sucessivas reprovações possuem um peso significativo na opção de continuar ou não os estudos. Além disso, estudantes com idade escolar atrasada e que vivem sem a presença dos pais têm maior probabilidade de abandonarem os estudos (LEON e MENEZES-FILHO, 2002).

Mattos e Damiani (2012) ressaltam que em geral, variáveis socioeconômicas como renda e escolaridade dos pais são fatores que influenciam substancialmente a evasão escolar. A mesma influência não foi notada em se tratando do gênero do estudante. Os autores ainda destacam que muitos alunos isentam o sistema educacional e a sociedade pela causa da evasão, atribuindo tal responsabilidade a si próprios e a suas famílias.

Para Baggi e Lopes (2011), a evasão pode ter diferentes razões que variam de acordo com o contexto social, cultural, econômico e político na qual está inserida a instituição. Quando se relaciona com a má qualidade do ensino, pode provocar a

saída definitiva do aluno. Para amenizar essa situação, as instituições devem desenvolver uma relação mais próxima entre a avaliação institucional e a evasão, uma vez que através da avaliação é possível compreender o currículo dos cursos e o desempenho docente e discente, elementos que podem exercer bastante influência na redução ou aumento do abandono escolar.

Os fatores financeiros podem ser a principal razão para a evasão, entretanto, esse elemento pode estar revestido de outras razões não mencionadas pelo aluno, isto é, muitas vezes problemas no âmbito acadêmico, frustração com relação às expectativas do aluno e falta de integração do aluno com a instituição são fatores que desestimulam a aluno a permanecer nos estudos, fazendo com que ele acredite que o custo de oportunidade entre estar ali seja menor que a opção de ingressar no mercado de trabalho (SILVA-FILHO, *et al.* 2007).

Na concepção de Patto *et al.* (2004), muitos estudiosos têm tratado a evasão escolar como um fenômeno estritamente individual, onde alguns centram no aluno a responsabilidade pelo fracasso escolar, outros remontam esse problema aos professores. Todavia, o que falta aos estudantes é a percepção de quanto a educação pode melhorar a renda e as oportunidades de trabalho. A probabilidade de ocupação no mercado de trabalho é maior à medida que o indivíduo vai se especializando. A chance de ocupação de um universitário é 422% maior que um analfabeto e o salário médio é 544% superior (NÉRI, 2009).

Em sua pesquisa, Costa (2000) identificou que os alunos evadidos compreendem que a ausência de escolarização restringe sua entrada no mercado de trabalho, embora acreditem que somente a escolarização não seja suficiente para inserção nesse mercado.

Para Carvalho (2003), a realidade da educação brasileira tem se tornado precária com a exclusão escolar, que quase sempre advém do fracasso escolar, o que tem feito crianças e jovens trabalhadores oriundos da classe trabalhadora permanecerem na escola por anos seguidos, ocasionados pela repetência, até que a evasão (ocasionada por fatores sociais, econômicos e pedagógicos) os exclua definitivamente da escola.

"Tratar da evasão é tratar do fracasso escolar; o que pressupõe um sujeito que não logrou êxito em sua trajetória na escola. Este insucesso vai produzir no sujeito um sentimento de fracasso, independente do nível escolar em que esteja, pois ao evadir-se da escola ele vê frustradas suas expectativas iniciais (MACHADO, 2009, p. 36)."

As instituições escolares não são e não podem ser comparadas às organizações industriais, regidas de forma mecanicista. Ao contrário, perdas dentro das instituições escolares não devem ser vistas de forma quantitativa, mas de forma qualitativa, considerando as consequências sociais que fazem parte do contexto universitário. Assim, índices de fracasso escolar não devem ser analisados somente como números, mas como dados que possam contribuir tanto para a identificação de problemas como para a adoção de medidas pedagógicas e institucionais que visam à solução dos mesmos (BRASIL, 2010).

Conforme destaca Costa (2000), o combate à evasão é de difícil concretização porque envolve mudar os discursos pedagógicos das instituições, que limitam suas ações para resgatar os dissidentes. No olhar institucional, muitos consideram o evadido como um estudante que não conseguiu conciliar trabalhos e estudos, enquanto que outros consideram que esse fenômeno é consequência apenas da falta de interesse do aluno.

A evasão escolar não se constitui apenas um ato final, sendo uma consequência de um processo que já possui indícios em outras fases da trajetória escolar do indivíduo, e que se concretiza quando ocorre a evasão pelo aluno (DORE, 2013). Quando a escola não enfrenta o problema da evasão, ela passa a ser instrumento de exclusão, não cumprindo a sua função de integração do indivíduo à sociedade, contribuindo para segregação desse indivíduo.

Conforme afirma Costa (2000, p. 13) a evasão

"[...] é permeada por uma contradição: a escola brasileira pretende ser democrática, buscando proporcionar instrução básica a todos. Porém, a escola não pode ser plenamente democrática, enquanto não se transformar em espaço efetivamente público, que contemple as necessidades do trabalhador de acesso aos saberes escolares."

É importante também analisar as causas da evasão escolar nos cursos técnicos. Para Dore e Lüscher (2011), a existência de índices de evasão tão elevados em níveis técnicos profissionalizantes gratuitos é um alerta para que se possam discutir com mais veemência políticas públicas para esse nível escolar. É fundamental que o governo, ao desenvolver as estratégias de expansão dessa modalidade de ensino considere a evasão escolar como um fator existente, para que se possa evitar que se tomem decisões onerosas. Ao tratar a evasão advinda de fatores individuais, torna-se necessário identificar e analisar os fatores internos à escola. Analisar com mais minuciosidade as áreas e eixos tecnológicos para a oferta

de cursos técnicos também é importante para garantir ou não a permanência do aluno na instituição.

Pesquisa feita por Silva e Dore (2011) sobre evasão em cursos técnicos profissionalizantes relatou que cerca de 36% dos entrevistados evadiram do curso alegando a necessidade de trabalhar. Para os autores, o estudo sobre a evasão no ensino profissionalizante deve ser melhor estudado, uma vez que são altos os investimentos por parte do governo nessa área. Além disso, o aluno evadido, por não ter concluído sua formação profissional tem reduzidas suas chances de ingressar no mercado de trabalho.

Nesse sentido, a evasão escolar passa a ser também um desgaste financeiro para as instituições. Silva Filho *et al.* (2007) consideram que a evasão escolar não é apenas um problema de ordem social, passando a ser também um problema financeiro para as instituições escolares, pois as perdas de estudantes fazem com que os recursos investidos, tanto no setor público quanto no setor privado, não deem o devido retorno. As perdas de alunos geram também ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico.

No âmbito do ensino básico, Dore (2013) afirma que a evasão se torna mais grave quando ocorre ao final do ensino médio, uma vez que essa fase é fundamental para o aluno ingressar em uma qualificação superior. Quando o estudante abandona a escola, ele diminui consideravelmente suas chances de se inserir no mercado de trabalho.

Qualquer que seja a modalidade da evasão,

"Faz-se necessário compreender o fracasso escolar, seja por meio de evasão ou repetência escolar como sendo uma desigualdade fabricada no interior das instituições sociais, políticas e educacionais e não como sendo algo natural para alguns indivíduos que não conseguem lograr sucesso " (SOUZA, 2014, p. 56).

Em sua pesquisa sobre evasão nos anos de 2001 a 2005, Silva Filho, *et al.* (2007) identificaram que dentre os cursos pesquisados, as áreas de Matemática, Ciências e Computação apresentaram as mais altas taxas de abandono, enquanto que as áreas da Educação, Saúde, Agricultura e Veterinária apresentaram as menores taxas. Ainda, essa pesquisa revelou que a evasão escolar no ensino superior chega a 22%, atingindo 12% das instituições públicas e 26% das instituições particulares.

Em pesquisas feitas por Cardoso (2008), identificou-se que os principais índices de evasão são encontrados no segundo ano de curso. Foi constatado que a evasão está intimamente relacionada com o rendimento no curso por parte do aluno, que possui uma maior tendência a abandonar o curso quando o seu rendimento é baixo. A pesquisa também identificou que nas licenciaturas o índice de abandono é praticamente o dobro do índice nos bacharelados.

3.5.1 Os fatores socioeconômicos associados à permanência e evasão escolar

É comumente visualizado nas pesquisas sobre evasão escolar a relação que se faz entre fatores socioeconômicos e a decisão de evadir do sistema acadêmico. Para Dore e Lüscher (2011), em todos os níveis de ensino, a condição socioeconômica do indivíduo ainda é considerada a principal responsável pela evasão, se estendendo também a outras modalidades de fracasso escolar. Nesse sentido, considerou-se importante descrever como os autores têm se posicionado quanto a essa questão, sendo apresentados a seguir alguns estudos relevantes nesse aspecto.

Em pesquisas feitas entre os períodos de 1994 e 2001, baseando-se em dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), efetuada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Mello (2007) identificou que fatores relativos à condição socioeconômica e sociocultural são essenciais para a decisão de evadir do sistema escolar. Quando se trata da evasão, estudantes com níveis de renda maiores possuem menores riscos de evasão, sendo que para estudantes de baixa renda esse risco é praticamente o dobro. A escolaridade dos pais também mostrou-se um fator importante, sendo que estudantes cujos chefes de família possuem menor escolaridade estão mais sujeitos a evadir do sistema. O status de ocupação do chefe também exerce influência. Quando aumenta o status ocupacional, o risco de evasão diminui. Estudantes que trabalham também foram considerados pela pesquisa mais sujeitos ao risco de evasão.

O FONAPRACE (2004) estimou que 14% do segmento estudantil que evade ou tem problemas de retenção escolar o fazem pelas dificuldades socioeconômicas.

Um estudo feito por Johann (2012) sobre evasão em cursos técnicos profissionalizantes apontou como a principal causa da evasão a incompatibilidade em conciliar os estudos com o trabalho. Assim, conclui-se que os alunos evadidos assim o fizeram em função da necessidade de uma renda que o trabalho lhes proporcionaria. É nesse contexto que surgem os questionamentos sobre a necessidade de um auxílio financeiro para estudantes que necessitam trabalhar, pois sabe-se que muitos iniciam precocemente a vida profissional com o intuito de auxiliar na composição da renda familiar.

Uma pesquisa feita por Cardoso (2008) sobre evasão comparada em alunos cotistas e não cotistas de uma instituição pública revelou que entre os alunos cotistas, a situação de trabalho possui bastante influência na decisão de evadir do sistema. Entre aqueles que trabalham, o índice de evasão é duas vezes maior do que entre os que não trabalham.

Em sua pesquisa sobre evasão escolar em uma instituição pública de ensino profissional, Moreira (2012) destacou que os fatores socioeconômicos foram elementos contributivos para a decisão de evadir do sistema educacional. Os entrevistados, advindos de famílias cuja renda variava entre um a três salários mínimos, alegaram terem tido necessidade de abandonar o curso para ingressar no mercado de trabalho por terem que ajudar nas despesas da família.

Na visão de Vargas (2011), para estudantes oriundos das classes populares, as probabilidades de acesso à educação são menores do que para indivíduos pertencentes às classes médias e altas, sendo que quanto ao risco de evasão e retenção escolar, esse índice aumenta nas classes de menor renda.

Também na modalidade de ensino EJA, a incompatibilidade de conciliar o trabalho com os estudos e a necessidade de procurar trabalho tem sido as principais causas da evasão escolar, conforme pesquisa feita por IBGE (2009, *apud* Moreira, 2012).

Em sua pesquisa sobre evasão escolar nos cursos técnicos do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, Moreira (2012) identificou que a dificuldade de conciliar o trabalho com os estudos, a necessidade de trabalhar, o fato de ter que cuidar dos filhos e da casa e a falta de assistência financeira constituíram-se dentre os principais motivos para a decisão de abandono. Para a autora, prevenir o problema pode ser considerado uma solução para evitar a

evasão, uma vez que este fenômeno pode ser identificado ainda no início, facilitando as políticas de combate a esse problema.

3.5.2 Um olhar sobre as possíveis soluções para a evasão escolar

Não somente as causas da evasão escolar são objetos de estudo, mas também suas possíveis soluções. O crédito estudantil ou o aumento da oferta de vagas públicas no ensino profissionalizante são citados como forma de diminuir a evasão escolar. Além disso, alguns estímulos introduzidos no ambiente escolar podem amenizar tal problema, a saber: melhores bibliotecas, laboratórios equipados, quadras de esporte e programas de bolsas de estudo (NÉRI, 2009; LEON e MENEZES-FILHO, 2002; SOUSA, *et al.*, 2011).

Pesquisas feitas pelo Ministério da Educação (MEC) apontam como sugestões para redução da evasão escolar: oferecer atividades de apoio pedagógico, estabelecimento de bolsas para a atividade de ensino, estabelecer mecanismos de apoio psicopedagógico, criação e ampliação de bolsas acadêmicas, desenvolvimento de programas de cultura e lazer nas instituições de ensino (BRASIL, 2010).

Nesse sentido, ao apontar as possíveis soluções para a evasão escolar, elementos presentes nas políticas de assistência estudantil podem ser visualizados nas pesquisas. Sendo assim, percebe-se que há uma visão por parte dos estudiosos de que o crédito estudantil seja um elemento contributivo para a redução desse problema.

Estudos feitos pelo FONAPRACE (2004) apontaram que estudantes beneficiados pelos programas de assistência estudantil possuem rendimento escolar médio igual aos alunos de camadas sociais de maior poder aquisitivo. Tal resultado é um fator motivador para a continuidade dessas políticas assistenciais, pois revelam que é compensador o investimento que se faz na melhoria da qualidade de vida e da educação de estudantes menos favorecidos economicamente.

"Enquanto mecanismo de direito social, a assistência estudantil tem por finalidade disponibilizar os recursos necessários para a superação de obstáculos e impedimentos ao bom desempenho acadêmico, permitindo que o estudante desenvolva-se satisfatoriamente durante a realização do curso e obtenha êxito curricular, minimizando, dessa forma, o percentual de evasão e de trancamento de matrícula (PARENTE, 2013, p. 18)."

Deve-se analisar a assistência estudantil não somente como um direito assegurado pela lei, mas como um investimento governamental a médio e longo prazo, haja vista não somente se estar reduzindo índices de retenção e evasão escolar, mas também auxiliando na melhoria financeira de parcelas da população, diminuindo índices de pobreza e desigualdade social (VARGAS, 2011).

Ainda sobre elementos considerados como solução de intervenção para o problema da evasão escolar, Souza (2014) propõe ações intersetoriais e multidisciplinares, em que seriam envolvidos os setores da Pedagogia, Psicologia e Serviço Social, que promoveriam ações de priorização dos alunos em situação de risco de retenção e evasão. Para o Ministério da Educação (BRASIL, 2010) o fomento à formação inicial e continuada dos professores, aliado a melhores condições trabalhistas e salariais constituem-se medidas fundamentais para o combate ao fracasso escolar no Brasil.

O MEC (BRASIL, 2010) ressalta ainda que avanços foram adquiridos com as políticas públicas educacionais, que democratizaram o acesso à educação, permitindo em 2010 um índice de 97,2% das crianças entre 7 a 14 anos na escola. Entretanto, reconhece que apenas políticas que democratizem o acesso não são suficientes, sendo necessário também avançar na qualidade social da educação, visando a superação do fracasso escolar.

“[...] pensar alternativas para a superação do fracasso escolar implica no estabelecimento de políticas sociais articuladas que se direcionem para a melhoria das condições de vida da população, bem como, a implementação de políticas educacionais voltadas para a melhoria dos equipamentos educacionais públicos, para suas formas de gestão e organização e, ainda, pelo estabelecimento de uma sólida política de formação e valorização dos professores (BRASIL, 2010, p. 14).”

3.6 Análise do perfil socioeconômico dos estudantes das IFES

Nesta etapa do trabalho, pretende-se analisar o perfil socioeconômico dos estudantes, com vistas a um maior conhecimento de sua realidade socioeconômica. Tendo em vista que o foco deste estudo é a assistência estudantil, um programa destinado a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e a partir das discussões já abordadas do cenário socioeconômico no contexto da evasão escolar,

faz-se necessário entender como está constituído o panorama social e econômico dos estudantes.

A pesquisa abaixo demonstrada foi realizada no ano de 2010 pelo FONAPRACE, tendo sua publicação no ano de 2011, e incluiu somente estudantes das IFES. Entretanto, o que se pretende é que os resultados sejam uma aproximação da realidade, visto que o público-alvo deste estudo são os alunos dos Institutos Federais. A pesquisa feita por FONAPRACE (2011) apresenta como um dos seus objetivos garantir esforços para a permanência dos estudantes, agindo como prevenção dos índices de retenção e evasão escolar. A seguir, são apresentados os principais resultados da pesquisa.

Em geral, os estudantes das IFES são em sua maioria jovens (75% possuem até 24 anos), solteiros (86,6%) e não possuem filhos (90,8%), elementos que favorecem a inserção dos mesmos no mercado de trabalho.

O estudo revelou que 44% dos estudantes pertencem às classes C, D e E,. Além disso, 41% das famílias dos entrevistados recebem até três salários mínimos mensais.

Dentre os entrevistados, 56% utilizam transporte coletivo, ressaltando a importância que existe no auxílio-transporte concedido por muitas instituições educacionais aos estudantes.

Outra conclusão da pesquisa é que apenas 2,5% dos estudantes residem em moradias universitárias, sendo que 83% destes estudantes pertencem às classes C, D e E. Este número não atinge a totalidade dos estudantes que necessitam, pois a pesquisa afirmou que 42,22% de estudantes não residem na casa dos pais, dividindo-se em moradias com parentes, repúblicas e moradias mantidas pela família. Esse indicador revela que ainda é baixo o percentual de estudantes beneficiados por moradias estudantis.

A pesquisa também revelou que mais de um terço dos estudantes (37,6%) trabalham, sendo que os estudantes que mais trabalham são aqueles pertencentes a classe econômica C, D e E. Esses dados demonstram que ainda é expressivo o percentual de estudantes que necessitam de uma renda complementar e recorrem ao mercado de trabalho para isso.

Outro dado relevante é quanto aos problemas financeiros enfrentados pelos alunos. Quando se trata de trancamento de matrícula por motivos financeiros, percebe-se que este é o motivo para mais da metade dos alunos da classe C, D e E

(67,5%). Além disso, 52% dos estudantes que estão passando por dificuldades emocionais citaram as dificuldades financeiras como principal motivo. Tais informações revelam a importância da universidade como um apoio à vida financeira do aluno para que este permaneça no sistema escolar.

Quanto aos dados de alunos beneficiados por programas estudantis, o estudo revelou que:

- 15% dos estudantes utilizam os programas de alimentação.
- 11% dos estudantes são beneficiados pelo auxílio financeiro.
- 10% dos estudantes são beneficiados pelos programas de transporte.
- 33% dos estudantes fazem parte de alguma atividade econômica remunerada, como monitoria, pesquisa, extensão, dentre outros.

Com relação aos programas estudantis supracitados, a pesquisa indicou que em todos esses programas, os estudantes que mais fazem uso dos benefícios estudantis são os alunos da classe C, D e E.

Tendo em vista os dados apresentados, o que se percebe é que há uma maior precarização quando se trata das classes C, D e E, pois são estes os que mais trabalham, se queixam de motivos financeiros em suas vidas acadêmicas e fazem uso dos programas assistenciais. Os resultados revelam que existe e é relevante a necessidade de auxílios financeiros a estudantes que trabalham, além dos serviços de moradia estudantil e transporte coletivo aos que deles necessitam.

Os dados apresentados sobre a abrangência dos programas assistenciais para os estudantes demonstram que ainda é baixa a cobertura destes programas aos estudantes, haja vista todos os números apresentados não terem atingido nem mesmo a metade do percentual de estudantes. Ao analisar o percentual de estudantes das classes C, D e E que trancam matrícula alegando motivos financeiros, percebe-se que dificuldades econômicas ainda são um grande impeditivo à permanência do aluno na universidade.

4. METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 Territorialidade e contextualização socioeconômica dos sujeitos da pesquisa

A partir do entendimento sobre como os fatores socioeconômicos são relevantes no âmbito das discussões levantadas por este trabalho, considerou-se pertinente abordar os principais aspectos territoriais e socioeconômicos que permeiam o local da pesquisa, a saber, a cidade de Paracatu bem como versar sobre a realidade social e econômica estudantil em âmbito nacional e local, considerando o contexto do Campus Paracatu. Esses assuntos estão abordados nos tópicos a seguir.

4.1.1 Contextualização do local de pesquisa: o IFTM – Campus Paracatu

A pesquisa foi realizada no Instituto Federal do Triângulo Mineiro - Campus Paracatu. Para início das atividades no Campus foi solicitado à direção geral do IFTM a liberação da instituição para desenvolver a pesquisa. Assim, por meio de acordo com a direção do IFTM, assinado o Termo de Autorização da Instituição, presente no Apêndice C deste trabalho, a pesquisa teve sua liberação para início em 13 de abril de 2015.

O Instituto Federal do Triângulo Mineiro foi criado no ano de 2008, através da Lei 11.982, a qual instituiu os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tendo como reitoria a cidade de Uberaba, fazem parte deste conjunto de instituições outras seis cidades, a saber: Campina Verde, Ituiutaba, Paracatu, Patrocínio e Uberlândia.

O Campus Paracatu apenas foi implantado no ano de 2009, na cidade de Paracatu. Em dados de 2014, período no qual os dados da pesquisa foram analisados, a instituição possuía cerca de 610 alunos matriculados nos cursos técnicos (IFTM, 2014). Atualmente, a instituição oferece 3 cursos técnicos e 1 tecnólogo, sendo eles: Técnico em Administração, Técnico em Manutenção e Suporte em Informática, Técnico em Eletrônica e Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Possui em seu Planejamento de Desenvolvimento

Institucional a proposta de criação de novos cursos na área de Gestão e se encontra em processo de implementação o curso de Engenharia Elétrica, cujo início está previsto para o ano de 2016.

Os cursos técnicos são oferecidos na modalidade Integrado e Concomitante/Subsequente. Na modalidade Integrado o aluno cursa o ensino técnico juntamente com o ensino médio, permanecendo na instituição nos períodos matutino e vespertino. O ingresso para essa modalidade é apenas anual e a duração do curso técnico é de 3 anos, pois segue a duração normal do ensino médio. Para os cursos concomitante/subsequente, cujas aulas são ministradas no período noturno, o ingresso é semestral e o aluno cursa apenas o ensino técnico. Na modalidade concomitante, ingressam alunos que cursam o ensino médio em outra instituição e o ensino técnico no IFTM. Na modalidade subsequente, ingressam alunos que já concluíram o ensino médio e almejam apenas o curso técnico. Em alguns Institutos Federais as modalidades concomitante e subsequente são cursadas separadamente. No IFTM entretanto, não há distinção para isso, sendo que a turma de alunos que se enquadram em uma ou outra modalidade é a mesma.

É importante ressaltar as diversas modalidades de ensino existentes na instituição, pois esse fator revela o público-alvo dos cursos técnicos do IFTM. Na modalidade Integrado, os alunos ingressantes são em sua maioria adolescentes entre 15 e 17 anos, não trabalham e possuem em sua maioria o desejo de cursar o ensino técnico sem desvalorização do ensino médio. Na modalidade concomitante/subsequente, o público-alvo vai desde alunos que ainda estão estudando o ensino médio até alunos que trabalham, são casados, possuem filhos, e apenas querem obter um diploma de nível técnico. Sendo assim, a faixa etária de estudantes nessa modalidade é bem diversificada, podendo ter alunos acima de 15 anos, sem limite de faixa etária.

Diante do exposto, tendo em vista que a maior parte do corpo discente da instituição é composta por alunos do curso técnico, optou-se nesse trabalho em investigar apenas os alunos dos cursos técnicos, apesar de alguns alunos do curso Tecnólogo também serem beneficiários do programa Assistência Estudantil. Essa decisão foi assim tomada por compreender que limitar a amostra seria uma forma mais eficiente para a obtenção dos dados. Sendo assim, este estudo terá como foco o ensino profissional técnico do Campus Paracatu, que em 2014 possuía como

beneficiários da assistência estudantil cerca de 289 alunos, representando 47,3% dos alunos matriculados nos cursos técnicos.

4.1.2 Panorama social e econômico da cidade de Paracatu

Paracatu é um município brasileiro, pertencente à região noroeste do Estado de Minas Gerais. A região Noroeste, segundo dados do Ministério da Educação (BRASIL, 2012) tem predominância da agropecuária, seguida das atividades de extração mineral e siderurgia, que são desenvolvidas por indústrias de grande porte, o que contribuiu para a ascensão da região. No que se refere à agropecuária, a cidade vem dando lugar à produção de grãos em grande escala comercial, como o arroz, feijão, milho e soja. Entretanto, a região Noroeste de Minas se encontra na região Centro-Norte, das quais também fazem parte a região Norte, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri, consideradas regiões com menor expressão econômica se comparadas às demais regiões do estado.

Conforme revela o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2010), a data provável do surgimento de Paracatu remonta aos anos de 1710, apesar de dados comprovarem que bandeirantes já conheciam o povoado desde 1603. A partir de 1727, a cidade ganha importância no cenário nacional pela descoberta das grandes jazidas de ouro, cuja exploração se deu até 1819.

Após esse período, o município entrou em um período de estagnação, perdurando até 1960 onde Paracatu voltou a se desenvolver economicamente devido a construção de Brasília, que gerou uma onda de migração intensa para o município.

Apesar dos efeitos do desenvolvimento urbano, a cidade conseguiu manter em bom estado seu centro histórico, possuindo duas igrejas edificadas ainda no século XVIII, que integram o Patrimônio Histórico Nacional, além de coleção de imagens sacras dos séculos XVIII e XIX. Pela sua tradição histórica, o centro histórico de Paracatu tornou-se patrimônio cultural brasileiro em 2010 (IPHAN, 2010).

A cidade de Paracatu possui segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS (BRASIL, 2010) cerca de 84.718 habitantes, com 87% das pessoas residentes em área urbana e 13% em área rural. A população jovem (entre 15 e 29 anos) é de 24.557 habitantes.

A atividade econômica concentra-se em boa parte nos serviços e indústria, sendo 42% de representação dos serviços, 31% da indústria e 21% da agricultura. O restante da arrecadação (6%) são de impostos (BRASIL, 2010). A agricultura implantada em larga escala, a exploração mineral, feita com capital brasileiro e internacional, a pecuária intensiva e a prestação de serviços são as principais atividades produtivas do município. A extração do ouro na cidade é feita por uma multinacional canadense - Kinross, maior mina de ouro do Brasil, produzindo cerca de 15 toneladas anuais de ouro. Ainda, o município possui extração de chumbo e zinco, feita pela empresa Votorantim Metais (PARACATU, 2014).

O Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2010 foi de R\$ 1.506.200,00, obtendo crescimento de 57,6% entre 2006 e 2010. A participação municipal do PIB no estado de Minas Gerais é de 0,43%. O PIB *per capita* em 2010 foi de R\$ 141.146,70. A renda *per capita* média dos habitantes de Paracatu em 2010 foi de R\$ 698,43, ficando um pouco abaixo da renda *per capita* média da população brasileira, que é de R\$ 720,00 (BRASIL, 2010).

Um estudo feito por Martins *et al.* (2008), utilizando os dados da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP) entre os períodos de 1985 a 2004 relatou que Paracatu encontra-se entre os municípios que obtiveram crescente evolução no número de empregos no Brasil, com evolução semelhante a cidades metropolitanas como Sete Lagoas, polo industrial situada na região metropolitana de Minas Gerais.

Por estar localizada próxima à capital federal (Brasília) e conectada à rodovia BR-040, que liga Rio de Janeiro à Brasília, além da presença de universidades e escolas técnicas no município, associada ao crescimento no número de empregos na agroindústria, mineração e prestação de serviços, faz com que a cidade tenha uma ascensão econômica e demográfica intensa, fazendo de Paracatu uma referência econômica na região (PARACATU, 2014). O curso de Medicina, criado por uma universidade privada no ano de 2006 pode ter influenciado nesta ascensão econômica, uma vez que foram gerados novos investimentos na educação e na saúde para adequar-se ao curso, além da criação de um hospital universitário.

Como medida do desenvolvimento dos municípios foi criado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), que abrange três elementos considerados fundamentais para o desenvolvimento humano: educação, longevidade e renda. A escala de medidas varia entre 0 e 1, sendo que quanto mais

próximo de 1 maior o desenvolvimento humano. O maior IDH-M do Brasil, conforme dados do Censo 2010, encontra-se no município de São Caetano do Sul (São Paulo) cujo indicador está em 0,862 (PNUD, 2013).

Analisando o IDH-M de Paracatu para o ano de 2010, conclui-se que o indicador foi de 0,74, deixando o município na posição 667º no ranking nacional em um total de 5.466 municípios. Comparando o IDH-M do ano de 2010 com o indicador calculado nos anos 1991 e 2000, percebe-se uma evolução positiva do mesmo, onde o município tinha um IDH-M considerado baixo em 1991, avançando para o nível médio em 2000 e alcançando em 2010 o nível alto (PNUD, 2013).

O IDH-M do município para o ano de 2010, no quesito longevidade foi de 0,85, para a renda foi de 0,7 e na educação foi de 0,69. Pela classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que considera os valores do IDH-M, percebe-se que o indicador educação encontra-se em uma posição média, enquanto que o quesito renda e longevidade encontram-se alto e muito alto, respectivamente. Comparando o IDH-M de Paracatu com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil, percebe-se que o indicador encontra-se dentro do padrão nacional, que é de 0,73 (PNUD, 2013).

O índice de Gini, que mede a concentração de renda ou desigualdade, em 2010 foi de 0,51, valor que decresceu com relação à 2000, onde era de 0,59. O índice de Gini nacional neste mesmo ano foi de 0,507 (PNUD, 2013).

A taxa de extrema pobreza em Paracatu, isto é, de pessoas que vivem com até R\$81 *per capita*, é de 6,22%, sendo que esse indicador encontra-se bem abaixo dos valores estaduais e nacionais, pois no estado essa taxa é de 24,33% e no país essa taxa é de 33,83%. Esse valor também decresceu significativamente com relação à 2000, quando era de 8,64%. Em suma, pode-se dizer que a taxa de extrema pobreza no município de Paracatu encontra-se acentuadamente menor que os indicadores estaduais e nacionais (PNUD 2013; BRASIL, 2010).

Com relação ao percentual de pessoas pobres, isto é indivíduos com renda *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, a porcentagem em 2010 foi de 9,34%, decrescendo 201% com relação à 2000 que era de 28,15%. Se comparado ao percentual nacional, o indicador encontra-se relativamente abaixo, uma vez que no Brasil a taxa de pessoas pobres no ano de 2010 era de 15,7%. O percentual de moradores com 60 anos ou mais com renda *per capita* de até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo é

de 4,8%, ficando acima da média do estado que é de 3,8% e abaixo da média nacional que é de 5,7% (BRASIL, 2010).

Analisando a evolução dos indicadores socioeconômicos de pobreza e concentração de renda, ao comparar os valores em 2010 com os encontrados no ano 2000 percebe-se que houve uma evolução positiva para o município de Paracatu, uma vez que todos os indicadores diminuíram. Quando se compara o índice de Gini de Paracatu com o indicador nacional, percebe-se que o indicador encontra-se dentro dos padrões nacionais. Tal fator evidencia uma alta desigualdade social no município, uma vez que o índice de Gini nacional é considerado alto. Conforme afirma Néri (2013), a desigualdade de renda no Brasil obteve um período de quedas acentuadas, que iniciou-se em 2001 indo até 2009. Após esse período, a desigualdade vem caindo a passos mais lentos. Ainda assim, a concentração de renda no Brasil ainda é extremamente alta, fazendo com que o nível de desigualdade esteja entre os mais elevados do mundo.

Com relação aos indicadores educacionais, a taxa de analfabetismo do município para pessoas com 10 anos ou mais é de 6,9%, ficando abaixo da média do estado de Minas Gerais que é 8,2% e do país que é de 9,4%. A taxa de analfabetismo do município é menor do que municípios que fazem parte da mesma microrregião da qual a cidade faz parte, como Unai, onde a taxa é de 7,2%, Patos de Minas (9,3%) e João Pinheiro (9,6%), municípios limítrofes a Paracatu (BRASIL, 2010).

A taxa de distorção idade-série no ensino fundamental em 2012 foi de 10%, ficando significativamente abaixo da média do estado e do país, que foram de 17% e 22%, respectivamente. Quanto a esse mesmo indicador para o ensino médio, Paracatu possui uma taxa de 22% sendo a do estado de 29% e do país 31% (BRASIL, 2010).

A taxa de evasão escolar no ensino médio para 2011 foi de 11,3% e de 11% a taxa de reprovação escolar no ensino médio. Destacando-se a evasão escolar, percebe-se que esse indicador encontra-se bem abaixo se comparado ao nível estadual, que é de 17,3% e dentro dos padrões nacionais, que é de 11,6% (BRASIL, 2010).

Os dados apresentados revelam que os principais indicadores educacionais de Paracatu encontram-se numericamente melhores que os indicadores nacionais e estaduais, o que representa uma situação confortável para o município, indicando

que a educação, elemento importante para o desenvolvimento econômico e social tem cumprido o seu papel para o crescimento de Paracatu.

Apesar do município estar situado em uma região desfavorecida economicamente, percebe-se que Paracatu possui indicadores econômicos e sociais superiores à média encontrada em Minas Gerais e no Brasil, elevando o município a um patamar onde a qualidade de vida da população pode ser considerada satisfatória.

4.1.3 Perfil socioeconômico dos estudantes do IFTM – Campus Paracatu

Antes de iniciar a análise socioeconômica dos estudantes do Campus Paracatu, faz-se importante compreender como estão definidas no Brasil as estratificações sociais. Atualmente, três principais instituições fazem as divisões de estratos sociais, sendo elas o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), empresa ligada ao Governo Federal responsável pelos dados e estatísticas brasileiras, a Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP), empresa privada que trabalha com pesquisas de mercado e a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), órgão regido pelo Governo Federal que atua na formulação de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento nacional.

Nesse trabalho, será considerada a definição proposta pela SAE, a qual considera as seguintes faixas de renda para fins de estratificação social.

Tabela 1: Definições de estratos sociais e suas respectivas rendas *per capita* conforme a SAE

Denominação social	Faixa de renda <i>per capita</i>	Renda bruta familiar
Extrema pobreza	Até R\$81	Até R\$227
Baixa	Entre R\$81 e R\$291,00	Entre R\$227 e R\$1.030
Baixa classe média	Entre R\$291 e R\$441	Entre R\$1.030 e R\$1.540
Média classe média	Entre R\$441 e R\$641	Entre R\$1.540 e R\$1.925
Alta classe média	Entre R\$641 a R\$1019,00	Entre R\$1.925 e R\$2.813
Baixa classe alta	Entre R\$1019 a R\$2480	Entre R\$2.813 e R\$4.845
Alta classe alta	Acima de R\$2480	Entre R\$4.845 e R\$12.988

Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE, 2014)

No âmbito do IFTM – Campus Paracatu, não há um estudo detalhado sobre o perfil socioeconômico dos estudantes. Os dados existentes no Campus limitam-se somente à renda familiar *per capita* de cada aluno e foram disponibilizados pela direção local da instituição para as finalidades da pesquisa. Também é importante ressaltar que não se obteve esses dados para o ano de 2014, uma vez que ainda não foi feita a organização desses dados pela instituição para o referido ano. Sendo assim, os dados apresentados referem-se à renda *per capita* dos estudantes para o ano de 2013. Conforme Néri (2010) é importante realizar a classificação econômica considerando a renda *per capita*, pois é preciso distinguir famílias que possuem a mesma renda, mas que agregam números distintos de membros. Os dados de renda *per capita* dos alunos do Campus Paracatu são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2: Renda familiar *per capita* dos estudantes do IFTM – Campus Paracatu (2013)

Renda Familiar <i>Per Capita</i> em Salários Mínimos	
Menor do que 0,5 SM - (< R\$339)	7,48%
Entre 0,5 SM e 1 SM - (<R\$678)	17,96%
Entre 1 SM e 1,5 SM - (<R\$1017)	30,23%
Entre 1,5 SM e 2,5 SM - (<R\$1695)	22,17%
Entre 2,5 SM e 3 SM - (<R\$2034)	10,48%
Mais do que 3 SM - (>R\$2034)	11,68%

Fonte: IFTM (2013)

Analisando brevemente o perfil socioeconômico dos estudantes do IFTM – Campus Paracatu, utilizando como base o salário mínimo do ano de 2013, período em que os dados de renda *per capita* foram coletados no Campus, a saber, no valor de R\$ 678,00, o que se nota a partir dos dados é que 55,67% dos alunos estão incluídos na faixa econômica a que se destina a assistência estudantil, isto é, famílias com renda *per capita* de até 1,5 salários mínimos. Se durante o ano de 2014 cerca de 47,3% dos alunos foram beneficiados, percebe-se que existe um percentual que, mesmo estando apto a receber o benefício, ainda não é assistido pelo programa.

Conforme visualizado na Tabela 3, pela análise de estratos sociais identificadas pela SAE, percebe-se no IFTM uma pequena presença de alunos pertencentes à classe baixa e baixa classe média (7,48%), cuja renda familiar *per*

capita é de até R\$ 441. A média classe média, cuja faixa de renda *per capita* situa-se entre R\$ 441 e R\$ 641, também se mostra presente com um percentual de 17,96% e a alta classe média, de renda familiar *per capita* entre R\$ 641 e R\$ 1.019 representa 30,23% dos estudantes. A classe alta, dividida entre a baixa classe alta e alta classe alta, de renda *per capita* entre R\$ 1.019 até rendas *per capita* acima de R\$ 2.480 obtiveram um percentual de 44,33% dos alunos.

Tabela 3: Distribuição dos estratos sociais no Campus Paracatu conforme classificação pela SAE

	SAE	Campus Paracatu
Extremamente pobres	Até R\$81	
Baixa	Entre R\$81 e R\$291,00	7,48%
Baixa classe média	Entre R\$291 e R\$441	
Média classe média	Entre R\$441 e R\$641	17,96%
Alta classe média	Entre R\$641 a R\$1019,00	30,23%
Baixa classe alta	Entre R\$1019 a R\$2480	32,65%
Alta classe alta	Acima de R\$2480	11,68%

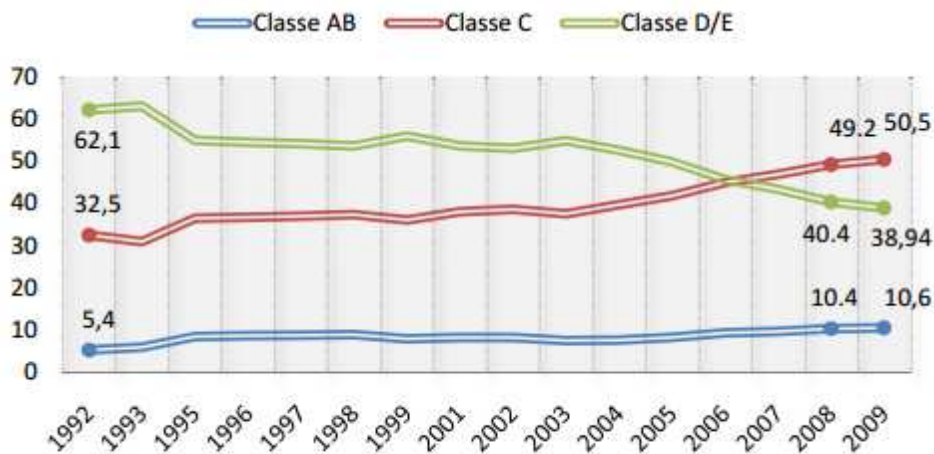
Fonte: SAE (2014); IFTM (2013)

A partir dessa classificação, percebe-se que há um pequeno percentual de alunos pertencentes às classes de extrema pobreza e classe baixa. É importante destacar que, como os dados fornecidos pela instituição não são detalhados, não foi possível discriminar o percentual exato de alunos que estão na extrema pobreza, devendo agregá-los à faixa dos alunos pertencentes à classe baixa e baixa classe média. Entretanto, analisando os dados agrupados, percebe-se que a maior parte do corpo discente da instituição é composta de alunos das classes baixa e média, correspondendo a 55% dos estudantes. Conforme afirma Pomar (2013), a classe média, dentro das estratificações sociais econômicas seria aquela correspondente a “Classe C”. No Brasil, esse grupo social corresponde a indivíduos que saíram da linha de pobreza e ascenderam socialmente, enquanto que as classes B e A denominam famílias que se estabilizaram economicamente e cujos membros possuem maior escolaridade.

Estudo feito por Néri (2008) define a Classe C como um estrato da população em ascensão social, os quais possuem computador, celular, carro, casa própria e crédito em instituições financeiras. Destaca ainda que o aumento de indivíduos

dessa classe subiu, entre 2004 e 2008 cerca de 22%. Entre 2003 e 2009 cerca de 29 milhões de pessoas ingressaram na classe média. A Figura 1 retrata a evolução dos estratos sociais, apresentada por Néri (2010) em estudo feito pela Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Figura 1: Evolução das classes econômicas entre os anos 1992 e 2009



Fonte: Centro de políticas sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

Entretanto, é mister destacar também que há uma presença relevante de alunos no Campus Paracatu que pertencem às classes mais elitizadas, consideradas no âmbito das Classes B e A, cujo percentual chega a 44,33%. Essa situação demonstra a presença de um percentual de alunos na instituição que possuem maior poder aquisitivo. Em 2009, o Brasil contava com cerca de 20 milhões de pessoas nas classes A e B, o que representava 10,42% da população (NÉRI, 2010).

4.2 Procedimentos da pesquisa

A pesquisa social é um processo metodológico científico por meio do qual se obtém novos conhecimentos no campo da realidade social (MARCONI e LAKATOS, 2001; GIL, 2012). Como método científico, a pesquisa social pode se desdobrar nos campos da pesquisa pura, de onde provém as leis e teorias e na pesquisa aplicada,

na qual o pesquisador buscará não apenas os resultados obtidos com a pesquisa pura, mas irá desenvolver de forma prática as descobertas científicas (GIL, 2012).

O presente estudo possui abordagem predominantemente qualitativa de caráter descritivo. De acordo com Marconi e Lakatos (2001), a pesquisa qualitativa não tem uma estrutura prévia definida e não possui regras precisas como hipóteses, variáveis antecipadas ou problemas. As teorias aplicáveis devem ser empregadas ao longo da investigação. No método qualitativo, o pesquisador possui um contato muito próximo com os informantes, que são em geral indivíduos ou grupos humanos, se estabelecendo dentro do ambiente a ser investigado. Quanto à pesquisa descritiva, Gil (2012) afirma que esta é aplicada quando o objetivo é descrever características de determinada população ou fenômeno ou ainda descrever relações entre variáveis.

Para o conhecimento do assunto, foi elaborado um estudo de caso, que segundo Godoy (1995 p. 25), "[...] se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular." Para Gil (2012) o estudo de caso tem sido bastante utilizado por explorar situações da vida real que não são possíveis explorar com grande facilidade. Também possibilita descrever o contexto situacional onde a investigação está sendo feita.

Quanto aos instrumentos metodológicos, foram utilizados para o alcance dos objetivos três técnicas para coleta de dados, sendo elas a análise documental, o questionário e a entrevista, os quais serão explicados individualmente mais adiante.

Conforme afirma Marconi e Lakatos (2001), é usual em pesquisas científicas utilizar-se de mais de um método de coleta de dados, sendo necessário que se analise as especificidades, para saber qual método é mais apropriado para cada situação. Em geral é feita uma combinação de dois ou mais métodos, utilizados concomitantemente.

Para a seleção dos instrumentos metodológicos, faz-se necessário relacionar o problema a ser estudado com as técnicas e métodos de pesquisa. A escolha deste aparato metodológico é feita envolvendo os diversos fatores relacionados à pesquisa, a saber: o objeto de pesquisa, os recursos disponíveis, a natureza dos fenômenos e outros elementos pertinentes à investigação (MARCONI e LAKATOS, 2001).

4.2.1 Análise documental

De acordo com Gil (2012), a análise documental é uma técnica de coleta de dados feita de forma indireta, onde as informações são obtidas por meio de documentos, jornais, papéis oficiais, registros estatísticos, dentre outros. São vantajosas porque proporcionam ao pesquisador dados suficientes sem necessidade de consultar diretamente as pessoas, evitando assim a perda de tempo.

Nesta pesquisa, a análise documental foi realizada utilizando-se de registros institucionais escritos, que conforme Gil (2012) se constituem por documentos fornecidos por instituições governamentais, tais como projetos, relatórios, documentos registrados em cartórios, dentre outros. Conforme afirma Bardin (2011), a análise documental visa tratar informações contidas em documentos, dando a esses documentos formas e representações, através do procedimento de transformação da informação, que muitas vezes pode passar de documentos primários (brutos) para documentos secundários (representação do primário). O objetivo é que se obtenha “o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo)” (BARDIN, 2011, p. 51).

No âmbito da presente pesquisa, a análise documental foi realizada utilizando os principais documentos referentes à assistência estudantil do IFTM – Campus Paracatu. Os documentos analisados referem-se aos editais de assistência estudantil publicados no ano de 2014, à lista de alunos contemplados com o benefício e à listagem dos alunos beneficiários que evadiram da instituição, fornecidos pela secretaria e pelo núcleo pedagógico do IFTM. Além destes documentos, teve-se o acesso à planilha referente aos valores investidos no programa e à renda *per capita* dos alunos.

4.2.2 Questionário socioeconômico

Apesar da predominância quanto ao método qualitativo, o estudo também utilizou-se do questionário semiestruturado aos participantes, que pode ser visualizado no Apêndice B deste trabalho. O questionário é uma técnica de coleta de dados, composto por um determinado número de questões ordenadas, que devem ser respondidas sem a interferência do entrevistador (MARCONI e LAKATOS, 2001).

Pode ser constituído de questões abertas, em que o respondente fornece sua resposta livremente ou questões fechadas, em que são apresentadas alternativas e o respondente escolhe uma ou mais alternativas. As respostas a essas questões são a base de dados para a descrição das características populacionais a serem estudadas.

O objetivo da aplicação do questionário foi contribuir para compreensão e análise da situação socioeconômica dos entrevistados. É importante ressaltar que os respondentes do questionário foram apenas os alunos, atuais e evadidos, sendo que os entrevistados da equipe gestora da assistência estudantil não fizeram parte desta etapa, uma vez que não se constitui elemento integrante da pesquisa a análise da situação socioeconômica destes participantes.

Os questionários aplicados compuseram-se de 25 questões, sendo 9 completamente fechadas e 16 perguntas fechadas com espaço para justificativas ou questões totalmente abertas. A análise e interpretação das respostas às questões fechadas foi realizada utilizando-se de tabelas e gráficos formulados com o auxílio do *software* Excel.

4.2.3 Entrevista semiestruturada

Apesar da utilização da análise documental e aplicação de questionários, a técnica instrumental para coleta de dados predominante na pesquisa foi a entrevista por ser um método, conforme afirma Gil (2012, p. 109) “mais utilizada no âmbito das ciências sociais [...] não apenas para coleta de dados, mas também com objetivos voltados para diagnóstico e orientação”. Ainda sobre a entrevista, Marconi e Lakatos (2001) afirmam ser este um método bastante utilizado para auxílio no diagnóstico ou no tratamento de um problema social.

Nesse aspecto pode-se considerar que a entrevista constitui-se um método de interação social. Corroborando essa assertiva, Gil (2012, p. 109), destaca que a entrevista “[...] é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e outra se apresenta como fonte de informação”.

Além disso, por ser considerado um método eficiente quando se quer analisar o comportamento humano, ao identificar os objetivos da pesquisa, acreditou-se que

a entrevista possa ter sido o melhor método para identificar as percepções e compreender as atitudes dos participantes.

Para Manzini (2004) é usual utilizar a entrevista quando as informações são difíceis ou até impossíveis de serem observadas. O propósito é buscar informações sobre concepções, percepções ou opiniões sobre algum objeto ou fato. Duarte (2002) ressalta que pesquisas com abordagem qualitativa geralmente utilizam-se de entrevistas, quase sempre longas e semiestruturadas.

As entrevistas realizaram-se no decorrer da pesquisa, entre os meses de maio e junho. As questões foram previamente elaboradas conforme os objetivos do estudo, tendo surgido outros questionamentos no decorrer do processo da entrevista, acerca de termos utilizados ou ênfases dadas pelo entrevistado sobre determinado assunto. Ainda assim, buscou-se seguir com a máxima fidelidade possível as questões propostas no roteiro, que se encontra exposto no Apêndice A deste trabalho.

As entrevistas foram gravadas e transcritas, tendo sido examinadas posteriormente repetidas vezes. É importante ressaltar a importância da gravação das entrevistas, pois conforme destaca Reyna, *apud* (Belei *et al.*, 2008), o uso do vídeo nas entrevistas é importante pois possibilita ao pesquisador analisar quantas vezes for necessário o processo de coleta, podendo observar pontos detalhados do entrevistado. Esse aspecto não pode ser visualizado, por exemplo na técnica da observação.

Quanto ao período de aplicação, as entrevistas foram realizadas em dias distintos, conforme a disponibilidade de horário de cada participante.

Quanto à seleção dos sujeitos participantes, como foram entrevistados três grupos diferentes de pessoas, as formas de seleção destes entrevistados também foram feitas distintamente, conforme a especificidade de cada caso, tendo sido divididas e descritas detalhadamente a seguir.

Parte I: Entrevistas com os alunos estudantes do IFTM e beneficiários da assistência estudantil

Na primeira parte, em que foram entrevistados os alunos estudantes do IFTM beneficiários da assistência estudantil, optou-se por fazer uma escolha aleatória, haja vista a população ser de grande número, totalizando 289 alunos. A amostragem

aleatória simples é um procedimento que consiste em atribuir um número aleatório para cada elemento da população e depois selecionar de forma casual alguns desses elementos, que constituirão a amostra (GIL, 2012).

Assim, de posse dos dados foram selecionados aleatoriamente 5 alunos, sendo três alunos do Ensino Técnico Integrado e 2 alunos do Ensino Técnico Concomitante. Optou-se por diversificar os níveis de ensino por entender que são diferentes os perfis estudantis referentes a cada nível. Além disso, escolheu-se os entrevistados de dois cursos técnicos existentes no IFTM. Os cursos relacionados na entrevista estão compreendidos entre 3 alunos do curso técnico em Informática e 2 alunos do curso técnico em Comércio.

O objetivo destas entrevistas constituiu-se em identificar se a assistência estudantil recebida por esses alunos que não evadiram serviu de estímulo para a permanência dos mesmos. Ademais, pretende-se também analisar a utilização desse benefício para os alunos, a fim de compreender a eficácia do programa quanto aos seus objetivos principais.

Parte II: Entrevistas com os alunos evadidos do IFTM que se constituíam beneficiários da assistência estudantil

Ao fazer a seleção para os alunos da segunda etapa das entrevistas, em que foram selecionados apenas alunos beneficiários da assistência estudantil que evadiram do curso, não se obteve muitos indivíduos, somando um total de 15 candidatos, onde seriam selecionados alunos do Ensino Médio Integrado e Ensino Técnico Concomitante. Como a amostra era pequena, optou-se por utilizar a amostra por acessibilidade. De acordo com Gil (2012), esse tipo de amostragem se dá quando o pesquisador seleciona os participantes conforme o acesso que se tem a cada um, sendo mais utilizado em estudos qualitativos.

Para esta etapa, foram entrevistados 4 alunos, sendo todos os alunos pertencentes ao ensino concomitante. Inicialmente, a proposta era entrevistar 2 alunos do ensino médio, todavia, dentro da lista de alunos evadidos beneficiários da assistência estudantil, constavam apenas 3 alunos dessa modalidade de ensino, dos quais ninguém se dispôs a realizar a entrevista. Dessa forma, toda a amostra teve de ser composta por alunos do ensino concomitante. Os cursos relacionados na

entrevista se dividiram entre 1 aluno do curso técnico em Eletrônica, 1 aluno do curso técnico em Informática e 2 alunos do curso técnico em Comércio.

Para esses participantes, o objetivo da entrevista foi identificar porque o programa não representou um estímulo suficiente à permanência destes, isto é, se existem outros fatores que envolvem a permanência dos alunos na instituição, bem como os fatores que contribuem também para a evasão.

Parte III: Entrevistas com os gestores do programa assistência estudantil

Para a terceira etapa das entrevistas, em que foram selecionados os gestores da assistência estudantil, optou-se por fazer a entrevista com o coordenador do programa no IFTM, que também atua como assistente social e com um membro da comissão de Assistência Estudantil. Sobre esse membro, é importante destacar que o mesmo já atuou como coordenador da AE no IFTM, tendo conhecimento sobre os diversos processos relacionados ao programa.

Sendo assim, nesta etapa obteve-se uma amostra do tipo intencional, que de acordo com Gil (2008, p. 94) “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.”

Dentro do IFTM o órgão responsável pelo programa é a Comissão de Assistência Estudantil, composta por 16 pessoas, todos servidores do IFTM – professores e técnicos administrativos. A comissão é responsável pela elaboração do processo, pela seleção dos beneficiários, pelo acompanhamento do comportamento e frequência dos alunos e pelo envio do pedido de pagamento das bolsas ao setor financeiro da instituição.

Quanto ao objetivo das entrevistas com os gestores, constituiu-se em analisar a percepção destes com relação ao programa de assistência estudantil que o IFTM oferece e a sua concepção acerca do alcance dos objetivos do programa, cujo papel primordial é auxiliar o estudante com vistas à sua permanência na instituição.

Discutidas as principais técnicas de pesquisa empregadas, são apresentados no Quadro 1 os três instrumentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, bem como os objetivos de alcance pretendidos por cada um dos instrumentos.

Quadro 1 – Resumo dos instrumentos da pesquisa e seus objetivos

Instrumentos	Objetivos dos instrumentos
Análise documental	Analisar os editais de seleção e aprovação, bem como o quantitativo de beneficiários do programa; Analisar o quantitativo de alunos que ficam na lista de espera do programa; Identificar o índice de evasão encontrado no ano de 2014; Constatar quais as modalidades de evasão identificadas no Campus.
Questionário	Identificar o perfil socioeconômico dos entrevistados (alunos e evadidos).
Entrevistas	Identificar as formas de utilização do benefício pelo estudante; Analisar se o auxílio econômico tem sido suficiente para suprimento das necessidades escolares do estudante; Identificar se o auxílio motiva o estudante a permanecer na instituição e qual a importância do mesmo para o estudante; Analisar porque o aluno, mesmo sendo beneficiário da assistência estudantil tende a evadir; Avaliar como o programa tem sido implementado no Campus.

Após a seleção dos participantes da pesquisa, iniciou-se o processo de contato com os mesmos, a fim de se concretizar o estudo. O contato com o entrevistado se deu através de telefone para os entrevistados evadidos e pessoalmente para os entrevistados estudantes no IFTM e gestores da assistência estudantil. Apesar de terem sido esclarecidos de que a pesquisa não lhes geraria ônus algum, alguns alunos evadidos contatados não se dispuseram a participar da pesquisa, sendo que quando não havia o consentimento de participação, o pesquisador buscava contatar o próximo aluno da lista. Apesar da dificuldade em encontrar participantes, o pesquisador conseguiu o número de alunos correspondentes para participar da pesquisa.

Após contato e agendamento das entrevistas, deu-se início à coleta de dados. As entrevistas foram gravadas e todos os participantes assinaram antes de realizá-las o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), exposto no Apêndice D deste trabalho. Para os participantes menores de 18 anos, foi solicitado no TCLE a autorização dos pais ou responsável legal, por meio de sua assinatura no documento. As entrevistas foram feitas na própria instituição, sendo participantes apenas o aluno e o entrevistador.

Todos os participantes foram esclarecidos de que as gravações estariam à disposição do entrevistado e de que seriam utilizados nomes fictícios para preservação da idoneidade de cada participante.

Antes do início das entrevistas, cada entrevistado preencheu o formulário socioeconômico, importante para entender a realidade socioeconômica do entrevistado. Ao iniciar as entrevistas, o pesquisador apresenta os objetivos principais e começa a fazer as perguntas, deixando que o entrevistado expresse livremente sua opinião.

4.3 Construção e análise das informações obtidas

A análise e interpretação dos dados foi elaborada utilizando-se a técnica de Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2011). Esta técnica consiste em ouvir detalhadamente todo o material, transcrevê-lo e identificar palavras ou conjuntos de palavras que sejam úteis para atingir os objetivos da pesquisa. Essas palavras são classificadas em categorias ou temas que se interligam aos objetivos propostos no estudo e auxiliam no alcance dos objetivos da pesquisa.

É uma técnica muito utilizada nas comunicações por utilizar procedimentos que descrevem os conteúdos das mensagens. A partir do conteúdo obtido, são criadas categorias que são aplicadas com precisão ao conjunto das informações adquiridas. Pode-se criar um quadro categorial, elaborado a partir de um tema central, podendo também colocar as frequências com que cada tema aparece.

Sobre a categorização, pode ser entendida como a classificação de elementos que formam um grupo de elementos que são distribuídos em partes à medida que encontram similaridades entre si. Mais especificamente, “Classificar elementos em categorias impõe a investigação do que cada um deles tem em comum com os outros. O que vai permitir o seu agrupamento é a parte comum existente entre eles” (Bardin, 2011, p. 148).

A análise de conteúdo pode ser dividida em três fases, conforme Bardin (2011):

1) Pré-análise: É considerada uma fase de sistematização das ideias iniciais. Nessa fase, são escolhidos os documentos a serem analisados, formuladas as hipóteses e os objetivos da pesquisa.

2) Exploração do material: Essa é uma fase mais longa, por se tratar da análise do material. Nessa fase, são elaboradas a codificação, decomposição ou enumeração dos dados coletados.

3) Tratamento dos resultados obtidos e interpretação: a partir da síntese e seleção dos resultados encontrados, o analista fará inferências e interpretações que respondam aos objetivos previstos.

A análise de conteúdo é uma técnica possível de ser utilizada para analisar entrevistas, como realizado no presente estudo. Nesse contexto, conforme afirma Bardin (2011), o analista confronta-se com diversas entrevistas, através das quais terá que inferir algo a partir da realidade estudada, que seja representativo de uma população de indivíduos ou de determinado grupo social.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, são apresentados os principais resultados encontrados na pesquisa, os quais encontram-se divididos em três partes. A primeira parte refere-se aos resultados da análise documental, na segunda parte estão os resultados dos questionários socioeconômicos aplicados aos entrevistados e por fim a terceira parte, que aborda os resultados encontrados nas entrevistas.

5.1 Análise Documental

5.1.1 Sobre os editais de assistência estudantil

No período de 2014, houve dois editais para concorrência ao benefício da assistência estudantil. Conforme já especificado, o benefício no IFTM – Campus Paracatu se limita à bolsa permanência, no valor de R\$240,00. O primeiro edital foi aberto no mês de março de 2014 e contemplou com o benefício 259 alunos do curso técnico. O segundo edital foi aberto em agosto de 2014 e compreendeu 30 beneficiários da mesma modalidade. Para o primeiro edital, o principal processo seletivo do programa no ano, o pagamento do benefício iniciou-se em abril de 2014, e teve seu término em dezembro deste mesmo ano. Nesse período, conforme os dados fornecidos pela instituição, foram gastos o valor de R\$ 731.040,00 com a bolsa permanência oferecida pela assistência estudantil.

De acordo com os documentos obtidos pela comissão de assistência estudantil, no âmbito dos cursos técnicos, foram inscritos no primeiro edital do programa 362 alunos, dos quais 355 se enquadraram no perfil de beneficiário, isto é, renda familiar de até 1,5 salários mínimos por pessoa. Destes 355 alunos aptos a receberem o benefício, apenas 259 foram contemplados, o que significa que 96 alunos ficaram na lista de espera para receber o benefício. No segundo edital de assistência estudantil, foram inscritos 61 alunos, tendo sido beneficiados 30 estudantes, resultando em 31 alunos na lista de espera.

Como se tem por regra que os candidatos para o primeiro edital não podem concorrer ao segundo edital, conclui-se que durante o ano de 2014, cerca de 127 alunos aptos a receberem o benefício da assistência estudantil não tiveram acesso

ao benefício, o que corresponde a 20,81% dos estudantes matriculados no ensino técnico.

Os estudantes que se enquadram economicamente no grupo de alunos aptos a receberem a assistência estudantil e que não foram contemplados pelo benefício são dispostos em uma lista de espera, ordenada conforme a renda *per capita* do indivíduo. Sendo assim, conclui-se que os alunos da lista de espera possuíam rendas maiores do que os alunos contemplados pelo edital de seleção, o que não os exclui da situação de necessitados em receber o benefício, uma vez que mesmo com rendas *per capita* maiores do que os beneficiários, os mesmos ainda constituem-se na faixa de renda considerada de vulnerabilidade econômica. Essa situação se corrobora ainda mais ao se considerar a diferença de renda *per capita* entre o último contemplado a receber o benefício e o primeiro colocado da lista de espera, que foi de apenas R\$1,20. Esse valor consideravelmente pequeno é o valor monetário que separa os contemplados com o benefício da assistência estudantil daqueles que não foram contemplados.

Essa situação revela que o número ofertado de bolsas na instituição ainda é insuficiente para atender as demandas existentes de alunos em situação de vulnerabilidade econômica. Conforme explicado pela instituição, a oferta de bolsas se dá conforme a disponibilidade de recursos advinda do Governo Federal, sendo que a instituição não tem o poder de ampliar a oferta de bolsas conforme as suas próprias constatações.

Considerando a faixa de renda a que se destina a assistência estudantil, que é de 1,5 salários mínimos *per capita*, percebe-se que o último colocado na lista dos contemplados recebia o equivalente a R\$548,50, isto é, bem abaixo do teto destinado ao público-alvo da assistência estudantil, pois, considerando o salário mínimo do ano de 2014, que era de R\$724,00, a faixa máxima salarial *per capita* deveria ser R\$1.086,00, estando o último contemplado em cerca da metade desse valor máximo.

Pela renda *per capita* analisada, baseando-se na estratificação social admitida pela SAE (2014) e já abordada neste trabalho, conclui-se que os alunos beneficiários da assistência estudantil no IFTM correspondem em sua metade à classe baixa, conforme exposto no Quadro 2. A parte restante divide-se entre um baixo quantitativo de alunos em extrema pobreza e nas classes média.

Quadro 2: Estratificação social dos beneficiários da AE – 2014 do Campus Paracatu

Denominação Social	Número de alunos	Percentual
Extrema pobreza	13	4,5%
Baixa	146	50,5%
Baixa classe média	87	30,1%
Média classe média	43	14,9%
Total	289	100%

5.1.2. Índices de evasão no IFTM – Campus Paracatu no ano de 2014

Sobre a movimentação dos alunos do Campus Paracatu no ano de 2014, a partir dos documentos disponibilizados pela instituição, obteve-se um total de 91 alunos evadidos, dentre os 610 matriculados, obtendo 14,91% como percentual de evasão no ano de 2014. Esses dados estão detalhados na Tabela 4, que distingue os índices de evasão por curso técnico.

Tabela 4: Índice de evasão por curso no Campus Paracatu

Curso	Número de evadidos/transferidos	Porcentagem
Técnico em Informática Integrado	4	5%
Técnico em Eletrônica Integrado	7	8%
Técnico em Comércio Integrado	7	8%
Técnico em Informática Concomitante	24	26%
Técnico em Eletrônica Concomitante	37	40%
Técnico em Comércio Concomitante	12	13%
Total	91	100%

Fonte: IFTM (2014)

Os indicadores apresentados na Tabela 1 demonstram um índice de evasão superior para os cursos concomitantes, os quais foram responsáveis por cerca de 79% das desistências. Dentre os cursos concomitantes, o curso que obteve o maior percentual de evasão foi o curso Técnico em Eletrônica, sendo que apenas este curso foi responsável por 40% dos alunos evadidos. O curso Técnico em Comércio

foi em ambas as modalidades, o curso que obteve o menor percentual de evasão. Para a modalidade concomitante, não houve pedidos de transferência de curso, sendo considerados como evadidos alunos que abandonaram ou que trancaram o curso.

Na modalidade integrado, a evasão apresentou-se em percentuais menores, em sua maioria na forma de transferência, tendo apenas 2 alunos que evadiram do ensino integrado, sem pedir a transferência ao Campus Paracatu.

Considerando o número de matriculados associado ao número de evadidos apresentados, percebe-se a relevância em identificar os fatores causadores da evasão, bem como apontar soluções que reduzam este problema. Apesar do foco deste estudo não ser direcionado especificamente às causas da evasão, é necessário identificar os possíveis elementos geradores do problema, uma vez que a partir das causas encontradas pode-se analisar a assistência estudantil como um elemento possivelmente associado à solução deste problema.

Pela legislação interna da assistência estudantil do Campus Paracatu, especificado também no edital de inscrição, o aluno deixa de receber o benefício quando abandona a instituição ou quando se torna infrequente, obtendo 25% de ausências em todas as disciplinas. No ano de 2014, 15 alunos deixaram de receber o benefício. Deste valor total, apenas 4 alunos o fizeram por infrequência, sendo que o restante parou de ser beneficiado por terem evadido da instituição. Sendo assim, conclui-se que 11 alunos que eram beneficiários do programa de AE evadiram do IFTM. Comparando esse número com o quantitativo total de alunos evadidos, isto é, 91 alunos, obtém-se que apenas 12% dos alunos evadidos eram beneficiários da AE.

Esse número relativamente pequeno gera questionamentos sobre a importância desse benefício para a permanência do aluno na instituição. Ao considerar que dentre 91 alunos evadidos, apenas 11 eram beneficiários da assistência estudantil e optaram por abandonar a instituição, mesmo sendo participantes do programa, nos faz compreender que o benefício pode ser considerado um aspecto importante para a permanência do aluno no sistema escolar.

Dentre os 11 alunos evadidos, 6 correspondem ao curso Técnico em Eletrônica, 3 pertencem ao curso Técnico em Informática e 2 pertencem ao curso Técnico em Comércio. Outra informação relevante é que a evasão é mais

visualizada nos cursos concomitantes, sendo que dos 11 alunos evadidos, 8 correspondem ao curso concomitante e 3 pertencem à modalidade integrado.

Dentre os alunos evadidos, considerando as diversas modalidades de evasão já abordadas neste trabalho, percebe-se que nos cursos concomitantes a principal causa da evasão é a desistência, já nos cursos integrados, a razão das três desistências encontradas foi a transferência de escola.

Sobre a transferência de curso observada, considera-se que quando o aluno abandona o curso técnico Integrado e transfere de escola, ele automaticamente evade do curso técnico, pois, excetuando-se os casos onde o aluno é transferido para uma escola cujo ensino médio seja profissionalizante, ao abandonar o ensino médio ele também abandona o ensino técnico, cursando na nova escola apenas o ensino médio. Nos cursos concomitantes, onde o ensino abrange apenas o curso técnico, ao evadir da instituição o aluno abandona apenas o curso técnico.

5.2 Resultados dos questionários: perfil socioeconômico dos entrevistados

A partir dos objetivos descritos neste trabalho, sentiu-se a necessidade de analisar as características sociais e econômicas dos sujeitos da pesquisa. Para tanto, aplicou-se um questionário semiestruturado aos entrevistados, com exceção dos gestores da assistência estudantil, já mencionados e caracterizados na metodologia deste trabalho.

O objetivo do questionário foi compreender a realidade socioeconômica dos entrevistados, uma vez que a temática deste trabalho está interrelacionada aos fatores sociais e econômicos na qual se situam os estudantes. Considerando que a assistência estudantil é uma ação afirmativa voltada para estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social e que a evasão escolar está expressamente relacionada a fatores econômicos e sociais, é preciso entender como esses elementos se relacionam na vivência dos sujeitos da pesquisa.

Diante dessa situação, cita-se Dore e Luscher (2011) que destacam que as causas do fracasso escolar podem advir de questões sociais mais amplas e que variáveis como renda *per capita*, desigualdades sociais, econômicas e culturais contribuem sobremaneira para o aumento do fracasso escolar. Além disso, pesquisa feita por Brasil (2005), por meio do Ministério da Educação revelam que a

vulnerabilidade econômica e social tem estado bastante associado às taxas de abandono.

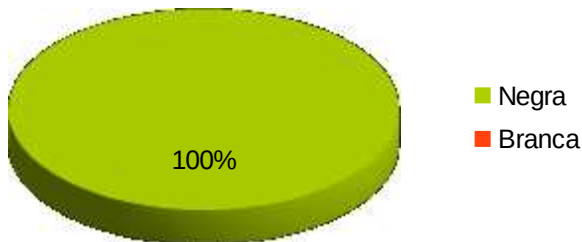
Assim, foram aplicados os questionários socioeconômicos a alunos atuais e evadidos que receberam a bolsa de assistência estudantil no ano de 2014, sendo que os resultados encontrados foram descritos textualmente e expostos em gráficos para melhor compreensão da realidade encontrada.

Responderam aos questionários os 9 indivíduos entrevistados, alunos e ex-alunos das diferentes modalidades existentes no Campus Paracatu. O Quadro 3 apresenta os sujeitos da pesquisa, bem como suas respectivas idades, estado civil e o curso técnico a qual pertencem ou pertenciam. Os nomes foram alterados a fim de preservar a identidade real dos mesmos, colaborando assim com os procedimentos éticos desta pesquisa.

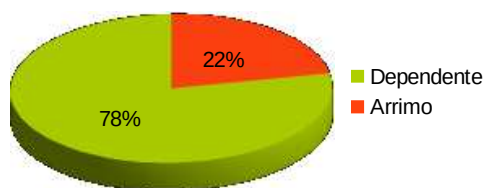
Quadro 3: Perfil dos sujeitos entrevistados

Nome	Idade	Estado Civil	Situação do estudante	Curso Técnico/Modalidade
Lorena	32	Casada	Aluno	Comércio Concomitante
Guilherme	18	Solteiro	Aluno	Informática Concomitante
Raíssa	17	Solteira	Aluno	Comércio Integrado
Luana	16	Solteira	Aluno	Informática Integrado
Jaqueline	16	Solteira	Aluno	Informática Integrado
Gustavo	21	Solteiro	Evadido	Comércio Concomitante
Leila	17	Solteira	Evadido	Informática Concomitante
Fabrício	19	Solteiro	Evadido	Eletrônica Concomitante
Cristina	28	Solteira	Evadido	Comércio Concomitante

O questionário buscou identificar a raça dos entrevistados, tendo os resultados demonstrado que todos os respondentes se encontravam no grupo dos negros, que se agrupam entre os pretos e pardos, conforme apresenta o Gráfico 1. Não houve nenhum entrevistado pertencente à raça branca. Conforme destaca IBGE (2008), as raças pretas e pardas se agruparam em uma única, denominada negra. Apesar do processo seletivo da assistência estudantil não diferenciar a raça para fins de classificação, percebe-se a presença de minorias dentre os beneficiários, indicando que as raças negras e pardas, sujeitos de processos historicamente discriminatórios, ainda fazem parte dos grupos de menor renda.

Gráfico 1: Raça

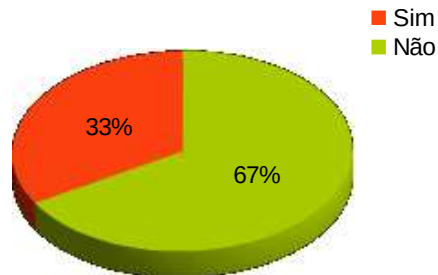
Os entrevistados também foram questionados sobre o papel econômico que os mesmos exercem em suas famílias. Os resultados revelaram que a maioria (78%) constituem-se como dependentes, sendo que apenas 22% são responsáveis pelo sustento da família, conforme consta no Gráfico 2. Esse resultado pode ser explicado pela faixa etária dos entrevistados, que constitui-se em média 21 anos, não sendo uma idade ainda tão evidente ao ingresso no mercado de trabalho. Entretanto, dentre os que se colocaram como arrimo, todos se encontram no grupo dos evadidos.

Gráfico 2: Papel econômico que ocupa na família

Segundo abordado no Gráfico 3, a respeito da existência de filhos, evidenciou-se que três entrevistados possuem filhos, o que corresponde a 33% do total. Dentre os que possuem filhos, a maior parte (66%) está entre os evadidos e 33% relataram não terem com quem deixá-los. Um estudo feito por Moreira (2012) com alunos evadidos da educação profissional identificou uma alta porcentagem de alunos que tinham filhos (58%), sendo este um dos fatores alegados por metade dos

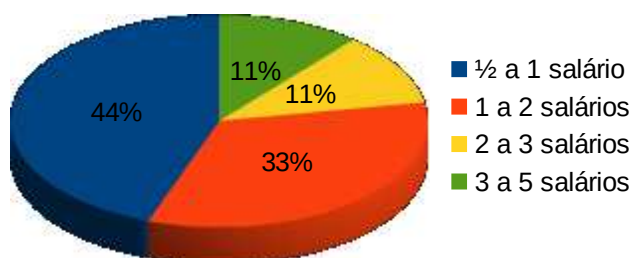
entrevistados como determinante à evasão. Dentre esse percentual, 26,8% alegaram que esse foi o principal fator para a decisão do abandono.

Gráfico 3: Existência de filhos



Foi perguntado aos entrevistados sobre suas respectivas rendas familiares. Os resultados, expostos no Gráfico 4, demonstram que o público da assistência estudantil no Campus Paracatu são alunos de baixo poder aquisitivo, sendo que 44% possuem renda familiar de até 1 salário mínimo e 33% possuem renda familiar mensal de até 2 salários mínimos. Apesar de 11% terem relatado um renda entre 2 a 3 salários e entre 3 a 5 salários mínimos, a renda predominante dos entrevistados é de até 2 salários mínimos. De acordo com a estratificação social elaborada pela SAE (2014) e já abordada neste trabalho, considera-se que a maior parte dos entrevistados, cerca de 77%, estão situados na classe econômica Baixa e Baixa Classe Média.

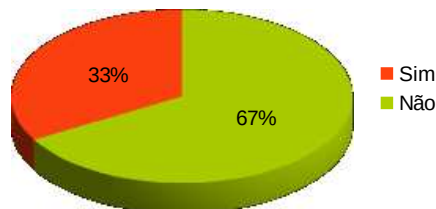
Gráfico 4: Renda familiar



Apesar de terem em sua maioria renda de até 2 salários mínimos, apenas 33% dos entrevistados recebem algum benefício social governamental, sendo o único benefício relatado o Bolsa Família. Esse programa de transferência de renda é um dos principais benefícios sociais existentes atualmente, sendo bastante conhecido pelo alcance que possui nas diversas regiões do país. É destinado a famílias cuja renda *per capita* familiar seja inferior a R\$ 70 mensais, consideradas economicamente como extremamente pobres. No ano de 2014 o município possuía 2.720 famílias beneficiárias do programa, representando 58,06% das famílias aptas a receberem o benefício no município (BRASIL, 2014).

Apesar da existência de famílias em situação de extrema pobreza no município, dados do MDS (BRASIL, 2014) afirmam que entre 2011 e 2014 houve uma redução de 28,68% no total de famílias beneficiárias do Bolsa Família, indicando que pode ter ocorrido uma mobilidade social em famílias com situação de vulnerabilidade econômica no município, o que pode também explicar esse baixo índice de alunos que recebem o benefício.

Gráfico 5: Recebe algum benefício do governo

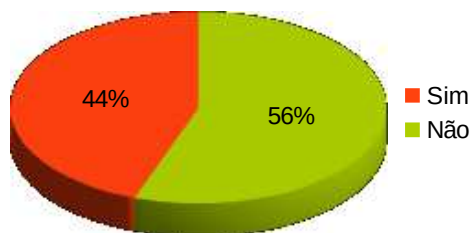


Em relação ao trabalho, abordado neste estudo como fator preponderante para o abandono dos estudos, identificou-se que 44% dos entrevistados exercem alguma atividade profissional, segundo consta no Gráfico 6. Dentre os alunos que trabalham, a maioria (75%) constituiu-se entre os evadidos. É importante destacar que dentre os que não trabalham, todos os alunos são menores de idade e cursam ainda o Ensino Médio, podendo ser esta a razão para a ausência da atividade laboral. Os dados demonstraram que todos os entrevistados que já concluíram o Ensino Médio e são maiores de idade já se encontram no mercado de trabalho.

Dentre os que trabalham, as idades em que iniciaram a atividade laboral variam entre 13 a 16 anos. As ocupações são de nível operacional e valor

remuneratório baixo, se diversificando entre diarista, repositor de estoque em supermercado, ajudante de obras e auxiliar de dentista, sendo remunerados em até 2 salários mínimos. Tal situação demonstra a situação econômica precária pela qual situam muitos alunos e ex-alunos do IFTM – Campus Paracatu. Trabalhando em cargos de baixa remuneração, muitos utilizam desse dinheiro para auxílio no sustento da casa.

Gráfico 6: Sobre o exercício de atividade profissional



Além dos dados apresentados, outros dados também foram coletados para identificação do perfil socioeconômico dos entrevistados, os quais serão apresentados textualmente de forma sucinta abaixo.

Todos os entrevistados que se configuram entre os atuais alunos do IFTM – Campus Paracatu utilizam o ônibus como meio de transporte principal para irem à escola. Quando questionados sobre a condição do transporte com relação ao acesso à escola, as respostas estiveram entre regular e péssimo, revelando que os estudantes não se encontram satisfeitos com o transporte. Dentre as justificativas para a insatisfação, alguns relataram a falta de horário regular para o ônibus passar nos locais de embarque, quantidade insuficiente de coletivos e o preço elevado da passagem.

O preço atual da passagem de ônibus em Paracatu é de R\$ 2,65. Se compararmos o valor com o preço de outras cidades, Paracatu possui preço de passagem de coletivos maior do que capitais como Recife (R\$ 2,45), Belo Horizonte (R\$ 2,45), João Pessoa (R\$ 2,45) e Vitória (R\$ 2,40). Apesar do alto valor para os usuários, os estudantes pagam um valor reduzido, correspondente a R\$ 1,38. Apesar disso, ainda é um valor significativo se considerarmos esse valor como um gasto diário, como é o caso dos estudantes. Mais adiante, o tópico transporte será abordado com maior especificidade.

A escolaridade dos entrevistados se encontra entre ensino médio completo e incompleto. Nenhum entrevistado possui curso superior ou mesmo outro curso técnico.

Dentre os entrevistados, houve bastantes variações quanto aos membros da família, sendo que 20% possuem uma família com 3 membros, 20% possuem 4 membros na família e 20% possuem uma família com 5 membros. Cerca de 30% dos entrevistados não mencionaram o pai como membro da família, indicando a ausência desse membro na composição familiar.

Os dados revelaram baixa escolaridade dos pais dos entrevistados, sendo que a escolaridade predominante dentre os respondentes cujos pais moram na residência familiar foi o Ensino Fundamental completo ou incompleto. Apenas uma entrevistada relatou que os pais possuem o ensino médio completo.

As profissões existentes entre os membros da família se diversificaram entre operadores de caixa, técnico em segurança, babá, auxiliar de serviços gerais, motorista, mecânico, zelador, funcionário público e cuidador de idosos. Da mesma forma como relatado entre os entrevistados que trabalham, as funções trabalhistas dos membros familiares dos respondentes também se resumem a cargos operacionais de valor remuneratório baixo.

Leon e Menezes-Filho (2002) atentam para o fato de que características familiares sociais e econômicas tem fator influenciável no progresso escolar do aluno. Nesse sentido, Sabino Sélis (2012) destaca que a educação e ocupação dos pais podem ser elementos condicionantes para a evasão escolar. Quando os pais possuem rendas laborais baixas, muitos filhos são condicionados ao trabalho precoce para ajudar no sustento da família ou mesmo para suprir as suas necessidades pessoais, as quais não são atendidas, devido à baixa renda familiar. Esse fator pode acarretar o abandono dos estudos, bem como situações desestimulantes como notas baixas e reprovação.

5.3 Análise e discussão das entrevistas

Procedendo-se à análise e discussão dos resultados obtidos na pesquisa, a seguir serão apresentados os resultados das entrevistas feitas com os alunos

beneficiários da assistência estudantil, com os alunos que evadiram da instituição e com os gestores do programa.

Conforme já abordado, a análise das entrevistas baseou-se na técnica de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). O Quadro 4 demonstra as classes temáticas, categorias e subcategorias elaboradas através dos resultados obtidos com as entrevistas e em seguida são apresentadas individualmente cada classe temática juntamente com a análise elaborada a partir de tais classes e suas categorias.

Quadro 4: Classes temáticas, categorias e subcategorias obtidas por meio das entrevistas

Classes Temáticas	Categorias	Subcategorias
Aplicabilidade	Formas de utilização do benefício	a) Transporte
		b) Alimentação
		c) Material escolar
Abandono	Motivações para o abandono	a) Priorizar o ensino médio
		b) Cuidar dos filhos
		c) Conciliar trabalho e estudos
Permanência	Incentivos para a permanência	a) Ensino de qualidade
		b) Oportunidades profissionais
		c) Assistência estudantil
Avaliação geral do programa	Atributos categoriais positivos e negativos	a) Utilização correta e efetividade do benefício
		b) Má utilização e inefetividade do benefício

5.3.1 Primeira classe temática: Aplicabilidade

A primeira classe temática elaborada refere-se à aplicabilidade do benefício da assistência estudantil aos alunos. O objetivo desta temática é compreender como o benefício tem sido utilizado no cotidiano dos alunos, a fim de identificar se o programa de assistência estudantil tem exercido sua função contributiva dentro das áreas definidas pelo PNAES a serem contempladas pelo programa. A partir dos

resultados obtidos, foi possível identificar três elementos mais citados dentre os alunos como forma de utilização do benefício, os quais foram transformados em subcategorias, sendo elas: “Transporte”, “Alimentação” e “Material Escolar”, as quais são especificadas a seguir.

a) Transporte

O principal relato dos alunos com a utilização do benefício esteve relacionado ao transporte. Nesse contexto, faz-se importante destacar porque esse elemento tem sido considerado um dispêndio significativo aos alunos da instituição.

O IFTM – Campus Paracatu não se situa dentro da cidade de Paracatu, estando localizado às margens de uma rodovia estadual. Devido à distância entre a cidade e a instituição, todos os que se locomovem até a instituição necessitam utilizar algum meio de transporte. O principal transporte utilizado pelos alunos é o ônibus, sendo que por dia, circulam no IFTM cerca de 10 linhas de ônibus, vindos de diversos bairros existentes no município. O valor atual da passagem é de R\$ 2,65, entretanto os estudantes dispõem de um desconto, o qual reduz o valor para R\$ 1,38.

Considerando o valor pago pelos estudantes, supondo um mês em que não há feriados, o estudante possui em média 22 dias letivos. Multiplicando os dias letivos pelo valor diário gasto com passagens, isto é R\$ 2,76, conclui-se que para os alunos do curso concomitante, o gasto mensal com passagens é de R\$ 60,72. Para os alunos do ensino integrado, que realizam um trajeto diário que totaliza quatro passagens, dentre a ida para o IFTM e a volta para casa, o gasto mensal é de R\$ 121,44.

Devido os altos custos com passagens, muitos alunos dependem expressivamente da assistência estudantil para custear o transporte. Essa afirmativa pode ser comprovada na fala de Lorena e Leila:

“Eu moro longe, né... Pra vir fica difícil, não tem carro, não tem, assim... vizinho que possa oferecer... assim... carona, de vez em quando. Pego o ônibus direto, e fica... ainda mais, não tem como você vir de pé, é longe... é isso... pra poder já ajudar na hora de pagar, porque a passagem também é cara (Lorena, E.C.)”

“Eu sei que ajuda porque na minha sala tinha uns colegas, as vezes que mesmo, a bolsa era diretamente pro transporte. Se não fosse esse dinheiro não, porque sem o transporte não dava e ela ajuda sim (Leila, E.C.)”.

Quando perguntado sobre a utilização desse benefício, Lorena foi enfática em sua resposta:

“Primeiro o transporte, primeiro o transporte” (Lorena, E.C.).

Outro meio de transporte também foi citado como forma de locomoção até a instituição, quando os alunos não dispõem de horários de ônibus, relatando também dificuldades dos alunos quanto à limitação aos horários do coletivo.

“(...) despesa pra ir pra escola, porque as vezes a gente tinha que ir lá na parte da tarde, e não tinha ônibus, a gente tinha que pegar o moto táxi, então ajudava bastante... (Cristina, E.C.)”.

Conforme já abordado, para os alunos do ensino integrado, o gasto com a passagem se torna mais alto comparado aos alunos do concomitante, pois devido o ensino ser em período integral, os alunos chegam a pagar por dia até quatro passagens de ônibus, incluindo a ida até a instituição e a volta para a residência destes. Para esses alunos que dependem expressivamente do transporte, a assistência estudantil pode ser um auxílio fundamental para a permanência do aluno na instituição.

Em entrevista a estudante Luana, ao ser questionada sobre o que aconteceria se parasse de receber o benefício, a aluna mencionou o transporte em suas considerações:

“Acho que teria que sair da escola, porque minha mãe não teria condições de pagar para eu vir” (Luana, E.M.).

Também questionada se a AE é um elemento que motiva o aluno a permanecer na instituição, o problema do transporte foi novamente lembrado pela aluna:

“Sim, porque tem muitas pessoas que querem fazer e não tem como vir, porque a passagem é.. tá muito cara, é quase R\$10,00 por dia para você pagar passagem, alimentação e despesa, você fala, muitos pais não vão ficar dando dinheiro para o filho poder vir toda hora” (Luana, E.M.).

O transporte também é uma área estratégica na busca pela permanência estudantil. Disponibilizar auxílios aos estudantes para pagamentos dos custos com transporte, principalmente em locais onde os campi universitários são afastados do centro da cidade, permite que os mesmos possam vivenciar com qualidade a vida acadêmica, participando das atividades de ensino, pesquisa e extensão propostos pela instituição (SILVEIRA, 2012).

Para Silva e Arnt (2008), não é a quantidade de vagas que faz uma escola ser acessível, mas a facilidade que o estudante tem de chegar à mesma. Nesse contexto, cita-se também a importância do Passe Livre Estudantil, pauta das lutas dos movimentos estudantis e já abordado neste trabalho. A implementação de um auxílio semelhante a esse poderia reduzir os dispêndios dos alunos com transporte, colaborando para maior satisfação na vida escolar dos alunos do Campus Paracatu.

b) Alimentação

Quanto ao fator alimentação, dentre os entrevistados apenas um aluno não relatou fazer uso da assistência estudantil para alimentar-se no IFTM, sendo perceptível que o recurso tem sido bastante utilizado para refeições feitas dentro da instituição, também atendendo à área da alimentação, presente nos quesitos mencionados pelo Governo Federal que devem ser atendidos pelo programa de assistência estudantil.

Em particular para os alunos do ensino médio, percebe-se que as refeições constituem um elemento representativo dos custos estudantis, uma vez que tais alunos permanecem em dois períodos na instituição e alguns estudantes não voltam em seus lares no horário de almoço, permanecendo no Campus para realizar essa refeição. Sendo assim, muitos alunos mantêm-se presentes em três períodos de refeições dentro da instituição, sendo eles os curtos intervalos para refeições e descanso ocorridos no decorrer das aulas, e o período de almoço, compreendido entre às 11:30hs e 13:10hs.

Dentro do Campus Paracatu existe uma lanchonete, que vencedora do processo licitatório, fornece as refeições para alunos e servidores. O cardápio é acompanhado por uma nutricionista do Campus, e varia entre lanches rápidos e refeições completas como almoço e jantar, que variam entre R\$4,00 e R\$6,00.

Conforme já mencionado, para o aluno do ensino médio, a alimentação torna-se mais um custo para a permanência do aluno na instituição. Para a aluna Raíssa, deve existir um auxílio a mais para alunos do ensino médio que permanecem no IFTM no horário do almoço, pois apenas o recurso da assistência estudantil não é suficiente.

“Eu acho que devia existir para quem fica aqui na escola no almoço. Porque... como o almoço é muito caro e lanche também, às vezes o dinheiro que você paga para almoçar aqui, fica muito mais barato você

almoçar em casa, só que não dá tempo de ir em casa, só que as vezes a pessoa não tem o dinheiro para ficar aqui na escola, mas também não dá tempo de ir pra casa, de ir e voltar toda hora, aí acaba desistindo mesmo” (Raíssa, E.M.).

Ainda sobre o uso do auxílio para as refeições, a aluna Lorena relata que se for utilizar o dinheiro para lanche todos os dias, o recurso não é suficiente.

“Não dá para, se for pra você lanche todos os dias na escola também não dá, ainda mais porque o lanche também não passa de... não é menos que R\$3,00 por... vamos supor se for pra você lanche todo dia na escola, a hora que chegar o final do mês o dinheiro não dá, de jeito nenhum, não dá nunca” (Lorena, E.C.).

O caso dessa aluna é bastante específico pois a mesma possui uma filha que também estuda na instituição no ensino integrado. A entrevistada relatou um pouco o que enfrenta com as dificuldades de arcar com os gastos de alimentação da jovem estudante.

“Eu tenho uma menina que estuda aqui, no caso ela vem de... ela vem cedo, ela é tempo integrado né... tem vezes que ela não tem tempo dela lanche em casa, porque o horário é curto, ela tem que correr pra pegar o ônibus, eu tenho que levar ela, não pega perto de casa, é longe também... aí ela chega aqui não tem como ela ficar até na hora do almoço pra esperar pro almoço pra almoçar, ela tem que comer pelo menos um salgado antes né... e eu não tenho condições, se for pra ela poder vir pra cá sem... se não tiver a assistência não tem como deixar ela aqui, não dá” (Lorena, E.C.).

Lorena relata que a filha almoça na instituição, pois é insuficiente o intervalo de tempo compreendido entre almoçar em casa e pegar o ônibus para regressar ao IFTM no turno vespertino.

“Na semana ela almoça aqui, todos os dias, porque não tem como ela vir, eu pensei dela ir em casa almoçar mais aí o gasto também ia ser muito, e talvez não ia dar tempo dela voltar a tempo para o ponto para pegar o ônibus.(Lorena, E.C.).

Percebe-se que o aluno do ensino médio depara-se com duas escolhas difíceis, entre almoçar no IFTM, economizando com transporte, mas despendendo com o almoço ou fazer a refeição em casa, tendo que arcar com o transporte de regresso à instituição e ainda correr o risco de não conseguir pegar o ônibus para retornar à instituição no período vespertino.

Diante do contexto, percebe-se que ao se tratar dos alunos do ensino integrado, os gastos com refeições, semelhantes aos custos com transporte, são diferentes dos alunos do ensino concomitante, tendo em vista que o estudo é em tempo integral. Sendo assim, pode-se pensar que o benefício também poderia ser estendido a um auxílio-alimentação aos alunos dessa modalidade. O aluno do

ensino integrado, por frequentar aulas em dois turnos possui maiores necessidades de alimentação no Campus do que alunos que estudam em apenas um turno. A existência de um auxílio-alimentação favoreceria a permanência do aluno na instituição durante todo o dia, evitando as frequentes faltas existentes no turno vespertino, ocasionadas pelo curto tempo que os alunos possuem entre o intervalo de almoço e a volta para a instituição.

Para Silveira (2012), políticas de alimentação são essenciais como estratégias de permanência do aluno, uma vez que a existência destas amenizam as dificuldades do aluno com alimentação diária. Para alunos que frequentam os cursos integrais ou que se deslocam diariamente de suas cidades para estudarem, esse auxílio torna-se ainda mais relevante.

O problema da alimentação também é percebido no relato da aluna Jaqueline, que foi beneficiária da assistência estudantil no ano de 2014, mas que nesse ano de 2015 não obteve o benefício, ficando na lista de espera. Para a aluna, ao parar de receber o benefício, a dificuldade com os estudos aumentou, pois a mesma que antes almoçava na instituição passou a realizar esta refeição em casa, tendo que regressar à sua casa na hora do almoço e retornar ao IFTM no turno vespertino, o que segundo ela, deixou os estudos ainda mais cansativo.

“Então, porque eu parei, eu parei de almoçar aqui, meu pai só tem o trabalho de por crédito na carteirinha, então eu já parei de almoçar aqui, então aumenta o cansaço né, porque vai e volta, mas foi isso. Aí a questão dos livros meu pai ele compra, mas, o mais difícil mesmo foi a volta de ir pra casa e voltar”(Jaqueline, E.M.).

Esses relatos revelam casos peculiares, e nos faz perceber o quanto a assistência estudantil tem contribuído para o bem-estar dos alunos, o que muitas vezes só é identificado quando se escuta o que o aluno tem a dizer a esse respeito. Ainda que não houve o abandono dos estudos por parte da aluna ao parar de receber o benefício, percebe-se que passou a existir um fator que torna a permanência dela na instituição menos prazerosa.

c) Material Escolar

A compra de materiais escolares em geral foi considerada uma aplicação comum da assistência estudantil pelos alunos. Apesar de alguns entrevistados terem relatado a utilização do benefício com alimentação e outros com transporte, todos

relataram utilizarem o benefício com a compra de material escolar. Os exemplos se diversificaram, desde a compra de livros, pendrives, uniformes, apostilas, até a compra de notebooks para auxílio ao aprendizado.

“(…) pra comprar livro essas coisas também porque já que em casa não tem então é a única forma seria esse dinheiro, então acho que é de muito bom uso”(Jaqueline, E.M.).

“Quando tiver algum trabalho, comprar algum material, isso me ajuda muito. (...) Tipo um livro, um pendrive, se der também pode comprar um notebook porque precisa e muito” (Guilherme, E.C.).

“eu deixo só em função do estudo mesmo” (Lorena, E.C.).

“(…) igual eu trabalhava, mas tinham alguns que não trabalhavam então dependiam mais desse benefício do que às vezes eu mesma, e... eles usavam pra comprar os materiais porque vira e mexe a gente sempre compra alguma coisa né, pro curso. Então eu acho que serviu pra ajudar eles nesse sentido também, dentro do curso com material” (Cristina, E.C.).

“Com os estudos eu gastava ele, aí minha mãe às vezes não aceitava porque era só para o estudo, aí o que sobrava eu passava pra ela, e mesmo assim ela não aceitava. Ela falava que era só pro estudo e eu falava: sobrou, vai dar pra fazer isso. Usava para o projeto, pra gastar com laboratório que o professor pedia pra gente fazer” (Gustavo, E.C.).

Ainda sobre a utilização dos benefícios pelos alunos, ressalta-se os casos dos alunos Gustavo e Cristina que relataram terem utilizado o benefício para a compra de um notebook, que os auxiliou muito em seus aprendizados e em trabalhos do curso. Sobre esse aspecto, é importante ressaltar que esse fato reforça a ideia de que o benefício cumpre o seu papel para a inclusão digital, elemento integrante das áreas a serem desenvolvidas pelo PNAES.

“Eu me beneficieei com um notebook, eu comprei um computador que me ajudou muito nas pesquisas da escola” (Cristina, E.C.).

“Aí eu me inscrevi para comprar o material de estudo, no caso o notebook...” (Gustavo, E.C.).

Sobre a inclusão digital no ambiente escolar, nas palavras de Silva, *et al.* (2005), a inclusão digital pode ser compreendida como um processo que se inicia com a informação obtida por meios digitais, tendo sua concretização na assimilação dessa informação, transformada em conhecimento. Sob o ponto de vista ético, a inclusão digital é uma ação promotora da cidadania, contribuindo para uma sociedade mais igualitária e fomentando a inclusão social, por consequência melhorando a qualidade de vida das pessoas.

Como parte da educação para a informação, tem-se que a inclusão digital é extremamente necessária aos países em desenvolvimento como o Brasil, uma vez que a redução da desigualdade social possui relações com o nível de utilização do

conhecimento e com sua aplicação, bastante vinculada à utilização das tecnologias da informação e do conhecimento (Silva, *et al.*, 2005).

Sobre a inclusão digital no espaço escolar, Teixeira e Marcon (2009) destacam que existe uma estreita relação entre as tecnologias digitais e melhorias nos processos de aprendizagem escolar, uma vez que a aprendizagem constitui-se um processo comunicativo, envolve a interação entre os sujeitos desse processo, e as tecnologias digitais contribuem para cooperação desse processo. Dessa forma, a escola como ponte de acesso da educação à sociedade e instituição fundamental para o desenvolvimento da cidadania, deve ser espaço legítimo da inclusão digital, uma vez que é nesse ambiente que boa parte dos indivíduos possuem seu primeiro contato com as tecnologias.

5.3.2 Segunda classe temática: Abandono

Outra classe temática elaborada através dos resultados refere-se ao abandono dos estudos, por meio da qual foi criada a categoria “Motivações para o abandono”. O objetivo desta categoria é identificar as causas encontradas para a evasão escolar ocorrida no IFTM. A partir do entendimento das causas da evasão, será possível estudar possíveis soluções para tal fator, entendendo a assistência estudantil também como um elemento contributivo para a redução deste problema.

Nas entrevistas com os quatro alunos evadidos, ao serem questionados sobre os motivos que os levaram a abandonar o curso, os motivos se desdobraram em três elementos, os quais foram transformados em subcategorias, sendo elas: “Priorizar o ensino médio”, “Cuidar dos filhos” e “Conciliar o trabalho com os estudos”.

a) Priorizar o ensino médio

A começar pela dificuldade em conciliar o ensino técnico com o ensino médio, a aluna Leila relatou que evadiu da instituição porque não estava conseguindo conciliar os estudos, e, tendo que priorizar o ensino médio, optou por abandonar o ensino técnico:

“Só que aí (...) eu tava ficando prejudicada na escola, aí então minha mãe conversou comigo e falou que o jeito era... eu tinha que largar o curso para mim não ficar prejudicada na escola” (Leila, E.C.).

A aluna relata que as baixas notas no ensino médio constituíram-se a principal motivação para abandonar o curso técnico.

“Foi porque chegou... eu tava no segundo, entrando no segundo bimestre, e minhas notas do primeiro (...) tava muito baixa e meu rendimento caiu muito, porque no IF eu tava acabando que aí ficou equilibrado aí eu tava com nota ruim no IF e com nota ruim na escola, então eu tava pegando os “plantão” do IF, à tarde, então eu ficava à tarde e à noite no IF, e aí acho que a empolgação foi tanta pelo IF que eu acabei deixando a escola de lado, e finalizando o segundo bimestre eu vi que não dava, que eu tinha que recuperar aquelas notas que ficou pra trás, aí minha mãe conversou comigo, e foi a única forma de eu sair para mim recuperar as notas da escola” (Leila, E.C.).

A decisão por optar pelo ensino médio pode ser justificada pelo fato deste ensino ser obrigatório em nosso país. Como o ensino técnico não exige obrigatoriedade, o aluno que não consegue conciliar os dois estudos tende a preferir o ensino técnico em favor do ensino médio.

Conforme apontado na pesquisa, todos os alunos beneficiários da assistência estudantil da modalidade integrado que evadiram do curso o fizeram por transferência de escola. Apesar da entrevistada Leila não ser estudante da modalidade integrado, a mesma relatou um fato que pode estar ocorrendo com outros alunos que também cursam o ensino médio na instituição. Considerando o fato de que reprovações nas disciplinas do curso técnico impedem a conclusão do ensino médio e o recebimento do diploma nos cursos integrados, muitos alunos podem evadir devido o receio de não concluírem o ensino médio em razão de reprovações ou notas baixas em disciplinas dos cursos técnicos.

b) Cuidar dos filhos

A aluna Cristina relatou que teve que abandonar o curso porque não estava tendo tempo para cuidar e estar com os filhos. A estudante trabalha durante o dia e à noite frequentava o curso no IFTM. Devido a falta de tempo para estar com os filhos, a entrevistada resolveu abandonar o curso.

“[...] assim, no meu caso eu tive que parar por motivos familiares né... [...] Então, eu resolvi parar porque... tava assim não tava conciliando os horários por causa dos meus filhos, e, assim tava muito difícil pra eu chegar em casa até as sete horas, aí o rapaz que levava já passava, aí até eu tomar banho, eu tinha que, não dava tempo né, aí eu tive que parar né” (Cristina, E.C.).

Conforme afirma Vieira (2005), as novas composições familiares têm desenhado uma nova identidade familiar, onde a mulher muitas vezes ocupa o papel de chefe de família. O autor destaca que o trabalho constitui-se como forma de alcance da independência feminina, desempenhando papel altamente significativo para a construção da identidade da mulher. Outra forma de independência conquistada pela mulher é o conhecimento, um direito expressivo que, mudando as concepções tradicionais, a faz sentir-se sujeito do próprio destino.

Entretanto, muitas vezes a busca por essa autonomia constitui-se empecilho ao tempo dedicado aos filhos. Em estudo com mulheres pobres e chefes de família, Pacheco (2005) identificou que muitas mulheres vivem conflitos diários, pela falta de tempo entre trabalhar e cuidar dos filhos. A autora ainda reconhece que por conta do trabalho, o tempo dedicado ao convívio familiar tem sido reduzido drasticamente. A organização do tempo entre cuidar da família, das tarefas domésticas, da vida conjugal e do trabalho tem sido uma tarefa árdua.

c) Conciliar trabalho e estudos

Por fim, o trabalho foi outro elemento citado por dois entrevistados evadidos como fator determinante para a desistência do curso. De acordo com os alunos Gustavo e Fabrício, eles não estavam conseguindo conciliar os horários de trabalho com os estudos.

“Na verdade, não foi uma decisão assim muito boa, porque eu falei assim, não vou esse mês que esse mês eu tenho que resolver as coisas do trabalho” (Gustavo, E.C.).

“(…) consegue um emprego que não dá, não bate a carga horária com o trabalho e o instituto, aí alguns preferem o trabalho do que o estudo.”(Gustavo, E.C.)

“Eu arrumei outro serviço, né, igual aqui eu fico até 6 horas, e eu pegava o ônibus 6:20, eu não tinha carro, não dava pra ir” (Fabrício, E.C.).

O aluno Gustavo ainda relata que muitas vezes as empresas, sem sensibilidade ao aluno estudante, estipulam responsabilidades aos funcionários que os fazem preterir os estudos em favor do trabalho. No caso específico do entrevistado, o mesmo foi levado a exercer obrigações na empresa que conjugavam com o horário dos estudos, levando-o a se ausentar das aulas. Caso ele se recusasse a executar a tarefa ordenada por causa dos estudos, o aluno não recebia

punição formal, mas sentia-se coagido e futuramente não recebia favores da empresa empregadora.

“É por causa, como eu estava mudando de setor, eles me pedia às vezes pra entrar num horário, no outro, aí sempre entrava no horário de aula. Se eu falasse não, às vezes eu... como é que fala, eles entendia, entre aspas, mas tipo se eu precisasse de alguma folga, eles evitava de mim dar porque eu não quis ajudar eles naquele momento. Aí eu entrava, tipo, mais de dez horas aí não dava pra ir” (Gustavo, E.C.).

A situação foi se agravando e as constantes ausências nas aulas devido ao trabalho o levaram a abandonar completamente o curso.

“ [...] porque eu falei assim, não vou esse mês que esse mês eu tenho que resolver as coisas do trabalho, aí foi, foi, foi indo, acabou que passou o tempo de eu voltar, perdi muita matéria” (Gustavo, E.C.).

A respeito disso, Cardoso e Sampaio (1994) relatam que o trabalhador estudante é uma realidade cada vez mais presente nos espaços acadêmicos. As autoras consideram que o trabalho tem sido requisitado pelos estudantes com o intuito de custearem suas despesas pessoais, uma vez que a sociabilidade do jovem depende em grande parte deste estar presente nos espaços de lazer. Para ter acesso a esse consumo que lhe proporcionará a sociabilidade, muitos optam pelo acesso ao trabalho, com o intuito de terem um rendimento próprio, o que lhes proporciona também maior autonomia.

Cardoso e Sampaio (1994) ainda destacam que para muitos a opção por trabalhar enquanto estudam é na maioria das vezes encarada como um fator compulsório e não opcional, indicando que a inserção do estudante no mercado de trabalho vincula-se à sua condição econômica e social. Ainda, o trabalho entre os estudantes está ligado à sua origem familiar, geralmente advinda das baixas camadas sociais.

Pesquisa feita por Velloso e Cardoso (2010) com alunos cotistas demonstra que, para este determinado público, a situação de trabalho do estudante constituiu-se como um dos principais fatores associados à evasão escolar. Uma vez que o tempo do estudante trabalhador é reduzido devido à atividade laboral, o rendimento escolar também pode diminuir, contribuindo para a evasão escolar. Todavia, o autor constatou que a alteração desse fator não se situa somente em políticas para auxílio ao estudante, sendo também necessárias políticas econômicas e sociais voltadas para a sociedade em geral.

Ainda sobre este assunto, a conciliação do trabalho com os estudos é um dos elementos que agravam o quadro de evasão escolar. Muitas instituições escolares têm entendido que alunos evadidos constituem-se vítimas do mercado do trabalho. Em sua pesquisa, Costa (2000) constatou que os alunos apesar de acreditarem que a escolarização não garante completamente a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, acreditam também que a falta dessa qualificação restringe essa inserção. Para o autor, não se pode falar em escola democrática enquanto as instituições não se adaptarem em contemplar as necessidades do aluno trabalhador.

Pesquisa feita por Moreira (2012) sobre as causas da evasão escolar para alunos dos cursos técnicos do PROEJA, um programa de ensino técnico profissional para jovens e adultos, identificou dentre os 87,3% de alunos que exerciam alguma atividade profissional, que as três principais causas relatadas para a evasão nessa modalidade estão relacionadas ao trabalho, a saber: dificuldade de conciliar o horário de estudo e trabalho, necessidade de trabalhar e dificuldades quanto à distância entre a escola e o trabalho.

Conforme afirma Zago (2006), o trabalho não apenas leva à exclusão do aluno ao sistema escolar. Além de terem que administrar a difícil tarefa de conciliar o trabalho com os estudos, a atividade remunerada também os impede de participar ativamente da vida acadêmica, como congressos, conferências, atividades consideradas investimentos na formação do estudante.

Com relação às informações obtidas na pesquisa, há que se falar que os dados sobre os estudantes que trabalham apenas foram encontrados no ensino concomitante, cujo turno é noturno. Para os alunos do ensino integrado, uma vez que o ensino é integral, o trabalho não é um fator determinante para evasão, pois os alunos dessa modalidade, por serem menores de idade ainda não exercem atividades legais remuneradas.

Pesquisa feita por Brasil (2005) através do Ministério da Educação indicou que estudantes de ensino médio que tiveram desempenhos abaixo do esperado estavam em sua maioria matriculados no ensino noturno. Em sua grande parte, esses alunos constituíam-se trabalhadores que optaram pelo turno para conciliarem trabalho e estudo.

Ainda sobre a necessidade que o jovem estudante percebe de trabalhar para se sustentar, conclui-se que a partir de uma certa idade em que se encontra o

jovem, o mesmo sente a necessidade de uma renda a mais, que apenas a assistência estudantil não lhe proporciona.

Em casos como a entrevistada Cristina, é necessária uma renda que seja suficiente para cuidar dos filhos, valor que não é suprido apenas com o benefício da assistência estudantil. Nesse caso, o aluno parte em busca de um trabalho para o sustento da casa, e esse trabalho pode muitas vezes comprometer os estudos. Os dados corroboram essa afirmação quando identificam-se os dados do questionário socioeconômico, relacionados a alunos que se colocaram no papel econômico familiar de sustento da casa. Conforme demonstrou o questionário, 22% são responsáveis pelo sustento da casa, e todos os que marcaram essa opção estão entre os evadidos.

Em situações como o aluno Fabrício, o trabalho é uma fonte de renda para a busca pela independência financeira. Nas palavras do entrevistado, o benefício recebido pela assistência estudantil é útil para uso nas funções escolares. Para o indivíduo que quer adquirir sua independência financeira, apenas o auxílio não é suficiente.

“Por causa que não dava pra me manter no dia a dia né, então eu tinha que arrumar um serviço pra me sustentar. (...) Pra estudar, pra comprar os materiais é bom, entendeu? Igual assim, eu já tô mais velho já, eu preciso de um emprego pra comprar minhas coisas, como diz, pra mim né, aquele era o dinheiro pra comprar os trem de lá” (Fabrício, E. C.).

Conforme afirma Zago (2006), o trabalho não representa apenas uma função de sobrevivência material. Muitos recorrem às atividades remuneradas buscando autonomia financeira em relação à família.

5.3.3 Terceira classe temática: Permanência

Assim como destacado as causas para o abandono, também é importante considerar as causas que levam os alunos a não abandonarem o curso, isto é, entender quais fatores contribuem para a permanência dos alunos na instituição. Conforme os objetivos deste estudo, é importante analisar se existe e como se dá a relação entre a assistência estudantil e a permanência dos alunos no ensino técnico.

Os resultados obtidos revelam que as principais motivações para a permanência do aluno estão relacionadas a três elementos, destacados neste trabalho como subcategorias, sendo elas: o “Ensino de Qualidade” ofertado pelo

IFTM, às “Oportunidades Profissionais” alcançadas com a certificação técnica e à própria “Assistência Estudantil”, considerada pelos entrevistados como estímulo à continuação dos estudos.

a) Ensino de qualidade

As falas dos alunos relatam que os mesmos percebem no ensino a principal motivação para permanecer na instituição. Isso implica que a sua permanência no IFTM está condicionada ao ensino de qualidade que a instituição oferece. Para os alunos que evadiram, questionados sobre o que os motivava a ficar, também destacaram elementos sobre o ensino, as amizades que fizeram na instituição e as habilidades de comunicação que foram adquiridas com o curso.

“Os professores é um que motiva muito. A maior motivação é os professores e eu ia sair com uma qualificação” (Leila, E. C.).

“A comunicação ficou bem melhor. A estrutura do instituto é muito boa. (...) os professores, os... os que trabalham lá no instituto são muito educados, te tratam super bem, (...) os professores sempre davam atenção, forçava, forçava não, ajudava a gente algumas matérias que a gente não dava conta” (Gustavo, E.C.).

“O ensino né, muito bom, o curso muito bom também” (Fabrício, E.C.).

Para o aluno do ensino integrado, que almeja entrar para a faculdade, o curso constitui-se um estudo preparatório, conforme afirma Raíssa:

“A qualidade do ensino daqui que realmente é muito melhor e muito mais assim, é uma fase que, é... mais preparatório pra faculdade do que as outras escolas normais, porque como tem mais matérias do que nas outras escolas, você acaba tendo que focar mais, estudar mais, e aí eu sei que a faculdade também não vai ser moleza, né, então meio que prepara a gente pra isso” (Raíssa, E.M.).

b) Oportunidades profissionais

As oportunidades profissionais que poderão obter com o curso técnico cursado também é elemento integrante da motivação para a permanência do aluno.

“Saber que é um ótimo curso né... e... é... saber assim... que eu posso conseguir um emprego melhor através do curso que eu tô fazendo. E é isso que eu tento, eu vou estudando pra ver se eu consigo, é... um emprego melhor né.” (Lorena, E.C.).

A partir dessa realidade, podemos compreender a existência de dois tipos de alunos no IFTM: o aluno do ensino concomitante, que almeja estudar o curso técnico para obter uma qualificação e ingressar ou melhorar suas condições no mercado de

trabalho e o aluno do ensino integrado, que vê no ensino ofertado pela instituição um auxílio para ingresso no ensino superior.

Uma pesquisa feita por Jesus e Jesus (2014) também demonstra essa mesma situação, em que os resultados demonstram que o aluno que ingressa no ensino integrado faz parte de uma classe mais elitizada e que geralmente procura no instituto federal uma opção de acesso mais fácil ao ensino superior. Em contrapartida, os alunos dos cursos concomitantes buscam a instituição com o intuito de alcançar melhores postos no mercado de trabalho.

Em suas constatações, Jesus e Jesus (2014) afirmam que as evasões no ensino integrado são menores do que no ensino concomitante e subsequente. Para os autores, esse fato advém da base escolar que ambos os alunos dessas modalidades possuem. O aluno que cursa o ensino técnico na modalidade integrado o faz durante o seu percurso estudantil no Instituto Federal. Sendo assim, possui uma base sólida para as disciplinas técnicas. Os alunos dos cursos concomitantes e subsequentes possuem sua base de ensino básico advinda de outras escolas, geralmente escolas públicas de baixa qualidade, que não fornecem uma base sólida para as disciplinas técnicas. Ao ingressar no curso o aluno encontra-se com muita dificuldade e opta por abandonar os estudos.

Jesus e Jesus (2014) sugerem que os perfis dos cursos e dos públicos-alvos dos mesmos sejam revistos, a fim de que o governo não tenha altos custos com o ingresso dos alunos, sem que se tenha a certeza de que os mesmos sairão formados ou que ao concluírem o curso estarão atuando na profissão de formação. Para amenizar tal problema, os autores sugerem a política de cotas para os alunos dos cursos integrados, para que o curso atinja as camadas sociais menos favorecidas economicamente, rejeitando a ideia de ser um curso de público mais elitizado em que o ingressante busca apenas cursar o ensino médio para ingressar no ensino superior.

c) Assistência Estudantil

É perceptível também como os atuais alunos acreditam que o benefício contribui para a permanência do aluno na instituição.

“[...] muitos não trabalham, e ficam recebendo dos pais e ganham esse dinheiro e já acham que não precisam muito dos pais” (Guilherme, E.C.).

Percebe-se que o benefício da assistência estudantil produz no aluno o sentimento de independência, ou em outras palavras aumenta sua autonomia, pois ao possuir recursos para custear suas necessidades, o aluno passa a depender menos dos pais quanto ao aspecto financeiro.

Esse elemento também pode ser identificado na fala da aluna Raíssa, que acredita que a assistência estudantil é um fator que evita que o aluno tenha que trabalhar para comprar coisas pessoais.

“(...) tipo, principalmente menina, adora arrumar cabelo, fazer unha essas coisas né, geralmente com 16, 17 anos arranja algum emprego pra poder manter essas coisas e como estuda o dia inteiro não tem tempo pra isso, e quando recebe a assistência acaba que é uma ajuda, porque aí ela pega, comprou os materiais de escola dela, fez trabalho, imprimiu e sobrou dinheiro pra arrumar cabelo, ela vai lá ela vai arrumar cabelo. Ela tá aqui na escola, além de tá estudando ela não precisa largar pra trabalhar pra se manter (Raíssa, E.M.).

Nesse aspecto, podemos citar o empoderamento, cujo significado, de acordo com Gonh (2004) refere-se a práticas sociais que promovem e impulsionam grupos sociais, no sentido de lhe proporcionar crescimento, autonomia e progresso material e social.

Para os entrevistados, a assistência estudantil também se constitui um estímulo à permanência do aluno no âmbito do cotidiano estudantil, pois ao receber o benefício o estudante se preocupa menos com outros elementos, e consegue desenvolver melhor sua vida acadêmica.

“[...] é um ótimo estímulo, assim... tipo, um menino que recebe a assistência e um que não recebe, o que não recebe vai ter menos motivos pra ficar na escola do que o que recebe, então acaba que a assistência influencia muito mais a gente a querer ficar na escola, a estudar, ajuda sim” (Raíssa, E.M.).

“Sim, com certeza. Que aí no caso ele não vai ter preocupação de ter dinheiro pra poder pagar o transporte né, alimentação também não, aí no caso se tiver faltando só isso pra poder a pessoa permanecer no curso o dinheiro todo mês ela vai ter pra poder pagar o transporte, pra alimentação na escola” (Lorena, E.C.).

“[...] porque tem muita gente aqui que estuda que depende muito dela pra poder, por exemplo, quer ter um ensino bom só que não tem condições de ter entendeu, então a assistência é mais pra poder dar esse auxílio mesmo de ônibus, de comida” (Jaqueline, E.M.).

5.3.4 Quarta classe temática: Avaliação geral do programa

A avaliação do programa de assistência estudantil, considerada no estudo mais uma classe temática, foi realizada principalmente pelos gestores entrevistados,

apesar dos alunos em suas próprias considerações relatarem aspectos considerados relevantes como atributos de avaliação do programa.

Dentre os aspectos de avaliação, obteve-se elementos relevantes que levaram a uma avaliação dual do programa, revelando seus aspectos positivos e negativos, considerados como “Atributos categoriais positivos e negativos”. Por meio dessa categoria, surgiram duas subcategorias denominadas “Utilização correta e efetividade do benefício” e “Má utilização e inefetividade do benefício”.

a) Utilização correta e efetividade do benefício

Ambos os gestores entrevistados fizeram avaliações positivas do programa de assistência estudantil do Campus. O Gestor 1 salienta que o processo de assistência estudantil já foi auditado em 2012 pelo Tribunal de Contas da União, órgão de âmbito federal, que tem como um dos atributos a fiscalização dos recursos enviados às instituições públicas, o qual elogiou a atuação da gestão do programa, que possuía o rígido controle dos beneficiários, bem como a frequência atualizada dos mesmos e em casos de recebimento indevido houve por parte da comissão o esforço para que o valor recebido fosse estornado.

Os gestores também foram questionados sobre como comparam a assistência estudantil de Paracatu com outros Campus. Para o Gestor 1, é difícil essa comparação porque o Campus Paracatu é um dos menores do IFTM, fazendo com que a assistência estudantil seja também de menor abrangência. Entretanto, o gestor destaca que o fato da instituição ser menor gera o benefício de poder conhecer mais de perto o beneficiário, no que tange às suas necessidades socioeconômicas. Isso possibilita que se conheçam as formas de utilização do benefício bem como sua efetividade para a permanência do aluno.

“Uberaba e Uberlândia são programas maiores, mas não conseguem acompanhar caso a caso. Aqui em Paracatu a gente consegue fazer isso”
(Gestor 1).

O Gestor 1 destaca que a efetividade da assistência estudantil do Campus Paracatu tem sido notória, uma vez que para ele, os alunos têm feito jus aos objetivos do programa, utilizando o recurso para compra de materiais relacionados à escola.

“Com relação ao mérito da assistência estudantil eu sou totalmente favorável, porque eu vejo o benefício que isso traz para os alunos. Existem

alguns distúrbios que se for falar, o aluno pegar o dinheiro da assistência estudantil e ir em um show, gastar numa festa, mas a maioria, imensa maioria compra uniforme, paga transporte pra vir pro instituto, compra material escolar, já teve casos de aluno comprar notebook, nesse ponto eu fico satisfeito”(Gestor 1).

Apesar dos esforços, o gestor admite que alguns alunos ainda evadem, mas que esse número é mínimo.

“Você pode contar nos dedos os alunos que saíram mesmo com a assistência” (Gestor 1).

Essa situação se confirma ao analisar os dados de alunos evadidos e comparar com alunos que recebem o benefício e evadiram, pois os números do último caso são expressivamente menores. Conforme mencionado, o percentual de alunos beneficiários da assistência estudantil que evadiram contabilizaram apenas 12% do total de alunos evadidos da instituição.

Sobre o cumprimento do objetivo do programa, que se constitui em auxiliar o aluno em sua permanência no ambiente escolar, o Gestor 1 é enfático em sua concepção de como a assistência estudantil contribui para a permanência do aluno.

“(…) é bem forte, eu não tenho os dados pra falar quantos ficaram pela assistência ou não, mas se você fizer uma pesquisa, eles vão colocar que é de grande importância a assistência nos estudos dele”(Gestor 1).

Ainda, é importante destacar a percepção do Gestor 1 quanto à efetividade do programa como um programa de transferência de renda, mais efetivo para ele do que o Bolsa Família, por proporcionar ao beneficiário uma experiência maior com a educação. Para ele, a assistência estudantil é o fator que contribui para que o aluno mais vulnerável economicamente tenha a mesma oportunidade de concluir os estudos do que o aluno com melhores condições financeiras.

“(…) a gente percebe a efetividade do programa, é um programa mais efetivo do que o Bolsa Família, no sentido de educação, porque o Bolsa Família obriga os pais colocarem o menino na escola, mas não sabem a qualidade da escola, nós sabemos o que temos aqui, os professores concursados, mestres e doutores, isso mostra a qualidade, então a escola é de qualidade, e os alunos que recebem a assistência estudantil, em situação de risco e pobreza, vão junto nesse barco, e a gente percebe que eles estão vencendo” (Gestor 1).

O gestor destaca ainda o relato de um aluno beneficiário e egresso do IFTM – Campus Paracatu que, após concluir os estudos, ingressou em uma instituição pública de outra cidade. Entretanto, o mesmo teve que abandonar os estudos por não ter tido condições financeiras de se manter nessa nova cidade. O gestor então

atribui esse abandono ao não recebimento do benefício por parte do aluno, agora como estudante de nível superior.

“Alunos que estudavam no instituto, e passaram em uma universidade federal e tiveram que desistir, porque não conseguiram se sustentar lá, porque não tiveram o programa de assistência estudantil lá, um desses alunos comentou comigo: 'Nossa professor, se eu tivesse o que eu tive aqui da assistência, igual eles receberam lá, eu ficaria lá.' Então veja a importância, eu vejo o programa efetivo a nível educacional, ajuda o aluno a estudar” (Gestor 1).

Sobre as percepções do Gestor 2, perguntado sobre como avalia a assistência estudantil do Campus, o gestor relata uma avaliação positiva do programa, ao destacar que o programa atende às necessidades do aluno, desde aquelas educacionais, relacionadas à compra de material escolar até necessidades básicas de sobrevivência, em que o aluno utiliza desse benefício como complemento de renda familiar.

“Eu avalio a assistência como um programa de muita importância tanto para os alunos quanto para o município, porque mesmo sendo para permanência muitos alunos utilizam esse recurso como uma fonte de renda, porque aquele aluno que é de baixa renda muitas vezes ele utiliza para se alimentar em casa, as vezes pra comprar uma roupa, um calçado, até ao ponto de pagar o ônibus, chegar na escola, fazer uma refeição aqui, comprar um livro, comprar um material eletrônico, eu vejo que o programa é excelente” (Gestor 2).

O gestor acredita que, apesar de alguns ajudarem em casa complementando a renda, boa parte dos alunos utilizam o recurso apenas para custear as despesas com os estudos.

“Os próprios alunos relatam o que fazem, muitas vezes eles relatam pra coordenação, as vezes pra comissão e as vezes entre eles mesmo e a gente assim fica sabendo. Eu te digo que 99% dos alunos utilizam realmente para permanência na escola, iniciando pelo uso do transporte, as refeições na escola, tanto o lanche quanto o almoço, a questão do uniforme eu vejo que muitos alunos utilizam desse recurso pra comprar o uniforme, e também na parte de materiais pra complementar os estudos, as vezes um livro, um computador, as vezes um celular mais moderno que vai oferecer uma tecnologia maior” (Gestor 2).

Questionado sobre a contribuição do auxílio para a permanência do aluno na instituição, o Gestor 2 citou a utilização do benefício com o transporte como um dos principais fatores que motivam os alunos a não desistirem.

“[...] a assistência estudantil contribui para a permanência do aluno porque eu vejo que o aluno carente que não tem condições para manter o gasto mensal de se deslocar até a escola todos os dias, esse benefício contribui, porque o aluno impossibilitado de ter uma renda de se deslocar até a escola e permanecer em período integral ele poderia abandonar e evadir do curso” (Gestor 2).

Ao perceber a ênfase do entrevistado na questão do transporte, o mesmo foi questionado se em sua percepção o transporte seria a principal utilização do recurso para os alunos, tendo o entrevistado respondido de maneira positiva a importância do recurso para auxiliar no transporte dos alunos:

“Eu vejo que um dos pontos mais importantes para permanência é a questão do auxílio financeiro para transporte mesmo, porque o Campus Paracatu não tem um ônibus próprio para locomoção desses alunos, que pagam uma taxa em cada viagem” (Gestor 2).

Essa avaliação positiva do programa também foi feita pelos próprios alunos, que foram levados a falar sobre a importância desse auxílio. Alguns entrevistados relataram casos de colegas cuja dependência do benefício para continuar os estudos é bastante perceptível:

“Ajuda muitos alunos. Eu sei que ajuda porque na minha sala tinha uns colegas, as vezes que mesmo, a bolsa era diretamente pro transporte. Se não fosse esse dinheiro não (teria como permanecer), porque sem o transporte não dava e ela ajuda sim” (Leila, E.C.).

“(…) tem uma menina que morava lá perto de casa, ela falava que só, quando o dinheiro não caía, igual no começo, igual no começo que não cai, ela ficava esse tempo todo tinha vez que não tinha como ela vir na escola porque ela não tinha dinheiro e a mãe dela não tinha como colocar crédito na carteirinha pra ela vir e nem como ela ficar aqui pra poder lanchar” (Lorena, E.C.).

“(…) eu conheço pessoas aqui que dependem dela pra poder comer, que ajuda até mesmo em casa, não só com a escola, mas em casa também” (Jaqueline, E.M.).

b) Má utilização e inefetividade do benefício

Todavia, apesar dos alunos entrevistados relatarem que utilizam o benefício com os estudos, os mesmos mencionaram colegas que não fazem o uso adequado desse benefício, utilizando o recurso para finalidades pessoais. Também relataram que muitos alunos não estão interessados no ensino da instituição, mas frequentam o curso apenas para receber o benefício.

“Algumas pessoas que eu conheço que saíram até do curso eu vi que eles estavam não interessados na escola, mas sim na assistência. Então eu acho assim que mesmo com o incentivo do governo dando pra gente essa assistência, não são todas as pessoas que pegam, que agarram, com as duas mãos e dão valor né, (...)” (Cristina, E.C.).

“(…) tem uns que nem frequentam direito a escola, igual o ano passado mesmo eu percebo muita gente que vinha aqui era... duas ou três vezes, recebendo é... a bolsa estudantil e continuou, perdeu o ano, continuou vindo de novo só pra continuar recebendo. Eu falo, eu penso assim, que tira até a oportunidade de outras pessoas que precisava ganhar né, merecia, precisava ganhar porque passa aperto, precisa com transporte, não tem carro” (Lorena, E.C.).

“Bom, muitos dos meus colegas fala que gosta mais do dinheiro pra gastar, pra chegar a comprar roupa, comprar isso e aquilo, agora pra falar assim, não, vou comprar isso para o IFTM, pro meu curso, que eu vou precisar, ninguém fala. É raro, muito raro você escutar isso. Muitos assim, quem quer ser alguém no futuro sim, mas quem tá aqui por brincadeira, porque muitos dos alunos só vem aqui pra ganhar presença pra não perder a bolsa” (Guilherme, E.C.).

Por parte da gestão, também há esse entendimento de que muitos alunos não utilizam o benefício para as finalidades específicas. Quando a utilização do benefício para a compra de material escolar não é fielmente cumprida, conforme o Gestor 1, o aluno é chamado individualmente e orientado sobre a utilização correta do benefício.

“A gente também recebe denúncias, pra justamente evitar algum problema relacionado à fraude, ou mesmo esse desvio de verba, então é dever do CAE, chamar esse aluno, informar que é pra atividade escolar dele, pra comprar caderno mesmo, lápis, ou mesmo computador, ou tablet, que ele vai usar pra pesquisa” (Gestor 1).

Para a aluna Cristina, outro aspecto negativo do programa é que muitas vezes algumas pessoas que necessitam financeiramente não são contempladas, entretanto, é importante destacar que a seleção do benefício conforme já explicado é feita de acordo com a renda que os próprios alunos declaram receber, sendo que em casos de alunos receberem indevidamente, essa situação só pode ser comprovada a partir de investigações financeiras, o que muitas vezes não ocorre devido à restrição do acesso à vida financeira dos alunos pela instituição.

“Eu acho que pra quem não tem nenhuma renda, igual, muitos adolescentes lá de 16 anos que não trabalha, então por um motivo ou outro pessoal não pode, é barrado, não recebe, então eu acho que teria que... eles teriam que receber porque precisam mais do que quem trabalha né, porque igual eu trabalho, eu tenho meu salário, me ajudou muito a assistência né, mas alguns necessitavam mais do que eu” (Cristina, E.C.).

Sobre esse assunto, é importante destacar o estudo de Castro, *et al.* (2009), onde em uma pesquisa sobre um programa de transferência de renda do Governo Federal concluiu-se que algumas críticas da sociedade quanto ao programa é de que algumas pessoas recebem o benefício indevidamente, isto é, sem realmente ter necessidades financeiras enquadradas entre os aptos a usufruírem do benefício. Essa percepção foi evidenciada em 82% dos respondentes da pesquisa. Nesse sentido, Castro *et al.* (2009), destacam que os comportamentos antiéticos são traços característicos na sociedade brasileira e salienta que a supervisão, a avaliação e os aprimoramentos são elementos que devem integrar continuamente as políticas públicas para maior eficiências destas.

6 CONCLUSÃO

O poder transformador da educação na realidade econômica e social dos indivíduos é algo inegável. Sendo assim, é preciso unir esforços no sentido de ampliar cada vez mais o acesso à educação. Não somente ampliar, como elaborar políticas de sustentação dessa educação, para que não haja altos índices de matrícula, combinados a sucessivos índices de evasão escolar.

O caminho percorrido em torno do estudo das relações entre a assistência estudantil e a permanência dos alunos nos cursos técnicos possibilitou a obtenção de algumas conclusões, expostas nos parágrafos seguintes.

Conclui-se que a assistência estudantil no Campus Paracatu tem contribuído para a permanência dos alunos nos cursos técnicos. Essa afirmativa pode ser comprovada devido aos seguintes fatores: analisando os índices de evasão escolar encontrados na instituição, comparando os alunos beneficiários da assistência estudantil dentre o grupo dos evadidos, percebe-se que é baixo o índice de alunos que mesmo recebendo o benefício optaram por evadir da instituição. Além disso, os próprios alunos em seus relatos mencionaram a importância do programa na contribuição à permanência dos mesmos no ambiente escolar. Os relatos dos entrevistados denotam a importância que os beneficiários atribuem ao programa, considerando-o essencial para a permanência, ao mencionarem como o auxílio financeiro tem sido útil para o transporte, alimentação e atividades escolares.

Nesse sentido, é importante destacar a aplicabilidade do benefício pelos estudantes. Conclui-se que a utilização da assistência estudantil para o transporte constituiu-se um elemento comum a todos os entrevistados. Constatou-se também a importância do benefício para a alimentação estudantil, também citada de modo considerável nas entrevistas. Diante disso, é necessário que a instituição esteja atenta a esses dois elementos supracitados, uma vez que os relatos identificaram os tais como fatores significativos nos custos estudantis, indicando que um estudante com baixas condições financeiras pode não conseguir arcar com os custos de transporte e alimentação.

Os dados socioeconômicos indicaram que apesar de pequena, existe uma parcela de alunos que se encontram em situação de extrema pobreza, sendo que

para estes, é necessário um esforço especial por parte da instituição no sentido de acompanhamento de suas necessidades econômicas. Sendo assim, sugere-se a ampliação do benefício aos alunos, no sentido da implantação de um auxílio específico para transporte e alimentação daqueles que mais necessitam. Para os alunos do ensino integrado, sugere-se que haja uma pesquisa se há por parte dos pais ou responsáveis a intenção do aluno fazer suas refeições na escola. Caso haja interesse, pode-se pensar em um recurso da instituição destinado à alimentação do estudante, em que o IFTM pode contribuir parcialmente com um auxílio financeiro junto ao restaurante do Campus, fazendo com que o valor da refeição seja menor.

Ainda sobre a aplicabilidade do benefício, a utilização do recurso para compra de materiais didáticos diversos também se fez presente nos relatos, fator que corrobora a importância da política de assistência como um apoio ao aluno em seu percurso escolar.

Todavia, apesar do programa constituir-se um fator significativo à permanência, percebe-se que apenas o benefício não é suficiente, uma vez que os fatores externos, estreitamente relacionados à condição socioeconômica dos entrevistados, constituíram-se elementos que ocasionaram a evasão escolar.

Ao analisar os motivos citados para a desistência, constatou-se três elementos principais, que se relacionam a fatores externos, a saber: ensino médio, trabalho e filhos. Conforme afirma Sousa (*et al.* 2011) e já especificado em tópico anterior desse trabalho, os fatores externos estão relacionados a elementos do ambiente externo, fatores sociais e econômicos, enquanto que os fatores internos estão relacionados ao próprio aluno quanto às questões do aprendizado, ao professor e instituição. Sendo assim, não se percebeu relações entre a desistência e os fatores internos. Os relatos dos entrevistados não citaram os professores e instituição como motivos para a desistência, sendo contrários a isso, citando-os como elementos motivadores para a permanência. Diante disso, entende-se que a instituição tem cumprido seu papel na oferta de ensino de qualidade, uma vez que os fatores internos ligados à instituição não foram citados por nenhum dos evadidos como condicionante ao abandono, mas foram citados como elementos favoráveis à permanência.

Em contrapartida, percebeu-se que os fatores externos constituem-se elementos limitadores à permanência do aluno na instituição. Apesar do objetivo do benefício consistir em contribuir financeiramente para que o aluno não desista,

percebe-se que muitas situações estão além do alcance do benefício, onde mesmo sendo beneficiário o estudante necessita buscar fontes alternativas de renda.

Também não se percebeu relação entre a decisão pelo abandono e o curso técnico em si. Quanto à evasão se dar mais nos cursos concomitantes em comparação aos cursos integrados, pode-se entender o fenômeno a partir da obrigatoriedade do ensino médio. Sendo esse ensino obrigatório nas bases curriculares e elemento básico para a empregabilidade no país, o aluno se sente impelido a concluí-lo. Em compensação, a decisão de evadir do curso técnico depende apenas do aluno, uma vez que por partes legais não há obrigatoriedade desse ensino. Sugere-se que haja por parte da instituição maior conscientização sobre a importância dos cursos técnicos para a melhoria dos currículos, a fim de incentivar os estudantes de nível médio a essa formação.

Outro elemento que contribui para a evasão ser maior em cursos concomitantes é o fator trabalho. Conforme demonstrado, muitos alunos dessa modalidade já estão inseridos no mercado de trabalho e a atividade profissional constitui-se um empecilho à permanência dos alunos no estudo. Resende (2011) destaca que alunos dos turnos noturnos são mais propícios a evadirem, uma vez que grande parte destes indivíduos trabalham e o cansaço físico originado pela atividade laboral pode levar à evasão.

Com relação às percepções de ambos os gestores, o que se conclui é que são comuns as avaliações positivas ao programa, principalmente em se tratando da aplicabilidade correta do benefício pelos estudantes para o auxílio às atividades escolares. Destaca-se a percepção do Gestor 2 quanto à importância desse recurso para o transporte dos alunos, sendo que na visão desse indivíduo, o benefício em função do transporte tem sido um fator essencial para garantir a permanência do aluno na instituição.

Com relação à efetividade do benefício, observando-se o cumprimento das áreas mencionadas pelo PNAES a serem atendidas pela assistência estudantil, o que se observa é que o benefício, no que tange às necessidades escolares tem cumprido com eficácia o seu papel, uma vez que todos os estudantes relataram estarem satisfeitos com relação a esse quesito. Conclui-se que, salvo algumas exceções, o estudante do IFTM – Campus Paracatu está consciente sobre a utilização correta do recurso fornecido pela assistência estudantil.

Quanto aos relatos de má utilização do benefício ou mesmo de recebimento indevido por parte dos beneficiários, apesar de serem poucos os relatos a respeito, sugere-se que haja por parte da instituição um maior acompanhamento da situação financeira do beneficiário, a qual pode ser comprovada mediante frequentes conferências de renda *per capita* do aluno.

Ao comparar a assistência estudantil deste Campus com outras instituições, os gestores não citaram a necessidade de um benefício complementar, sendo que consideram que o benefício está sendo bem utilizado pelos estudantes, não havendo necessidade do desdobramento desse benefício em programas de atendimento a necessidades específicas.

Conclui-se que o objetivo principal em fazer a entrevista com os gestores do programa, de analisar a percepção dos mesmos sobre a assistência estudantil, foi alcançado e que em geral, no Campus Paracatu o programa de assistência estudantil tem cumprido o seu papel para a permanência do aluno. Ainda, a utilização correta do benefício para funções educacionais contribuem para a eficácia do programa.

O estudo realizado corrobora a importância das políticas públicas educacionais no auxílio ao percurso formativo do estudante. A ausência dessas políticas causa a desmotivação, ocasionando em grande parte o abandono dos estudos. Em contrapartida, a presença destas políticas permitem que o aluno consiga desfrutar com maior comodidade do ambiente escolar, uma vez que estes programas fornecem os subsídios mínimos que o estudante necessita para os estudos, como transporte, alimentação e materiais didáticos.

A importância do benefício para o transporte escolar se estende aos diversos Institutos Federais existentes, uma vez que é considerável o quantitativo dessas instituições que se encontram às margens de rodovias. Nesse sentido, sabendo-se que o transporte público para estudantes ainda não é gratuito na maioria das cidades brasileiras, o Estado não deve medir esforços em disponibilizar recursos para auxílio ao transporte escolar.

Considerando o programa da assistência estudantil a nível nacional, percebe-se a importância do programa na contribuição da permanência escolar. Apesar do estudo ter sido realizado em um ambiente local, conclui-se através da pesquisa que a assistência estudantil tem contribuído para a permanência estudantil e que o benefício tem cumprido o seu papel na melhoria da condição socioeconômica do

estudante.

Todavia, percebe-se que apenas a assistência estudantil não é suficiente para eliminar completamente o fracasso escolar, uma vez que alguns fatores estão além da esfera de atuação do programa. Ainda assim, é preciso unir esforços para que haja a eliminação completa da evasão escolar, pois conforme destaca Machado (2009), o denominado fracasso escolar não pode ser atribuído apenas ao aluno, sendo o insucesso também um fator pertencente à escola, uma vez que a evasão faz com que a força de trabalho escolar seja desperdiçada.

Apesar dos esforços dispensados na elaboração deste estudo, considera-se que o mesmo ainda possui algumas limitações. A primeira limitação refere-se ao fato de não ter conseguido abordar a evasão abordando especificamente cada curso técnico. Os dados obtidos no IFTM – Campus Paracatu sobre evasão demonstraram que há um índice de evasão maior no curso técnico em eletrônica. Entretanto, os relatos dos entrevistados não demonstraram relação entre o abandono e os cursos técnicos em si. Sendo assim, não se pode através desta pesquisa explicar esse fenômeno, sendo esta temática uma sugestão para novos estudos a partir deste. Outra limitação do estudo refere-se à técnica utilizada na pesquisa, a saber, o estudo de caso. Apesar de sua vasta utilização em pesquisas, esta técnica impossibilita que se elaborem os resultados de uma forma mais abrangente, estando restrito a uma abordagem de modo local.

6.1 Produto Técnico: Programa Conhecer para Permanecer

Através deste trabalho foi possível ampliar a compreensão da importância da assistência estudantil como fator contribuinte à redução da evasão escolar. Espera-se que este estudo possa auxiliar na formulação de políticas públicas educacionais, com vistas ao fortalecimento do programa de assistência estudantil e na criação de novas políticas públicas educacionais, que auxiliem o estudante em seu percurso formativo.

Nesse sentido, em face da criação de políticas educacionais de combate à evasão escolar, a partir das discussões trazidas à luz neste trabalho, considerou-se oportuno apresentar sugestões para o combate aos diversos problemas relatados no decorrer deste estudo. Nesse contexto, identificou-se que o IFTM – Campus

Paracatu não possui um controle da realidade socioeconômica do estudante. A falta deste controle impede que a instituição conheça o contexto social e econômico que permeia a realidade estudantil, o que pode acarretar a falta de políticas de permanência escolar realmente efetivas. Uma vez que não se conhece a situação socioeconômica do estudante, não se pode entender e combater as causas da evasão escolar, visto que estas estão estreitamente relacionadas à situação socioeconômica do estudante, conforme abordado no decorrer deste estudo.

A partir dessa realidade, propõe-se a elaboração de um estudo detalhado da situação socioeconômica do estudante, denominado Programa Conhecer para Permanecer, que consiste em um formulário de controle socioeconômico do estudante, a ser preenchido pelo mesmo com a ajuda do responsável no ato da matrícula ou renovação da matrícula. O formulário deverá ser atualizado a cada ano letivo, sendo que haverá um formulário para alunos ingressantes e outro diferente para alunos atuais, conforme demonstrado no Apêndice E e Apêndice F deste trabalho.

Este controle socioeconômico deverá conter todos os dados pessoais, bem como os contatos do estudante, pais ou responsável e contatos via internet, como redes sociais, e-mail, dentre outros. Após serem preenchidos os dados pessoais, o formulário seguirá em uma segunda etapa que consiste em conhecer a realidade socioeconômica estudantil.

Para esta etapa, serão analisadas informações sobre número de membros residentes e a renda familiar a fim de calcular a renda *per capita*. Também será pesquisado se o estudante trabalha e qual a posição que ocupa na família (se constitui como chefe de família ou se a sua remuneração auxilia na composição da renda familiar). Através do controle de renda familiar e *per capita* do aluno deverá ser feito o levantamento dos estratos sociais presentes no instituto, pois esse controle permitirá conhecer melhor o contexto socioeconômico da instituição e direcionar os alunos aos programas educacionais conforme as suas necessidades sociais e econômicas.

Também é importante analisar a situação profissional do estudante. Para isso, o aluno será questionado sobre sua ocupação, seu horário de trabalho e se há registro em sua carteira de trabalho. Esses dados possibilitarão compreender a realidade profissional do estudante, uma vez que o trabalho também foi apontado como uma das causas da evasão escolar.

Caso o aluno não trabalhe, é importante analisar se recebe algum auxílio financeiro da instituição, se é beneficiário da assistência estudantil ou recebe alguma bolsa institucional, como pesquisa, extensão, monitoria, dentre outros.

Como o transporte foi apontado como um dos principais elementos que dificultam a permanência do aluno na instituição, é importante destacar as formas de transporte do aluno à instituição bem como a distância entre a residência e o local de estudo. Identificar as formas de transporte do estudante e o local de moradia permitem que a instituição possa entender como se dá o acesso do estudante à instituição, possibilitando compreender se existem dificuldades de deslocamento ao ambiente escolar.

Também é importante analisar se o estudante possui filhos e se existe alguém com quem deixar os filhos no momento em que o mesmo está na instituição.

Para alunos atuais, que apenas estão renovando a matrícula, é importante identificar se são repetentes, quantas reprovações possuem, se houve evasão em algum período e se há registros de atitudes de indisciplina por parte do estudante.

Atualmente a instituição não possui esse controle socioeconômico estudantil, impedindo que se conheça a realidade social e econômica do aluno. A partir desses dados, o IFTM – Campus Paracatu poderá entender as principais necessidades do estudante, o que possibilita ações preventivas e corretivas à evasão escolar. Caso o aluno venha a evadir, a escola terá os dados suficientes para entender os principais motivos que podem ter levado ao abandono. Conhecendo o perfil estudantil, também será possível prevenir problemas que podem levar à desistência dos estudos. Para isso, esses dados devem ser frequentemente estudados pela equipe de combate à evasão, a fim de identificar alunos em situação de vulnerabilidade social e econômica, com vistas a verificar se os mesmos estão recebendo algum apoio da instituição. Caso não estejam recebendo esse apoio, esse aluno deverá ser encaminhado a algum programa socioeducativo de pesquisa, extensão ou monitoria.

A partir desses direcionamentos, também será possível formular ações no âmbito da pesquisa e extensão que atendam as necessidades conforme o perfil estudantil. Ainda, as informações geradas a partir do formulário possibilitarão a implantação de um banco de dados do cadastro do aluno para análise e obtenção automática de informações, viabilizadas a partir de *software* de processamento de dados.

Conhecendo esses dados, será possível também pensar as políticas de assistência estudantil que serão implantadas no Campus, pois sabe-se que tais políticas visam atender as necessidades sociais e econômicas dos estudantes. Quando essas necessidades não são conhecidas, não se pode atendê-las com eficiência.

Esse projeto será composto pelos seguintes profissionais: assistente social, pedagogo, diretor de ensino da instituição, um membro da secretaria escolar (que deverá coletar os dados no ato da matrícula ou renovação de matrícula), assistente de alunos e demais professores que se disponham a colaborar com o projeto. Sugere-se que seja elaborada formalmente uma comissão específica nesse sentido, regulamentada pelo IFTM – Campus Paracatu.

Sabe-se que a evasão escolar ainda é um problema público difícil de ser combatido, devido às suas diversas causas e modalidades. Entretanto, quando cada instituição procura entender as suas especificidades e procura trabalhar direcionando suas ações a estes problemas, as soluções podem ser adquiridas de modo mais efetivo. A proposta elaborada ao final deste trabalho constitui-se em uma orientação à instituição, sendo que somente será efetivada se houver a aprovação da direção.

Destaca-se que essa proposta pode ser estendida a diversos Institutos Federais, que assim como o IFTM – Campus Paracatu compartilham do problema da evasão escolar e também não possuem um controle socioeconômico dos estudantes. A importância de se conhecer a realidade social e econômica estudantil em qualquer instituição educacional é irrefutável, uma vez que o papel da escola vai além do quesito ensino, abrangendo o acompanhamento do aluno também em sua realidade externa.

Nesse sentido, espera-se que esta proposta possa auxiliar o IFTM - Campus Paracatu e demais instituições educacionais no combate à evasão escolar e na formulação de políticas públicas educacionais de apoio ao estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica com vistas a auxiliá-lo em seu percurso formativo.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, E. M. C. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da educação profissional e tecnológica do Maranhão: avaliação do processo de implementação**. 2012. 197f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal do Maranhão. São Luís, 2012.

ALVES, J. M. . Assistência Estudantil no âmbito da política de ensino superior pública. **Serviço Social em Revista**. Londrina, v. 5, p. 15-35, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v5n1_Jo.htm> Acesso em: 18 set. 2015.

ARAÚJO, D. P. de; MORGADO, M. A.; Educação e Juventude: um panorama da assistência estudantil e de seus usuários na UFMT (Cuiabá). In: XIV Encontro Nacional da ABRAPSO, 2007, Rio de Janeiro. **Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO: Diálogos em Psicologia Social**, 2007.

BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica. **Avaliação**. Campinas, v.16, n.2, p. 335-374, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000200007&script=sci_arttext> Acesso em: 18 set. 2015.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARRETO, W. F. A.; **O programa de bolsas de manutenção acadêmica como estratégia da política de assistência ao estudante na UFPE**. 2003. 149f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2003.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. S. **Política Social: fundamentos e história**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BELEI, R. A.; GIMENIZ-PASCHOAL, S. R.; NASCIMENTO, E. N.; MATSUMOTO, P. H. V. R. O uso de entrevista, observação e de gravação em pesquisa qualitativa. **Cadernos de Educação**. FaE/PPGE/UFPel. Pelotas, v.30, p. 187-199, jan./jun.2008.

BONFÁ, J.; FIGUEIREDO, T. A. M. Participação e movimento estudantil: um estudo na perspectiva da Enfermagem. **Boletim tempo presente (UFRJ)**. Rio de Janeiro, v. 1, p. 1-1, 2010.

BOSCHETTI, I. S. **Avaliação de Políticas, Programas e Projetos Sociais**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <<http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/V6W3K9PDvT66jNs6Ne91.pdf>> Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL, Constituição (1946). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 18 de setembro de 1946. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm> Acesso em: 02 mai. 2014.

BRASIL. Decreto nº. 69.927, de 13 de janeiro de 1972. Institui em caráter nacional o Programa "Bolsa Trabalho". Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-69927-13-janeiro-1972-418292-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº. 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Portaria Normativa nº 39 de 12 de Dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>. Acesso em 02 set. 2015.

BRASIL. Decreto nº. 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>. Acesso em: 1 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Departamento de Políticas Educacionais. Fracasso escolar no Brasil: políticas, programas e estratégias de prevenção ao fracasso escolar. Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.oei.es/quipu/brasil/sistema_nacional_formacion_profesores.pdf> Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Cálculo da taxa de abandono é obtido pela diferença entre as taxas de aprovação, reprovação e 100%. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>> Acesso em: 18 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Indicadores Socioeconômicos (2012). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/indicad_mg.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Perfil socioeconômico do estudante de graduação: uma análise de dois ciclos completos do ENADE (2004 a 2009). Org: Dilvo Ristoff. Cadernos do GEA, n.4, jul/dez. 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional da Educação 2011-2020. Disponível em: <http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Diplomação, retenção e evasão nos cursos de graduação em instituições de ensino superior públicas. Disponível em: <www.udesc.br/arquivos/id_submenu/102/diplomacao.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2014.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Taxas de abandono escolar. Disponível em: <<http://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=M15&t=abandono-escolar-serie-ensinomedio-serie>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Diagnóstico socioterritorial: município de Paracatu. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/Rlv3/geral/index.php>>. Acesso em: ago. 2014.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/secretaria-nacional-de-assistencia-social-snas/cadernos/politica-nacional-de-assistencia-social-2013-pnas-2004-e-norma-operacional-basica-de-servico-social-2013-nobsuas.pdf/download>> Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>> Acesso em: 11 set. 2015.

BRASIL. Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 19.851, de 11 de abril de 1931. Cria o Estatuto das Universidades Brasileiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D19851.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L4024.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 02 set. 2015.

BRASIL. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei nº. 12.345, de 6 de julho de 2011. Dispõe sobre a organização da Assistência Social. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12435.htm> Acesso em 08 set. 2015.

BRINGEL, B. O futuro anterior: continuidades e rupturas nos movimentos estudantis do Brasil. **Eccos – Revista Científica**. São Paulo, v.2, n. 1, p. 97-121, jan/jun 2009.

CARDOSO, C. B. **Efeitos da política de cotas na Universidade de Brasília: uma análise do rendimento e da evasão**. 2008. 134f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2008.

CARDOSO, R. C. L.; SAMPAIO, H. Estudantes Universitários e o trabalho. **Rev. Bras. Ci. Soc.** São Paulo, v.9, n.26, out.1994.

CARVALHO, C. Q. L. de. O desafio da articulação das políticas de educação e assistência social como uma alternativa de enfrentamento das expressões da questão social no espaço escolar. **In.: V Jornada Internacional de Políticas Públicas**. 2011. São Luís, Maranhão.

CARVALHO, O. F. **Educação e formação profissional**. Brasília: PLANO, 2003.

CASTRO, H. C. O.; WALTER, M. I. M. T.; SANTANTA, C. M. B.; STEPHANOU, M. C. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**. Campinas, v.15, n.2, nov. 2009.

CAVALHEIRO, J. S. **O programa nacional de assistência estudantil nos institutos federais gaúchos e o trabalho do assistente social: alcance, perspectivas e desafios**. 2013. 257f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais). Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2013.

COSTA, S. G. A Permanência na Educação Superior no Brasil: uma análise das Políticas de Assistência Estudantil. **In: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul**, 2009, Florianópolis.

COSTA, A. de C. A. “Escola-sacrifício”: representações dos alunos sobre a escola, o processo escolarização, a evasão escolar e a conciliação escola/trabalho. **Educação: teoria e prática**. Rio Claro, v.8, n. 14/15, p. 8-14, jan/jun 2000.

DUARTE, R. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. **Cadernos de Pesquisa**. Santa Cruz do Sul, n.5, p. 39-54. Março/2002.

DORE, R. Evasão e repetência na Rede Federal de Educação Profissional. **In: XXXVII REDITEC**, 2013. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2013. Disponível em: <<http://www.reditec.ifal.edu.br/arquivos-1/apresentacoes/dia-04-09/Tema%2005%20-%20Evasao%20e%20Repetencia%20na%20Rede%20Federal%20de%20Educacao%20Profissional.pdf>> Acesso em: 18 set. 2015.

DORE, R. LÜSCHER, A. Z.; Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 144, set/dez. 2011.

FALEIROS, V. de P. O que o Serviço Social quer dizer. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.108, p. 748-761, out/dez. 2011.

FALEIROS, V. de P. O Serviço Social no cotidiano: fios e desafios. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n.120, p. 706-722, out/dez. 2014.

FERRARO, K. P. **Movimento estudantil, gestão democrática e autonomia na universidade. Faculdade de filosofia e ciências sociais.** 2011. 211f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2011.

FIDELIS, Conceito de assistência e assistencialismo. In.: **II Seminário Nacional Estados e Políticas Sociais no Brasil.** Unioeste. Cascavel, 2005. Disponível em: <http://cac-hp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf> Acesso em: 21 set. 2015.

FINATTI, B. E. ALVES, J. de M. SILVEIRA, R. de J. BALGI, J. G. GUEDES, C. **Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da UEL: indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil.** Pesquisa Científica. Pró-Reitoria de Planejamento. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2004.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior: relatório final da pesquisa.** Brasília: FONAPRACE, 2004. Disponível em: <www.prace.ufop.br/novo/pdfs/publicacoes/Relatorio%20Nacional.pdf>. Acesso em: 12 set. 2014.

Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das instituições federais de ensino superior: relatório final da pesquisa.** Brasília: FONAPRACE, 2011. Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/dac/fonaprace/perfil/2004/IFES/fonaprace_com_linhas.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2014.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). **Atratividade da carreira docente no Brasil.** Relatório preliminar. São Paulo, 2009.

GARAJAU, N. I. Reflexões sobre a intersectorialidade como estratégia de gestão social. In.: **III Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais.** Belo Horizonte, 2013.

Disponível em: <<http://www.cress-mg.org.br/hotsite/1/paginas/home.php?pg=5>>
Acesso em: 02 set. 2015.

GARCIA, P. F. Da C. As mulheres no movimento estudantil dos anos 1960. In: I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas. Londrina, 2010. **Anais do I Simpósio sobre estudos de gênero e políticas públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 2010.

GARRIDO, E. N.; MERCURI, E. N. G. da S. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v.17, n.1, p. 87-95, Jan./Jun. 2013.. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-85572013000100009&script=sci_arttext> Acesso em: 02 mai. 2014.

GIAQUETO, A. A descentralização e a intersetorialidade na política de Assistência Social. **Revista Serviço Social & Saúde**. Campinas, v. IX, n. 10, p. 79-102, Dez. 2010.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOHN, M. da G. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v.13, n.2, p.20-31, mai./ago 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Estudos e Pesquisas. Informações demográficas e socioeconômicas. N. 26. 2009. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=40 Acesso em: 12 set. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). Nota técnica. **Histórico da Investigação sobre cor ou raça nas pesquisas domiciliares do IBGE**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/caracteristicas_raciais/notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 12 set. 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Brasil). **Centro histórico de Paracatu é o mais novo patrimônio cultural brasileiro** . Dez/2010. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/374/>> Acesso em: 04 set. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO. Secretaria de Registro Escolar. **Dados de matrículas no Campus Paracatu**. Paracatu, 2014.

JESUS, E. R. B.; JESUS, V. T. K. M. Perfil dos alunos ingressantes no ano de 2013 nos cursos técnicos integrados e concomitante do IFSP - Bragança Paulista. **Revista Iluminart**. São Paulo, ano VI, n.11, mar.2014.

JOHANN, C. C.; **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense: um estudo de caso no Campus Passo Fundo**. 2012. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2012.

LEON F. L. L. de; MENEZES-FILHO, N. A. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e planejamento econômico**. Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 417-451, 2002. Disponível em: <<http://www.ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/138/73>> Acesso em: 21 abr. 2014.

MACHADO, M. R.; **A evasão nos cursos de agropecuária e informática/nível técnico da escola agrotécnica federal de Inconfidentes - MG (2002 a 2006)**. 2009. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

MANZINI, E. J. . Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2004, Bauru. **Anais do Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**. Bauru, v. 1. p. 1-10, 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, H. E. P.; JÚNIOR, L.B.; OLIVEIRA, P.L. Crescimento populacional, evolução econômica recente e capacidade de polarização. In: **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP**. Caxambú, MG. 2008.

MATTOS, M. S. ; DAMIANI, M. F. . Fatores associados à evasão escolar: estudo longitudinal das crianças nascidas em Pelotas em 1993. In: XXI Congresso de Iniciação Científica UFPel, 2012, Pelotas. **Anais do XXI Congresso de Iniciação Científica UFPel**. Pelotas, v. 1. p. 1-4, 2012. Disponível em: <http://www.ufpel.edu.br/cic/2012/anais/pdf/LA/LA_00640.pdf> Acesso em: 20 abr 2014.

MELLO, J.C.R.S. Desigualdades sociais e acesso seletivo ao ensino superior no Brasil no período 1994-2001. **Revista Electrónica Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación**, Madrid, Espana, v.5, n 2, p. 69-83, 2007.

MESQUITA, M. R. **Identidade, cultura e política: os movimentos estudantis na contemporaneidade**. 2006. 377f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia. Pontífice Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

MONNERAT, G. L. SOUZA, R. G. de. Política social e intersetorialidade: consensos teóricos e desafios práticos. **SER Social**, Brasília, v. 12, p. 200-220, jan./jun.2009.

MOREIRA, P. R. **Evasão escolar nos cursos técnicos do Proeja na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de Minas Gerais**. 2012. 143f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.

MOVIMENTO PASSE LIVRE (MPL). Site Institucional. **Sobre o Movimento Passe Livre**. Disponível em: <<http://www.mpl.org.br/>> Acesso em: 22 out. 2015.

NASCIMENTO, S. do. Reflexões sobre a intersetorialidade entre as políticas públicas. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 101, p. 95-120, jan./mar. 2010.

NÉRI, M. **Motivos da evasão escolar: o tempo de permanência na escola e as motivações dos sem escola**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009. Disponível em: <http://www.cps.fgv.br/ibrecps/TPE/TPE_Motiva%C3%A7%C3%B5esEvas%C3%A3oEscolar_Sumario.pdf> Acesso em: 21 abr 2014.

NÉRI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008.

NÉRI, M. C. **A nova classe média: o lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.

NETO CISNE, J. J. . Intersetorialidade como um novo paradigma para a gestão pública focada em resultado: Análise dos projetos de combate à pobreza no Ceará. In: XXXVI Encontro da ANPAD, 2012, Rio de Janeiro. **Anais do XXXVI ENCONTRO DA ANPAD**. Rio de Janeiro: ANPAD, 2012. v. 1.

NUNES, M. M. R. Resenhas: The consequence of decision-making. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 40, n. 139, jan./abr. 2010 .

PACHECO, A. L. P. de B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 260f. 2005. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Instituto de Psicologia. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2005.

PARACATU, Prefeitura Municipal. **História de Paracatu**. Disponível em: <<http://paracatu.mg.gov.br/plano-de-saneamento/noticias/secretaria-de-ind-com-e-turismo/turismo/historia/>> Acesso em: 12 set. 2014.

PARENTE, A. P. G.; **Da legislação à prática: Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social**. 2013. 119f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

PATTO, M. H. S.; ANGELUCCI, C. B.; KALMUS, J.; PAPARELLI, R. O estado da arte dapesquisa sobre fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**. SãoPaulo, v. 30, n. 1, p. 51-72, jan/abr. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v30n1/a04v30n1.pdf>> Acesso em: 21 abr. 2014.

PAVÃO, G. C. Considerações sobre o grêmio estudantil e o movimento estudantil: um olhar histórico. In: **IV Encontro de Pesquisa em Educação**. Universidade Estadual de Maringá. Maringá. 2012.

PEREIRA, P. A. P. . **A intersectorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética**. In: Giselle Lavinias Monnerat; Ney Luiz Teixeira de Almeida; Rosemary Gonçalves de Souza. (Org.). A intersectorialidade na agenda das políticas sociais. 1ed. São Paulo: Papel Social, 2014, v. 1, p. 21-39.

PEREIRA, P. A. P. Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serv. Soc. Soc.** São Paulo, n.112, p. 729-753, out/dez.2012.

PEREIRA, K. Y. de L. TEIXEIRA, S. M. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos**. Porto Alegre, v. 12, n.1, p. 114-127, jan./jun. 2013

POMAR, W. **Debatendo classes e luta de classes no Brasil**. Fundação Perseu Abramo. Classes Sociais no Brasil de Hoje. Vol 1. Maio/2013. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/fpa-discute-01.pdf>> Acesso em: 04 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Atlas do desenvolvimento humano no Brasil 2013. **Perfil Municipal de Paracatu**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/paracatu_mg> Acesso em: 03 nov. 2014.

QUINONERO, C. G. ISHIKAWA, C. T. NASCIMENTO, R. C. J. MANTOVAM, R. A. Princípios e diretrizes da Assistência Social: da LOAS à NOB SUAS. **O social em questão**, Ano XVII, n. 30, p. 47-70, 2013.

RADAELLI, A. B. **Permanência na educação superior: uma análise das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal da Fronteira Sul**. 2013. 166f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Comunicação e Artes. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Cascavel, 2013.

RESENDE, M. L. A. Evasão x Sucesso escolar nas camadas populares: duas faces da mesma moeda. **Revista Saber Acadêmico**. São Paulo, n.12, jun. 2011.

RODRIGUES, L. de O. **O movimento estudantil e a formação política do(a) estudante de serviço social: contribuições e desafios**. 98f. 2008. Monografia (Graduação em Serviço Social). Departamento de Serviço Social. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

SANTOS, T. B. dos. **A Participação Política dos Estudantes de Serviço Social na Defesa e na Consolidação da Direção Social da Formação: A Práxis Política dos Estudantes e a Relação com a Formação Profissional**. 280f. 2007. Monografia (Bacharelado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Pontífice Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2007.

SANTOS, J. de S. **A atuação das tendências políticas no movimento estudantil da Universidade de São Paulo (USP) no contexto da ditadura militar dos anos 70**. 115f. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências. Universidade Estadual Paulista. Marília, 2010.

SABINO SÉLIS, P. Causas da evasão escolar no ensino médio de Araguaína/TO numa perspectiva sociológica: operação resgate. In: **III Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional: Discurso, Identidade e Sociedade**, 2012, Campinas. Dilemas e Desafios na Contemporaneidade. Campinas, SP: EDUNICAMP, 2012. p. 001-155

SILVA, M. R. **Causas e consequências da evasão escolar na Escola Normal Prof. Pedro Augusto de Almeida - Bananeiras, PB**. 30f. 2012. Monografia. Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Economia, João Pessoa, 2012.

SILVA, F. C. da. **Assistência Social e Cultura Política: o processo de uma política em construção**. 129f. 2012. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2012.

SILVA, E. S. L. ARNT, A. M.; **O acesso às escolas do campo e o transporte escolar**. Monografia (Bacharelado em Ciências Biológicas). 2008. Departamento de Ciências Biológicas. Universidade do Estado do Mato Grosso. Tangará da Serra, 2008.

SILVA, H.; JAMBEIRO, O.; LIMA, J.; BRANDÃO, M. A. Inclusão digital e educação para a competência informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ci. Inf.** Brasília, v.34, n.1, p.28-36, jan./abr. 2005.

SILVA, W. A.; DORE, R. **O programa de educação profissional de Minas Gerais e a evasão escolar: um estudo preliminar (2008-2010)**. Ano 14, n. 18, p. 75-95, Dezembro 2011.

SILVA-FILHO, R. L. L; MOTEJUNAS, P. R. HIPÓLITO, O. LOBO, M. B. C. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.37, n.132, p. 641-659, set/dez. 2007.

SILVEIRA, M. M; **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras**. 2012. 137f. Dissertação (Mestrado em Política Social). Faculdade de Política Social. Universidade Católica de Pelotas. Pelotas, 2012.

SOUZA, J. A. da S. **Permanência e evasão escolar: um estudo de caso em uma instituição de ensino profissional**. 2014. 152f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2014.

SOUSA, A. de A. SOUSA, T. P. de. QUEIROZ, M. P. SILVA, E. S. L.; Evasão escolar no ensino médio: velhos ou novos dilemas? **Vértices**. Campos dos Goytacazes/RJ, v.3, n.1, p. 25-37, jan/abr. 2011. Disponível em: <<http://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/1809-2667.20110002>> Acesso em: 21 abr. 2014.

SPOSATI, A. Especificidade e Intersetorialidade da Política de Assistência Social. **Serviço Soc. Soc.** São Paulo, v. 77, p. 30-53, 2004.

SPOSATI, A. Assistência social: de ação individual a direito social. **Revista Brasileira de Direito Constitucional**. São Paulo, n. 10. Jul/Dez. 2007.

TEIXEIRA, A. C.; MARCON, K. (org). **Inclusão digital: experiências, desafios e perspectivas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2009.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Estrutura do Movimento Estudantil**. 2014. Disponível em: <<http://www.une.org.br/2011/09/estrutura-do-movimento-estudantil/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS (UNICAMP). Diretório Central dos Estudantes. **História do Movimento estudantil**. Disponível em: <<http://www.dceunicamp.org.br/o-que-e-o-dce/historia-do-movimento-estudantil/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

VARGAS, M. de L. F.; Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**. Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772011000100008&script=sci_arttext> Acesso em: 2 mai. 2014.

VASCONCELOS, N. B. Programa nacional de assistência estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v.17, n.2, p. 599-616, jul./dez.2010. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/download/11361/6598> Acesso em: 2 mai. 2014.

VELLOSO, J.R. ; CARDOSO, C. B. . Evasão na Educação Superior: alunos cotistas e não-cotistas na universidade de Brasília. In: 31º Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEd, 2008, Caxabu. **Anais da 31ª Reunião Anual da ANPEd**, Caxabu, 2008.

VIEIRA, J. A. A identidade da mulher na modernidade. **D.E.L.T.A.** São Paulo, n.21, p. 207-238, 2005.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 11 n. 32 mai./ago. 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n32/a03v11n32.pdf> Acesso em: 2 mai. 2014.

APÊNDICE A – ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Parte I – Alunos Beneficiários da assistência estudantil

O que você faz com o dinheiro que você recebe da assistência estudantil?

O que você recebe dá para custear as suas despesas com os estudos?

Se não, você acredita que deva existir outros auxílios?

O que aconteceria se você parasse de receber o benefício?

Se você não recebesse a assistência estudantil você acredita que teria desistido do curso?

Você já pensou em desistir do curso? Se sim, porque motivo? O que lhe motivou a não desistir?

Você acredita que a assistência estudantil é um elemento que motiva o aluno a não desistir dos estudos?

Parte II – Beneficiários da assistência estudantil que evadiram

Como beneficiário da assistência estudantil, o que você fazia com o dinheiro recebido?

O que você recebia dava para custear as suas despesas com os estudos?

Por que você desistiu do curso?

Havia algo na instituição que o motivava a permanecer no curso?

Após ter saído do curso e parado de receber a assistência estudantil você sentiu falta do auxílio financeiro?

O objetivo principal da assistência estudantil é garantir a permanência do aluno na instituição. Por que apenas o benefício não foi suficiente para você permanecer no curso?

Você se arrepende por ter desistido do curso?

Você está estudando atualmente ou fez outro curso?

Parte III – Equipe gestora da AE no IFTM – Campus Paracatu

Cargo:

Ano de ingresso na instituição:

Qual a sua função na assistência estudantil do IFTM – Campus Paracatu?

Como você avalia a assistência estudantil deste Campus?

Você conhece o programa de assistência estudantil de outros Campus? Como você compara a assistência estudantil deste Campus com o programa em outras instituições?

Você acredita que a assistência estudantil deste Campus contribui para a permanência do aluno na instituição?

Em seu contato com os alunos, eles relatam passarem por dificuldades econômicas?

Você ouve relato de dificuldade financeira dos alunos? Eles identificam o que fazem com o dinheiro recebido?

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO SEMIESTRUTURADO

Formulário socioeconômico

Nome: _____ Data de nascimento: _____

Raça: _____ Sexo: _____ Estado Civil: _____

Endereço: _____ Cidade: _____

Telefone Residencial: _____ Email: _____

Situação Familiar

Parentesco	Idade	Escolaridade	Estuda atualmente	Profissão

1) Assinale a alternativa que indica o papel que você ocupa em sua família:

() Chefe de família () Arrimo - sustenta a família sozinho. () Dependente

2) Tem filhos? () Sim Não ()

3) Quando você vai à escola, tem com quem deixar seus filhos? () Sim () Não

4. Alguém da família recebe algum benefício social do governo? Qual? _____

5. Assinale a sua renda familiar:

() Até ½ salário mínimo. () De ½ a 1 salário mínimo.

() De 1 a 2 salários mínimos. () De 2 a 3 salários mínimos.

() De 3 a 5 salários mínimos. () Mais de 5 salários mínimos.

Ambiente de moradia

1. Casa própria? () Sim () Não

2. Aluguel? () Sim () Não Outra situação: _____

3. O local da sua moradia facilita o acesso a esta escola? () Sim () Não

Justifique: _____

5. Que transporte você utiliza para vir à escola? _____

6. Condição de transporte em relação ao acesso à escola: () Boa () Regular

() Péssima. Justifique: _____

Ambiente Escolar

1. Escolaridade: _____
2. Ano em que começou a estudar: _____
3. Local de estudo: _____
4. Você já interrompeu seus estudos? () Sim () Não
5. Esta escola lhe oferece condições de continuar estudando? () Sim () Não
Por quê? _____
6. O que você aprende nesta escola tem melhorado sua vida? () Sim () Não
Justifique: _____
7. Você lancha com que frequência na escola?
() Sempre () As vezes () Nunca
8. Você traz o lanche de casa ou compra na escola?

Ambiente de trabalho

1. Com que idade você começou a trabalhar? _____ Onde? _____
2. Descreva a sua ocupação atual: _____
3. Instituição empregadora: _____
4. Que outras ocupações você já teve? _____
5. Você tem carteira assinada? () Sim () Não
6. Assinale a sua renda:
 - () Sem rendimento. () Até $\frac{1}{2}$ salário mínimo.
 - () De $\frac{1}{2}$ a 1 salário mínimo. () De 1 a 2 salários mínimos.
 - () De 2 a 3 salários mínimos. () De 3 a 5 salários mínimos.
 - () Mais de 5 salários mínimos.

APÊNDICE C – TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Eu, _____, Diretor Geral do Instituto Federal do Triângulo Mineiro – Campus Paracatu, autorizo a realização da pesquisa de mestrado denominada ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTM – CÂMPUS PARACATU, a ser conduzido pela professora Terezinha Rosa de Aguiar Souza – CPF _____. Houve os esclarecimentos necessários pela responsável do estudo sobre as características e objetivos da pesquisa, bem como das atividades que serão realizadas na instituição a qual represento.

Esta instituição está ciente de suas co-responsabilidades como instituição co-participante do presente projeto de pesquisa e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta instituição também está ciente de que não haverá nenhum ônus financeiro para o IFTM – Campus Paracatu quanto à condução deste estudo.

Paracatu, dede 2015.

Diretor Geral
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
Campus Paracatu

APÊNDICE D – TERMO DE CONSENTIMENTO DOS SUJEITOS

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, (NOME COMPLETO, IDADE, ESTADO CIVIL, ENDEREÇO)_____estou sendo convidado a participar de um estudo denominado ESTUDO DAS RELAÇÕES ENTRE A PERMANÊNCIA NO ENSINO TÉCNICO E A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NO IFTM – CÂMPUS PARACATU, realizado pela Professora Terezinha Rosa de Aguiar Souza, CPF _____, cujos objetivos e justificativas me foram claramente apresentados.

A minha participação no referido estudo será no sentido de conceder uma entrevista sobre os objetos de pesquisa do projeto.

Fui alertado de que, da pesquisa a se realizar, posso esperar alguns benefícios, tais como: melhoria no entendimento do processo de assistência estudantil, possíveis solução para redução dos níveis de evasão escolar encontrados na instituição e contribuição para melhoria dos processos de assistência estudantil.

Recebi, por outro lado, os esclarecimentos necessários de que a pesquisa não me gerará nenhum desconforto ou risco à minha segurança.

Estou ciente de que minha privacidade será respeitada, ou seja, meu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa, de qualquer forma, me identificar, será mantido em sigilo.

Também fui informado de que posso me recusar a participar do estudo, ou retirar meu consentimento a qualquer momento, sem precisar justificar, e de, por desejar sair da pesquisa, não sofrerei qualquer prejuízo à assistência que venho recebendo.

É assegurada a assistência durante toda pesquisa, bem como me é garantido o livre acesso a todas as informações e esclarecimentos adicionais sobre o estudo e suas consequências, enfim, tudo o que eu queira saber antes, durante e depois da minha participação.

Enfim, tendo sido orientado quanto ao teor de todo o aqui mencionado e compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, manifesto meu livre consentimento em participar, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico, a receber ou a pagar, por minha participação.

Paracatu, ... de de 2015.

Assinatura do sujeito da pesquisa

CPF:

Responsável legal do sujeito da pesquisa

Assinatura do responsável pela pesquisa

CPF:

APÊNDICE E - FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO ESTUDANTIL PARA INGRESSANTES

Nome _____
 Sexo: ()F ()M Raça: ()Preto ()Pardo ()Branco () Amarelo () Indígena
 Estado Civil: () Solteiro () Casado () Amasiado () Divorciado () Viúvo
 Pai: _____
 Mãe: _____
 Nome do cônjuge (se houver): _____
 Endereço Completo: _____
 Telefone Residencial: _____ Telefone Celular: _____
 Telefone do responsável (se menor de idade): _____
 E-mail: _____
 Redes sociais: ()Facebook () Instagram ()Twitter
 Possui alguma doença crônica? Especifique: _____

A) Situação Familiar

1) Relacione as pessoas que compõem o grupo familiar ao qual você pertence, incluindo você e complete o quadro abaixo:

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda Bruta

2) Assinale a alternativa que indica o papel que você ocupa em sua família:

- () Sustenta a família sozinho. () Sua renda auxilia nas despesas de casa () Dependente
 () Possui renda mas não precisa auxiliar nas despesas da casa.

3) Tem filhos? ()Sim ()Não

4) Quando você vai à escola, tem com quem deixar seus filhos? () Sim ()Não

5) Alguém da família recebe algum benefício social do governo? Qual? _____

6) Assinale a sua renda familiar:

- () Até ½ salário mínimo. ()De ½ a 1 salário mínimo () De 1 a 2 salários mínimos.
 ()De 2 a 3 salários mínimos. () De 3 a 5 salários mínimos. () Entre 5 e 7 salários mínimos.
 () De 7 e 9 salários mínimos. () De 9 e 12 salários mínimos. () Mais de 12 salários mínimos.

B) Ambiente de moradia

7) () Casa própria ()Aluguel ()Casa cedida ()Outra situação: _____

8) Em relação à casa de sua família, especificar a quantidade:

() quartos () automóvel () televisão () empregada mensalista () diarista () geladeira
() computador () máquina de lavar () banheiro

9) Você tem acesso à internet em casa? () Sim () Não

10) O local de moradia é perto da escola?

11) Que transporte você utilizará para vir à escola? _____

12) Se utilizará ônibus, como você avalia a distância entre a residência e o ponto de ônibus?

() Perto () Longe

13) Para se deslocar até o ponto de ônibus, quantos minutos em média você gasta?

() Até 5 minutos () Até 10 minutos () Até 15 minutos () Até 20 minutos () Acima de 20 minutos

C) Ambiente Escolar

14) Série atual: _____

15) Antes de você ingressar no IFTM, como era sua condição de estudo?

() Apenas em escola pública () Parcialmente em escola pública e particular

() Escola particular com bolsa () Apenas em escola particular e sem bolsa

16) Ano em que começou a estudar: _____

D) Ambiente de trabalho

17) Com que idade você começou a trabalhar? _____ Onde? _____

18) Descreva a sua ocupação atual: _____

19) Instituição empregadora: _____

20) Você tem carteira assinada? () Sim () Não

21) Que outras ocupações você já teve? _____

22) Qual o seu horário de trabalho? _____

23) Assinale a sua renda:

() Até ½ salário mínimo. () De ½ a 1 salário mínimo. () De 1 a 2 salários mínimos.

() De 2 a 3 salários mínimos. () De 3 a 5 salários mínimos. () Entre 5 e 7 salários mínimos.

() De 7 a 9 salários mínimos () De 9 a 12 salários mínimos. () Mais de 12 salários mínimos.

APÊNDICE F - FORMULÁRIO SOCIOECONÔMICO ESTUDANTIL

Nome _____
 Sexo: () F () M Raça: () Preto () Pardo () Branco () Amarelo () Indígena
 Estado Civil: () Solteiro () Casado () Amasiado () Divorciado () Viúvo
 Pai: _____
 Mãe: _____
 Nome do cônjuge (se houver): _____
 Endereço Completo: _____
 Telefone Residencial: _____ Telefone Celular: _____
 Telefone do responsável (se menor de idade): _____
 E-mail: _____
 Redes sociais: () Facebook () Instagram () Twiter
 Possui alguma doença crônica? Especifique: _____

A) Situação Familiar

1)) Relacione as pessoas que compõem o grupo familiar ao qual você pertence, incluindo você e complete o quadro abaixo:

Nome	Parentesco	Idade	Escolaridade	Profissão	Renda Bruta

2) Assinale a alternativa que indica o papel que você ocupa em sua família:

() Sustenta a família sozinho. () Sua renda auxilia nas despesas de casa () Dependente
 () Possui renda mas não precisa auxiliar nas despesas da casa.

3) Tem filhos? () Sim Não ()

4) Você tem com quem deixar seus filhos enquanto está na escola? Sim () Não ()

5) Alguém da família recebe algum benefício social do governo? Qual? _____

6) Assinale a sua renda familiar:

() Até ½ salário mínimo. () De ½ a 1 salário mínimo. () De 1 a 2 salários mínimos.

() De 2 a 3 salários mínimos. () De 3 a 5 salários mínimos. () Entre 5 e 7 salários mínimos.

() De 7 a 9 salários mínimos. () De 9 a 12 salários mínimos. () Mais de 12 salários mínimos.

B) Ambiente de moradia

7) () Casa própria () Aluguel () Casa cedida Outra situação: _____

8) Em relação à casa de sua família, especificar a quantidade:

() quartos () automóvel () televisão () empregada mensalista () diarista ()
 geladeira () computador () máquina de lavar () banheiro

9) Você tem acesso à internet em casa? () Sim () Não

10) O local de moradia é perto da escola?

11) Que transporte você utiliza para vir à escola? _____

12) Se utiliza ônibus, como você avalia a distância entre a residência e o ponto de ônibus?

() Perto () Longe

13) Para se deslocar até o ponto de ônibus, quantos minutos em média você gasta? () Até 5 minutos () Até 10 minutos () Até 15 minutos () Até 20 minutos () Acima de 20 minutos

14) Condição de transporte em relação ao acesso à escola: () Boa () Regular () Péssima.

Justifique: _____

C) Ambiente Escolar

15) Série atual: _____

16) Antes de você ingressar no IFTM, como era sua condição de estudo?

() Apenas em escola pública () Parcialmente em escola pública e particular

() Escola particular com bolsa () Apenas em escola particular e sem bolsa

17) Ano em que começou a estudar: _____

18) Você já abandonou alguma vez seus estudos no IFTM? () Sim () Não

19) Já foi reprovado no IFTM? () Sim () Não

20) Esta escola lhe oferece condições de continuar estudando? () Sim () Não

Por quê? _____

21) O que você aprende nesta escola tem melhorado sua vida? Sim () Não ()

Justifique: _____

22) Como você avalia o grau de dificuldade do curso em que você está matriculado?

() Muito fácil () Fácil () Razoável () Difícil () Muito difícil

23) Como você avalia o grau de afinidade com o curso em que você está matriculado?

() Pouca afinidade () Indiferente () Muita afinidade

24) Como é a sua alimentação na escola? () Compra na escola () Traz de casa

25) Você lancha com que frequência na escola? () Sempre () As vezes () Nunca

26) Recebe alguma bolsa institucional? () Sim () Não

27) Se sim, especifique: () Pesquisa () Extensão () Monitoria Outro: _____

28) É beneficiário da assistência estudantil? () Sim () Não

D) Ambiente de trabalho

27) Com que idade você começou a trabalhar? _____ Onde? _____

28) Descreva a sua ocupação atual: _____

29) Instituição empregadora: _____

30) Você tem carteira assinada? () Sim () Não

31) Que outras ocupações você já teve? _____

32) Qual o seu horário de trabalho? _____

33) Assinale a sua renda:

() Até ½ salário mínimo. () De ½ a 1 salário mínimo. () De 1 a 2 salários mínimos.

() De 2 a 3 salários mínimos. () De 3 a 5 salários mínimos. () Entre 5 e 7 salários mínimos.

() De 7 a 9 salários mínimos. () De 9 a 12 salários mínimos. () Mais de 12 salários mínimos.